



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL



Revista de Estudos Demográficos

n.º 53

Edição 2014

## FICHA TÉCNICA

### Título

Revista de Estudos Demográficos

### Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
Av. António José de Almeida  
1000-043 LISBOA  
Portugal  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 845 40 84

### Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

### Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

### Tiragem

150 exemplares

### ISSN 1645-5657

Depósito legal nº: 185856/02

Periodicidade Semestral

### Preço

€ 11,00 (IVA incluído)

## DIREÇÃO EDITORIAL

### Editora Chefe:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística I.P.

### Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

### Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Centro de Estudos da População,  
Economia e Sociedade (CEPESE), Porto

Jorge Arroiteia - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da  
Empresa (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística I.P.

### Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística.

Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.



**808 201 808**

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)

### O INE, I.P. na Internet

**www.ine.pt**

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2014

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição e a referência Lisboa-Portugal.

### MÁRIO MANUEL LESTON BANDEIRA, 1940-2014

O nosso estimado colega e membro do Conselho Editorial da Revista de Estudos Demográficos (RED), Professor Mário Manuel Leston Bandeira, faleceu, em Lisboa, no dia 1 de maio.

A Direção Editorial da RED presta uma sentida homenagem a Mário Manuel Leston Bandeira fundador e primeiro Presidente da Associação de Demografia Portuguesa (APD).

Mário Leston Bandeira, sociólogo, professor catedrático do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e investigador do Instituto do Envelhecimento da Faculdade de Lisboa, nasceu a 31 de outubro de 1940 em Pampilhosa (Mealhada). É um nome reconhecido no campo da demografia tendo editado diversos títulos dos quais se destacam “Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal” (1996); “Teorias da população e modernidade. O caso português” (1996), e “Envelhecimento demográfico e planeamento familiar: que relação?” (1994).

Maria José Carrilho

Fernando Casimiro

Maria Filomena Mendes



## Apresentação

O presente número temático da Revista de Estudos Demográficos (RED) é dedicado à População Estrangeira residente em Portugal e tem como fonte de informação os quatro últimos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação realizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Ao mostrar algumas das potencialidades da fonte estatística Censos, a RED pretende, associar-se, em 2014, às comemorações dos 150 anos dos Censos em Portugal. Com efeito, o Censo de 1864 é considerado o 1º Recenseamento Geral da População executado em Portugal por se terem utilizado os métodos estatísticos e seguidas as orientações das reuniões do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas (1853) e de Paris (1855).

A população estrangeira residente em Portugal assume um papel crucial na dinâmica da população do país, sobretudo nos finais do século passado, e os Censos revelam-se a fonte de informação estatística mais completa, e mesmo única para algumas características, no estudo deste grupo populacional.

O número 53 da RED, primeiro semestre de 2013, inicia-se com uma análise, assente nos Censos realizados entre 1981-2011, que procura caracterizar o aumento do empreendedorismo estrangeiro em Portugal, realçando o contributo das diferentes nacionalidades e a forma desigual como os municípios atraem os empregadores estrangeiros. Seguem-se dois artigos com base nos Censos 2011 que abordam os aspetos demográficos, sociais e económicos da população estrangeira a residir em Portugal: o primeiro caracteriza as nacionalidades mais representativas e o segundo retrata a população de nacionalidade chinesa. Finalmente, uma análise da população estrangeira segundo as vertentes da naturalidade e da nacionalidade, focada na população em geral e em particular nos nacionais provenientes dos Países Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os nossos agradecimentos endereçam-se às autoras e aos autores dos artigos que integram este número da revista, e estendem-se aos membros do Conselho Editorial que conosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Maria José Carrilho

Editora Chefe

maio 2014

## Índice

### Artigo 1º

- Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender** 7  
*Foreign Employers in Portugal: what the Census highlight*

### Artigo 2º

- Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011** 35  
*Characterization of foreign population living in Portugal, based on 2011 Census*

### Artigo 3º

- A população de nacionalidade chinesa a residir em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2011** 77  
*Chinese population living in Portugal: a characterization based on 2011 Census*

### Artigo 4º

- Estrangeiros e nascidos no estrangeiro residentes em Portugal, CPLP em destaque** 91  
*Foreign and foreign-born residents in Portugal, the CPLP highlighted*

### Lista dos artigos divulgados

- Revistas de Estudos Demográficos dos números 32 a 52** 117  
*Demographic Studies Review from no. 32 to 52*



**Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender**

**Autora:** Catarina Reis Oliveira - Coordenadora do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

catarina.oliveira@acidi.gov.pt

**Resumo:**

A Comissão Europeia tem incentivado os Estados-membros a reconhecerem o contributo essencial dos empresários imigrantes para o crescimento sustentável e o aumento do emprego. Em Portugal, os dados dos Censos entre 1981 e 2011 ajudam a realçar o aumento da importância absoluta e relativa dos empregadores estrangeiros no total de empregadores do país. Verifica-se, porém, que nem todos os municípios atraem da mesma forma os empregadores estrangeiros, nem todas as nacionalidades apresentam as mesmas taxas de empreendedorismo, nem investem nas mesmas atividades económicas. Neste artigo procura-se realçar a importância dos dados dos Censos para caracterizar este fenómeno, recorrendo ao cálculo de índices (de empreendedorismo estrangeiro e de dissimilaridade de empregadores estrangeiros) e de quocientes de localização (de empregadores segundo a nacionalidade e as atividades económicas de empregadores estrangeiros)

**Palavras Chave:** empregadores estrangeiros, taxas de empreendedorismo, índice de dissimilaridade de empregadores, quocientes de localização.

**Foreign Employers in Portugal: what the Census highlight**

**Abstract:**

The European Commission has been encouraging Member States to acknowledge the essential contribution that immigrant entrepreneurs have to a sustainable growth and the increase of employment. In Portugal the Census data, from 1981 to 2011, allows to highlight the upsurge of foreign employers and the increase of their relative importance in the total employers of the country. The data also highlights that not all the municipalities attract equally foreign employers, nor all nationalities have the same entrepreneurship rates or invest in the same economic activities. This article aims to emphasise the importance of census data to characterise this phenomenon, using indexes (of foreign entrepreneurship and foreign employers' dissimilarity) and location quotients (according to nationality and economic activities of the foreign employers).

**Key words:** foreign employers, entrepreneurship rates, employers dissimilarity index, location quotient.

## 1. Introdução

Nesta era a que se chamou Pós-Fordista, inúmeros investigadores acreditam que com as mudanças no consumo e na produção, conseqüentes da internacionalização e globalização das sociedades, haverá condições para o florescimento de atividades empresariais de imigrantes (Mars e Ward, 1984; Sassen, 1991). Este florescimento das atividades empresariais de imigrantes é visto no contexto europeu como uma forma de garantir o aumento da expressão empresarial de pequena e média dimensão na União Europeia – ainda aquém, em comparações internacionais, com as taxas de empreendedorismo observadas nos Estados Unidos da América e no Japão (Jaegers, 2008).

O crescimento do empreendedorismo surge na *Estratégia de Lisboa*<sup>1</sup> como uma prioridade para aumentar a competitividade, o emprego e a própria coesão social. Inúmeras recomendações e iniciativas têm surgido a partir da Comissão Europeia para sensibilizar os Estados-membros para os contributos positivos dos empreendedores imigrantes para as sociedades europeias<sup>2</sup>. O *Plano de Ação Empreendedorismo 2020* (COM(2012) 795 final, de 9 de janeiro de 2013)<sup>3</sup> define mesmo um eixo específico para os empresários imigrantes, onde é reforçado o “contributo essencial dos empresários migrantes para um crescimento sustentável e o emprego” e é incentivado o desenvolvimento de políticas destinadas a encorajar o empreendedorismo na Europa que considerem o potencial empresarial dos imigrantes e/ou atraiam potenciais empresários que desejem criar empresas internacionais sedeadas na Europa.

Nota-se, contudo, que nem todos os contextos locais atraem e/ou estimulam o desenvolvimento de atividades empresariais imigrantes. As diferenças entre as taxas de empreendedorismo de grupos de nacionalidades idênticas em diferentes países e municípios confirmam a influência dos contextos (OCDE, 2010). Importa, pois, caracterizar a realidade do fenómeno em Portugal.

Este artigo procura analisar como Portugal se tem tornado ao longo das últimas décadas num destino de empregadores estrangeiros. Segundo dados dos Censos entre 1981 e 2011 a importância relativa de empregadores estrangeiros no total de empregadores no país passou de 1,4% para 5,2%). Este crescimento é ainda mais relevante se se considerar que de 1981 para 2011 a taxa de variação de empregadores estrangeiros foi seis vezes superior à registada para os portugueses que se situou nos 235%. É interessante verificar ainda que a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001 e 2011 foi positiva em 15,2%, enquanto a taxa para os empregadores portugueses foi negativa em 7%, em resultado de uma diminuição dos empregadores nacionais ao longo da última década. O impacto do crescimento dos empregadores estrangeiros na última década é ainda mais substantivo se se atender também que esta tendência contraria a evolução dos ativos estrangeiros, que de 2001 para 2011 sofreram um decréscimo em 2,5%.

Com este artigo procura-se perceber as tendências do fenómeno do trabalho por conta própria estrangeiro em Portugal, atendendo às diferenças verificadas nas últimas décadas quanto à nacionalidade do empregador, à variação espacial (por municípios) e às atividades económicas desenvolvidas. Como se mostrará em detalhe, os empregadores estrangeiros não se distribuem de modo uniforme pelo país. Por outro lado, nem todas as nacionalidades mostram a mesma situação na profissão e/ou a mesma expressão como empregadoras.

Procurando sistematizar e simplificar a leitura da informação disponível, garantindo a comparabilidade de grupos de nacionalidades distintas (e com expressões numéricas diversas) em diferentes municípios do país, tornando claras tendências locais a partir desses dados secundários, neste artigo foram desenvolvidos e calculados índices – de dissimilaridade de empregadores estrangeiros e de empreendedorismo estrangeiro. Como refere Reis (2000: 139), estes instrumentos estatísticos que medem variações no espaço ou no tempo, permitem de forma eficaz e clara sintetizar a natureza das mudanças verificadas numa ou mais variáveis. Por outro lado, permitem agregar num só valor itens expressos em diferentes variáveis com inúmeras unidades de medida ou proporcionalidades diversas. Desta forma procurou-se uniformizar a tendência e a comparabilidade de empregadores de diferentes nacionalidades e/ou da mesma nacionalidade mas em diferentes unidades territoriais.

Procurando captar também a diversidade de implantação no território nacional e o respetivo impacto e grau de importância que os empregadores assumem em cada município foram calculados também alguns quocientes

<sup>1</sup> Em 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, foi definida uma estratégia para a União Europeia com o objetivo de tornar a Europa numa economia mais competitiva e dinâmica, capaz de gerar um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social. Em 2005, a União Europeia focalizou os objetivos desta Estratégia no crescimento e emprego. A partir de 2010 esta Estratégia viria a ser ainda reforçada através da Estratégia Europeia 2020 (COM (2009) 647 final de 24.11.2009), sendo defendido que “a fim de criar mais emprego, deve desenvolver-se na Europa uma **cultura empresarial** mais forte que adote uma atitude mais positiva face à assunção de riscos, bem como uma maior capacidade de inovação.” (págs.7-8 de [http://ec.europa.eu/dgs/secretariat\\_general/eu2020/docs/com\\_2009\\_647\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/eu2020/docs/com_2009_647_pt.pdf)).

<sup>2</sup> Mais detalhes em [http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/documents/migrants-ethnic-minorities/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/documents/migrants-ethnic-minorities/index_en.htm)

<sup>3</sup> Mais em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0795:FIN:PT:PDF>

de localização (de empregadores estrangeiros, de residentes estrangeiros, de atividades económicas de empregadores). Os quocientes de localização são instrumentos úteis à caracterização interna de unidades territoriais específicas e à comparação de unidades territoriais entre si (Cabral e Sousa, 2001). Estes quocientes permitem tecer considerações sobre o grau de especialização ou diversificação desse território face a uma dada variável em análise (INE, 2002).

Em suma, atendendo à importância que o tema do investimento e empreendedorismo estrangeiro pode assumir nas estruturas económicas, sociais, políticas e culturais na atualidade da sociedade portuguesa, o estudo da presença de empregadores estrangeiros não só é uma chamada de atenção para uma nova leitura acerca dos contributos da imigração para a economia portuguesa, nomeadamente através da criação de emprego, mas também poderá mostrar formas alternativas de integração e de mobilidade económica desenvolvidas pelos estrangeiros nas últimas décadas em Portugal.

## 2. Dados oficiais mobilizados e crítica das fontes

A qualidade de uma investigação passa por identificar e reconhecer os dados disponíveis e as suas respetivas limitações. No caso particular do estudo dos empregadores estrangeiros em Portugal é possível reconhecer algumas dificuldades<sup>4</sup>.

Os dados do INE permitem caracterizar a *situação na profissão* da população residente com nacionalidade estrangeira em Portugal, concretamente, com as categorias *patrão* ou *empregador* e *trabalhador isolado*. Seguindo a própria notação adotada pelo INE, considera-se para análise o seguinte universo:

**Trabalhador por conta própria como isolado** corresponde a *indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar* (conceito vigente INE<sup>5</sup>, código 2450).

**Trabalhador por conta própria como empregador** corresponde a *indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa* (conceito vigente INE<sup>6</sup>, código 2407).

Para efeitos deste artigo centramo-nos nos trabalhadores por conta própria como empregadores ou patrões. Não se incluem na análise os trabalhadores por conta própria como isolados uma vez que na singularidade portuguesa inclui-se a figura jurídica do emissor de recibos verdes (incluindo na categoria “trabalhador isolado”), por vezes erradamente confundido com o de empresário<sup>7</sup>. Opção semelhante foi tomada num estudo recente da OCDE (2010: 24-25), atendendo a dificuldades semelhantes de chegar ao universo de “empresários” – pessoas que geram valor através da criação ou desenvolvimento de uma atividade económica ao identificarem novos produtos, processos ou mercados. Esta opção pode excluir, por um lado, detentores de empresas que não aparecem listados por se reportarem como trabalhadores dependentes, ou, por outro lado, gerar duplicações de contagens de empresas perante imigrantes sócios que reportam ambos a mesma situação na profissão (OCDE, 2010: 26).

Atendendo a estas ressalvas de base importa perceber que tipo de informação é possível recolher a partir das fontes oficiais disponíveis para caracterizar o universo de empregadores estrangeiros em Portugal. Reconhece-se desde logo que uma avaliação com monitorização anual rigorosa dos empregadores estrangeiros em Portugal é bastante complexa, atendendo à escassez e dispersão das fontes oficiais disponíveis e às dificuldades de comparabilidade da informação.

<sup>4</sup> Note-se que esta não é uma limitação específica do caso português (vd. OCDE, 1998: 11 e OCDE, 2010).

<sup>5</sup> É apresentado como conceito sinónimo de *Trabalhador por conta própria* (código 2413 do INE).

<sup>6</sup> Na história do conceito consta o conceito de *Empregador* que já não se encontra vigente. É apresentado como conceito sinónimo de *Patrão* (código 2409 do INE).

<sup>7</sup> Para maior detalhe acerca desta questão vd. Freire (1995:69) e Oliveira (2004:33).

Centrando-nos apenas nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), duas fontes oficiais de recolha de dados permitem caracterizar e/ou estimar o número de trabalhadores por conta própria estrangeiros em Portugal: os Recenseamentos Gerais da População (Censos) e as Estatísticas do Emprego. Como alguns investigadores têm vindo a alertar (Peixoto, 2008; Oliveira, 2004 e 2010a), os dados disponíveis a partir destas duas fontes geram algumas dificuldades ao utilizador de informação estatística. O quadro em baixo compara as duas fontes para os mesmos anos, ajudando a ilustrar os problemas de amostragem e de margens de erro associadas às Estatísticas do Emprego e que impendem a sua utilização sistemática, nomeadamente no estudo da subcategoria de trabalhadores por conta própria. Se a importância relativa de trabalhadores por conta própria estrangeiros no total de ativos surge subdimensionada, em especial em 2011 (com -9 pontos percentuais que o reportado pelos Censos), a importância relativa para os portugueses surge sobredimensionada.

Quadro 1

Percentagem de trabalhadores por conta própria estrangeiros e portugueses por total de ativos, em 2001 e 2011						
Nacionalidade	2001			2011		
	Estatísticas do Emprego (A)	Censo (B)	A-B	Estatísticas do Emprego (A)	Censo (B)	A-B
Estrangeiros	14,21	14,75	-0,54	10,16	19,24	-9,08
Portugueses	23,83	15,83	+8,00	18,19	16,99	+1,21

Fonte: Censos de 2001 e 2011 e Estatísticas do Emprego de 2001 e 2011, INE (cálculos da autora)

Para o estudo dos empregadores estrangeiros os Censos são, pois, a fonte mais completa disponível, permitindo uma caracterização detalhada do universo tendo, porém, um inconveniente claro associado ao facto de só permitirem estudar o universo em cada dez anos. Deve, porém, reconhecer-se que a iniciativa empresarial remete para um processo dinâmico: novos empregadores surgem e as empresas crescem ou morrem. O dinamismo deste processo é, contudo, difícil de captar empiricamente (OCDE, 1998: 42). Reconhecendo essa dificuldade, espera-se que a análise dos quatro últimos momentos censitários permita estimar parte dessa dinâmica, em particular, no que diz respeito à evolução dos empregadores de nacionalidade estrangeira em Portugal. Como em qualquer aproximação é importante atender a algumas limitações desta opção, em particular, porque o empreendedorismo pode ter um carácter cíclico, influenciado por diversos fatores, que a distância de 10 anos entre dados pode não captar devidamente.

### 3. Empregadores estrangeiros em Portugal

À semelhança do observado em inúmeros países da OCDE, a importância relativa dos empregadores estrangeiros tem vindo a reforçar-se em Portugal. Segundo dados dos Censos, em 2011 os empregadores estrangeiros representavam 5,2% do total de empregadores (quando os estrangeiros residentes representavam apenas 3,7% do total da população). Acresce que o número de empregadores estrangeiros tem vindo a aumentar substancialmente ao longo das últimas quatro décadas (com taxas de variação bastante mais elevadas do que o verificado nos empregadores portugueses), crescimento que acompanhou a própria evolução dos estrangeiros em Portugal (vd. quadro 2).

Quadro 2

Empregadores e ativos estrangeiros versus total de empregadores e ativos em Portugal, entre 1981 e 2011				
Ano Censitário	Peso relativo de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país	Peso relativo de estrangeiros ativos no total de ativos no país	Taxa de variação de empregadores estrangeiros entre décadas	Taxa de variação de empregadores portugueses entre décadas
1981	1,37	0,85		
1991	1,63	1,31	145,1	105,9
2001	4,21	4,04	363,5	74,6
2011	5,16	4,51	15,2	-6,9

Fonte: Censos entre 1981 e 2011, INE (cálculos da autora)

Nos últimos anos, os estrangeiros tenderam a optar cada vez mais por se inserir no mercado de trabalho português como empregadores: entre 1981 e 2011 não apenas se reforçou o número absoluto de empregadores estrangeiros – de 1.811 para 23.697 –, como também o peso relativo de empregadores no total de ativos estrangeiros aumentou – de 5,1% para 12,1% (vd. quadro 3). Bastante relevante é ainda observar que, à semelhança do verificado em outros países da OCDE (OCDE, 2010), a percentagem de empregadores é maior no caso do total de ativos estrangeiros do que no total de ativos portugueses, tendo mesmo neste último grupo se verificado um decréscimo entre 2001 e 2011 (-7%), contrastando com o aumento no caso dos estrangeiros (+15%).

Uma tendência semelhante verifica-se no caso dos trabalhadores isolados, com um aumento substantivo para o caso dos estrangeiros de 3.188 para 14.127 entre 1981 e 2011, contrastando com o decréscimo verificado no caso dos portugueses nos últimos dez anos. Importa, porém, discutir se este aumento de trabalhadores isolados estrangeiros durante a última década, à luz do aumento do desemprego e da situação de fragilidade económica do país desde 2008, traduz realmente uma forma efetiva de empreendedorismo ou, em contraste, traduz situações de necessidade ou estratégias de sobrevivência material temporária (conforme também discutido por Oliveira, 2006 e Froy e Pyne, 2011).

Quadro 3

População ativa portuguesa e estrangeira, segundo a situação na profissão, entre 1981 e 2011

Situação na Profissão		1981		1991		2001		2011	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Empregadores	Português	130 051	3,1	267 757	6,2	467 553	9,8	435 426	10,5
	Estrangeiro	1 811	5,1	4 438	7,7	20 571	10,2	23 697	12,1
Trabalhadores Isolados	Português	632 354	15,2	567 789	13,1	290 318	6,1	271 963	6,5
	Estrangeiro	3 188	8,9	6 561	11,4	9 173	4,5	14 127	7,2
Trabalhadores Familiares	Português	100 951	2,4	84 241	1,9	36 773	0,8	23 119	0,6
	Estrangeiro	513	1,4	1 058	1,8	987	0,5	1 011	0,5
Total ativos	Português	4 147 339	100,0	4 340 422	100,0	4 788 561	100,0	4 164 610	100,0
	Estrangeiro	35 709	100,0	57 744	100,0	201 647	100,0	196 577	100,0

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

Às tendências de crescimento de empregadores estrangeiros e de trabalhadores isolados não são alheias algumas das mudanças legislativas que ocorreram ao longo destas últimas décadas e que afetam direta ou indiretamente as opções de inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho (Oliveira, 2008b). Entre essas mudanças, destacam-se os impactos inerentes às diferenças substantivas verificadas na Lei do Trabalho entre 1977 e 1998, e as mudanças verificadas na lei de estrangeiros entre 1998 e 2012, nomeadamente com o surgimento pela primeira vez, em 2007, de um título especial apenas acessível a empreendedores estrangeiros e trabalhadores independentes e, em 2012, o seu reforço com a criação da autorização de residência para efeitos do exercício de uma atividade de investimento.

Assim este aumento de trabalhadores estrangeiros por conta própria (em valor absoluto e em importância relativa do total de trabalhadores por conta própria em Portugal) pode refletir tanto mudanças legislativas, como melhorias da posição social dos estrangeiros residentes em Portugal e/ou aumento das dificuldades no seu acesso ao mercado de trabalho (Oliveira, 2006 e 2008c). Por outras palavras, esta evolução positiva do empreendedorismo estrangeiro em Portugal no decurso das últimas décadas (contracorrente com os portugueses) pode estar a funcionar como uma forma de mobilidade social ascendente de alguns estrangeiros com contributos reais para a economia portuguesa, nomeadamente criando emprego, e/ou a ser reforçada como uma alternativa a constrangimentos vividos por outros estrangeiros (e.g. discriminação no acesso ao mercado de trabalho, desconhecimento da língua do país de acolhimento, situações de desemprego prolongado, dificuldades no reconhecimento de qualificações).

Deve atender-se, por outro lado, que nem todas as nacionalidades estrangeiras têm propensões semelhantes à iniciativa empresarial. Só nas últimas duas décadas se verificou o crescimento da presença de populações estrangeiras conhecidas na literatura como particularmente empreendedoras (Oliveira, 2010b; OCDE, 2010)

– asiáticos (em especial os chineses, a partir da década de 1990). Este crescimento pode explicar por isso, também, o aumento relativo do peso de empregadores estrangeiros na população ativa estrangeira. Assim a população estrangeira residente em Portugal não pode ser observada como um todo homogéneo. Se algumas nacionalidades mostram forte propensão para a iniciativa empresarial – e.g. chineses, ingleses, alemães e brasileiros – outras tendem a inserirem-se mais no mercado de trabalho português como trabalhadores assalariados – e.g. ucranianos, são-tomenses, cabo-verdianos e guineenses (vd. quadro 4). Deste modo, de forma semelhante à tendência observada em outros países<sup>8</sup>, em Portugal nem todos os grupos estrangeiros mostram a mesma propensão para a iniciativa empresarial. Os dados dos Censos permitem identificar as nacionalidades com maiores taxas de empreendedorismo<sup>9</sup>.

Os chineses apresentam as taxas de empreendedorismo mais elevadas em Portugal – 22,2% em 1981 e 42% em 2011 (vd. quadro 4). Em contrapartida, são os ucranianos (em particular em 2001) e, de forma geral, os africanos, aqueles que apresentam a menor percentagem de empregadores no total da sua população ativa. A taxa de variação negativa entre 2001 e 2011 dos empregadores africanos é particularmente significativa – na

Quadro 4

Taxas de empreendedorismo em Portugal segundo a nacionalidade, entre 1981 e 2011						
País de nacionalidade	1981	1991	2001	2011	Taxa de variação de empregadores 2001/2011	Taxa de variação de ativos 2001/2011
<b>Total Europa</b>	<b>12</b>	<b>13,3</b>	<b>9,9</b>	<b>12,4</b>	<b>104,9</b>	<b>64,1</b>
Alemanha	16,1	13,8	17,7	21,6	14,3	-6,5
Espanha	15	18,4	11,6	16	33,6	-3,5
França	7	5,4	10,2	14,6	21,9	-14,6
Reino Unido	16,2	19,5	23	27,9	60,2	31,9
Roménia			4,4	8,2	934,6	462,1
Moldávia			2,6	8,7	1784	93,2
Ucrânia			1,5	7,1	206,4	92
<b>Total África</b>	<b>1,1</b>	<b>3,4</b>	<b>6,7</b>	<b>6,9</b>	<b>-31,7</b>	<b>-33,8</b>
Angola	1,2	3,4	6,6	8,1	-38,1	-49,3
Cabo Verde	0,7	3	6,4	6	-31	-25,8
Guiné-Bissau	1,9	2,9	6,2	5,9	-39,3	-35,3
Moçambique	3	5,9	9,1	9,4	-36,2	-38,9
S. Tomé e Príncipe	0,2	2,6	6	5,4	-25,9	-17,9
<b>Total América</b>	<b>5,1</b>	<b>8,8</b>	<b>13,6</b>	<b>11,8</b>	<b>104,7</b>	<b>135,6</b>
Brasil	4,8	9,5	13,5	11,5	133,5	174,4
EUA	8,5	8,3	12,3	15,4	9,2	-12,9
Venezuela	3,9	7,7	13,8	14,3	-37,5	-39,5
<b>Total Ásia</b>	<b>9,8</b>	<b>21,3</b>	<b>19,1</b>	<b>28,3</b>	<b>360,1</b>	<b>210,3</b>
China	22,2	24,1	36	42,2	426,5	349,5
Índia	7,9	17,6	7,6	10,6	108,1	50
Bangladesh			10,5	22	370,8	124
Paquistão	17	30,7	6,3	14,2	138,6	6,3
Oceânia	1,8	9,4	14,2	14,7	16,7	12,5
<b>Total estrangeiros</b>	<b>5,1</b>	<b>7,7</b>	<b>10,2</b>	<b>12,1</b>	<b>15,2</b>	<b>-2,5</b>
<b>Portugal</b>	<b>3,1</b>	<b>6,2</b>	<b>9,8</b>	<b>10,5</b>	<b>-6,9</b>	<b>-13</b>
TOTAL	3,2	6,2	9,8	10,5	-5,9	-12,6

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

<sup>8</sup> Conforme era identificado em inúmeros países da OCDE, as taxas de empreendedorismo podem variar em função do grupo imigrante porque alguns grupos têm características ou chegam de países tradicionalmente com mais peso de empresários nas suas economias. Os asiáticos mostram-se os mais empreendedores e/ou os naturais de países da Ásia têm maior probabilidade de desenvolver um negócio no país de acolhimento na maioria dos países da OCDE, contrastando com os naturais da América Latina ou de países africanos que têm menor propensão para se tornarem empresários (OCDE, 2010: 14).

<sup>9</sup> A Taxa de Empreendedorismo calculada corresponde ao número de empregadores em cada 100 ativos.

ordem dos -32% (acompanhando a taxa de variação também negativa para os ativos dessas nacionalidades) - podendo refletir a crise (desde 2008) nas atividades económicas onde estes empregadores normalmente investem e se inserem (e.g. construção civil) (Oliveira, 2008c; Peixoto, 2008; Oliveira e Pires, 2010). Esta tendência de decréscimo é, aliás, acompanhada pelos empregadores portugueses, embora de forma menos acentuada (-6.9%).

A análise da importância relativa dos empregadores de cada nacionalidade para o total de empregadores estrangeiros permite destacar ainda outros grupos, refletindo também o maior peso de determinados fluxos de imigrantes em Portugal. O quadro 5 mostra que apesar dos africanos estarem entre as nacionalidades com as mais baixas taxas de empreendedorismo (quadro 4), estão entre as dez primeiras nacionalidades que mais contribuem para o total de empregadores estrangeiros do país, em particular os cabo-verdianos e os angolanos, embora com perda de importância relativa nos últimos 10 anos.

Quadro 5

Percentagem de empregadores das dez nacionalidades com maior número de empregadores em Portugal no total de empregadores estrangeiros, entre 1981 e 2011							
1981		1991		2001		2011	
Nacionalidade	%	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%
Espanha	26,2	Brasil	13,4	Brasil	15,1	Brasil	30,6
Reino Unido	8,2	Espanha	10,1	Angola	7,2	China	13,0
Brasil	7,9	Reino Unido	8,4	Cabo Verde	6,7	Ucrânia	6,0
Alemanha	7,3	Cabo Verde	6,8	França	4,0	Reino Unido	4,9
França	4,2	Alemanha	5,5	Reino Unido	3,6	Roménia	4,7
Cabo Verde	4,1	França	4,9	Alemanha	3,3	França	4,2
Estados Unidos	3,1	Venezuela	4,2	Guiné-Bissau	3,2	Cabo Verde	4,0
Angola	3,1	Angola	3,6	China	2,8	Angola	3,9
Itália	3,1	Holanda	3,0	Espanha	2,7	Alemanha	3,3
Holanda	2,3	Moçambique	2,0	Venezuela	1,9	Espanha	3,2
Total empregadores	1811	Total empregadores	4 438	Total empregadores	20 571	Total empregadores	23 697

Fonte: Censos, INE (cálculos da autora)

A última década foi particularmente relevante para reforçar o impacto dos empregadores estrangeiros nacionais do Brasil e da China, contribuindo em 2011 com 31% (por comparação aos 15% em 2001) e 13% (mais 10 pontos percentuais que em 2001), respetivamente. Em 2011 os brasileiros são a nacionalidade estrangeira em Portugal com o maior número de patrões (7.258), muito embora seja nos chineses que a taxa de crescimento de empregadores é maior (+427%) e superior à própria variação do total de ativos (+350%). Os empregadores ucranianos também tiveram um aumento substantivo na última década, passando a constar entre as dez primeiras nacionalidades com uma contribuição de 6% para o total de empregadores estrangeiros, confirmando que o seu título legal na viragem do século (autorizações de permanência) inibia a sua iniciativa empresarial (Oliveira, 2004 e 2008b).

Em contrapartida, é importante verificar a perda de importância dos empregadores europeus comunitários ao longo das últimas quatro décadas por comparação ao verificado entre nacionais de países terceiros à União Europeia.

### 3.1. Distribuição dos empregadores pelos municípios portugueses

Muito embora, normalmente, a população imigrante seja identificada como mais empreendedora e com maior propensão para a iniciativa empresarial, quando comparada com a média da população nativa de um dado território, essa tendência não se verifica em todos os locais (Guzi, 2006: 20). Por outro lado, as estatísticas nacionais de um país poderão esconder zonas de maior ou menor concentração e dinamismo empresarial (OCDE, 1998: 49).

Importa, pois, analisar a variação espacial do empreendedorismo estrangeiro em vários municípios de Portugal. Atendendo às características de cada contexto local – estrutura de oportunidades e representatividade da população estrangeira e a sua expressão empresarial – assim se definem diferentes oportunidades ou constrangimentos para a iniciativa empresarial de determinado indivíduo (Oliveira, 2008a). É importante não esquecer que nem todos os indivíduos mobilizam e/ou têm acesso aos mesmos recursos para a definição de uma estratégia empresarial<sup>10</sup>, assim é expectável identificar diferentes opções de implementação territorial de empregadores em função das características de cada zona e da própria população residente.

Não foi por isso surpreendente verificar que em Portugal se deteta que as taxas de empreendedorismo de estrangeiros mostram padrões distintos ao longo do território e esses padrões são diferentes dos verificados para os empresários portugueses. Os dados dos Censos de 2001 permitem observar que enquanto as taxas de empreendedorismo de estrangeiros são superiores nos municípios do litoral de Portugal, as taxas de empreendedorismo dos portugueses tendem a ser mais elevadas no interior norte (Oliveira, 2008a). De 2001 para 2011 verificam-se algumas mudanças na distribuição dos empregadores estrangeiros (vd. quadro 6): regista-se o reforço do número de empregadores estrangeiros nos municípios da área metropolitana de Lisboa (+198% no Montijo, +100% em Mafra, +64% em Lisboa, +46% em Odivelas, +41% em Loures, +38% em Vila Franca de Xira e +32%, em Cascais) e do Algarve (+90% em Portimão, +77% em Faro, + 71% em Lagos, +66% em Loulé) e verifica-se uma diminuição do número de empregadores estrangeiros em inúmeros municípios do Norte do país (-32% em Aveiro, -25% em Santa Maria da Feira, -24% em Vila Nova de Gaia, -20% em Braga, -9% em Maia, -4% no Porto). Os municípios de Vila do Conde e Benavente também observam um aumento substantivo dos empregadores estrangeiros, estando essa evolução associada essencialmente à nacionalidade chinesa que desenvolveu na última década dois polos empresariais – um em Vila do Conde e outro no Porto Alto (município de Benavente).

Atendendo que é no norte que se verifica a maior expressão empresarial dos portugueses, será que estes dados permitem concluir que os empregadores estrangeiros estão a evitar essas zonas do país e/ou a procurar zonas distintas para os seus investimentos? Neste âmbito, quais são afinal as razões que levam os empregadores estrangeiros a destacarem-se em zonas tendencialmente distintas dos nacionais? Estaremos na presença de opções que refletem o contorno a constrangimentos associados à concorrência da estrutura empresarial autóctone? Ou as escolhas de implementação territorial desses empregadores traduzem as próprias condições de acesso e mobilização de recursos e oportunidades à iniciativa empresarial? Haverão zonas mais atrativas e/ou repulsivas à iniciativa empresarial de estrangeiros?

A literatura tende a associar as zonas de maior incidência da iniciativa empresarial imigrante: **(1)** aos locais de residência das próprias populações imigrantes; **(2)** às zonas mais urbanas, densamente povoadas, com padrões de consumo mais cosmopolitas; e **(3)** onde é maior a prevalência de pequenas e médias empresas (Portes, 1999; Sole e Parella, 2005; Oliveira, 2008b). Para Portes e Zhou (1999: 160) as cidades com maior concentração de empresas de imigrantes tendem a estimular a iniciativa empresarial de outros imigrantes. O quadro 6 sintetiza alguns indicadores calculados para testar essas hipóteses.

<sup>10</sup> É atendendo exatamente a essa mobilização distinta de recursos e oportunidades nas três agências de estratégias empresariais – sociedade de acolhimento, comunidade de origem e indivíduo – que é possível verificar a existência de estratégias empresariais de imigrantes distintas (Oliveira, 2005 e 2007).

Quadro 6

## Indicadores de análise dos empregadores estrangeiros (EE), segundo o município, em 2011

Municípios com mais de 120 empregadores estrangeiros	Taxa de variação de EE 2001-2011	EE por total de empregadores no município (2011)	% de EE por total de residentes estrangeiros	Quociente de Localização de EE **	Quociente de Localização de residentes estrangeiros **	Densidade Populacional*
Lisboa	64,4	9,8	<b>8,1</b>	2	1,7	6435,5
Sintra	5	10	4,8	2	2,6	1187,7
Cascais	31,8	12	7,4	2,5	3,9	2124,5
Loulé	65,9	<b>18,4</b>	7,9	4,2	4,4	92,4
Amadora	12,9	12,2	4,2	2,5	3,1	7370,9
Loures	40,9	8,9	4,5	1,8	2,4	1213,8
Oeiras	12,3	8	7,2	1,6	1,6	3750,2
Odivelas	46,2	10,1	4,9	2,1	2,5	5499,6
Almada	11,6	8,5	5,5	1,7	1,8	2476,5
Porto	-4,2	4,5	7,2	0,9	0,8	5710,2
Seixal	-13,9	7,8	4,6	1,5	1,9	1659,8
Albufeira	49	<b>17,8</b>	6,4	4	5,5	291,7
Portimão	89,7	14,1	6,3	3	3,4	306,1
Faro	76,8	11,6	7,3	2,4	2,3	320,2
Lagos	70,5	<b>21,8</b>	7,4	5,1	5,2	146
Vª Franca de Xira	38,3	7,1	4,8	1,4	1,5	430,9
Vª Nova de Gaia	-23,9	3	7,3	0,6	0,4	1792
Setúbal	12,7	7,4	5,1	1,5	1,5	526
Braga	-19,5	3,3	5,8	0,6	0,7	990,3
Leiria	8,8	3,5	5,9	0,7	0,9	224,7
Matosinhos	44,1	3,4	7,9	0,7	0,5	2807,7
Mafra	100	5	6,2	1	1,4	263,4
Silves	100,8	13,8	5,8	3	3,3	54,4
Funchal	-4,9	5,1	<b>8,4</b>	1	0,7	1461,6
Lagoa	27,8	<b>17,1</b>	<b>8,4</b>	3,8	3,3	260,3
Montijo	198,3	8,4	5,4	1,7	1,8	147,1
Maia	-9,2	2,7	7,9	0,5	0,4	1630,5
Coimbra	-7,9	2,8	5,2	0,5	0,4	449,3
Torres Vedras	101,2	3,7	5,4	0,7	1,1	195
Olhão	83,9	9,2	5,9	1,9	1,8	347,1
Caldas da Rainha	26,6	6,1	7,6	1,2	1,1	201,7
Vila do Conde	90,4	4,2	<b>12,5</b>	0,8	0,4	533,2
Barreiro	13,1	6,5	4,3	1,3	1,2	2157,4
Aveiro	-31,6	3,9	5,1	0,7	0,9	397,1
Tavira	36,7	10,7	5,4	2,2	2,7	42,9
Sª Maria da Feira	-25,4	2,1	7,8	0,4	0,3	644,6
Benavente	230	10,1	6,4	2,1	2	55,8
<b>Total</b>	<b>15,2</b>	<b>5,2</b>				

Fonte: Censos e \* Anuário Estatístico de Portugal (INE)

\*\* Vd. caixa explicativa de quocientes de localização

**Quocientes de localização:** Tal como serão adotados neste artigo, estes quocientes comparam a importância de um grupo na unidade territorial  $i$  (município) com a importância que esse mesmo grupo tem na unidade territorial padrão  $p$  (país). A unidade  $p$  é a unidade de referência e corresponde à agregação das unidades  $i$ , assumindo que a unidade  $p$  tem a distribuição “ótima” do grupo em análise. O quociente de localização (QL) pode variar da seguinte forma:

QL > 1 = sobre representação relativa do grupo na subunidade

QL = 1 = peso relativo reproduz significado geral do país

QL < 1 = sub-representado na unidade

**Quociente de Localização de Empregadores Estrangeiros (QLEE):** mede a concentração relativa de empregadores estrangeiros na subunidade  $i$  (neste estudo será analisado por município). O QLEE é calculado da seguinte forma:

$$QLEE = \frac{\left(\frac{e_i}{p_i}\right)}{\left(\frac{E}{P}\right)}$$

Em que:  $e$  = empregadores estrangeiros na unidade territorial  $i$

$p$  = total de empregadores na unidade territorial  $i$

$E$  = total de empregadores estrangeiros no país

$P$  = total de empregadores no país

**Quociente de localização de residentes estrangeiros (QLRE):** mede a concentração relativa de residentes estrangeiros na subunidade  $i$  (neste estudo será analisado por município). O QLRE pode variar nos mesmos moldes descritos anteriormente e é calculado da seguinte forma:

$$QLRE = \frac{\left(\frac{r_i}{pt_i}\right)}{\left(\frac{R_p}{PT_p}\right)}$$

Em que:  $r$  = estrangeiros residentes na unidade territorial  $i$

$pt$  = portugueses por unidade territorial

$R$  = total de estrangeiros residentes no país

$PT$  = total de portugueses no país

**Quociente de localização de atividades económicas de empregadores (QLAEE):** mede a importância dos empregadores na atividade a na subunidade i. O QLAEE pode variar nos mesmos moldes descritos anteriormente e é calculado da seguinte forma:

$$QLAEE = \frac{\left(\frac{a_i}{t_i}\right)}{\left(\frac{A_p}{T_p}\right)}$$

Em que: a = empregadores da atividade a na unidade territorial i

t = total de empregadores na unidade territorial i

A = total de empregadores da atividade a no país

T = total de empregadores no país

(1) Numa primeira leitura dos dados, parece que a presença e peso de empregadores estrangeiros não têm uma associação direta com o **local de residência** das populações estrangeiras. Da análise da importância dos empregadores estrangeiros em função do total de residentes estrangeiros nos vários municípios, destacam-se os municípios de Vila do Conde (12,5%), Lagoa (8,4%), Funchal (8,4%) e Lisboa (8,1%), municípios esses (com exceção de Lisboa) onde não se verifica uma sobre concentração de residentes estrangeiros.

Assim, procurando perceber melhor como o local de residência das populações estrangeiras explica ou determina a maior iniciativa empresarial dos estrangeiros, foram calculados os *quocientes de localização* (QL) de empregadores e residentes estrangeiros. Para valores superiores a 1 o QL reflete a sobre representação relativa do grupo no município, para valores iguais a 1 o QL identifica os municípios nos quais o peso relativo do grupo reproduz o significado geral do país e para valores inferiores a 1 a situações em que o grupo está sub-representado na unidade.

A comparação dos resultados dos dois quocientes calculados mostra que os empregadores estrangeiros estão sobre representados nos mesmos municípios onde estão também sobre representados os residentes estrangeiros (principalmente das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve). Por sua vez os empregadores estrangeiros mostram-se sub-representados nos municípios do norte do país e em alguns municípios do centro de Portugal – municípios com quocientes de localização inferiores a 1 (e.g. Porto, Maia, Vila Nova de Gaia, Braga, Leiria, Matosinhos, Coimbra, Torres Vedras). Mafra e Funchal são os dois únicos municípios onde se verifica que a proporção de empregadores estrangeiros reproduz o seu significado geral para o país.

Este padrão de concentração residencial remonta já aos primeiros fluxos imigratórios para Portugal. Segundo dados das Estatísticas Demográficas do INE, desde 1975 que os estrangeiros com residência legalizada se concentram principalmente nos distritos costeiros de Lisboa, Faro e Setúbal. Esta implantação territorial reflete também as oportunidades de inserção económica que os imigrantes encontraram ao longo das últimas décadas nessas regiões. A região de Lisboa e Vale do Tejo é um dos polos mais importantes de concentração das atividades económicas em Portugal. A concentração de cerca de 2/3 da população estrangeira ativa na Região de Lisboa refletia também até à década de 1990 uma polarização e sobre concentração geográfica de empregos nessa área.<sup>11</sup> Em 2011, segundo dados dos Censos, 28,0% da população ativa portuguesa encontrava-se nesta área quando 53,4% dos ativos estrangeiros se concentram nesta região (e 51,6% dos estrangeiros residentes), tendência que se manteve nos últimos dez anos.<sup>12</sup> A taxa de atividade dos portugueses nesta mesma região

<sup>11</sup> Entre 1986 e 1994 o emprego no sector da construção civil e das obras públicas cresceu particularmente na Área Metropolitana de Lisboa (Baganha et al., 1999:150).

<sup>12</sup> Para os censos de 2001 vd. Fonseca et al. (2002:25).

é de 42,7%, quando a taxa dos estrangeiros corresponde a 52,5%. É o sector terciário que ocupa a maioria da população ativa nesta área metropolitana. Por outro lado, segundo dados do Anuário Estatístico de Portugal (INE), em 2011, esta região apresentava a maior densidade de empresas com 113,1 empresas por km<sup>2</sup> (quando a média para Portugal era de 12,4 empresas) e os valores mais altos no volume de negócios por empresa – 495,4 milhares de euros (311,5 milhares de euros era a média para o país).

Ainda assim, como alguns autores têm realçado, as vagas migratórias desde a transição para o século XXI, principalmente da Europa de Leste, apresentaram tendências diferentes de inserção regional denotando, em particular, maior dispersão pelo território português (Pires, 2002; Malheiros, 2002). Esta mudança deveu-se em particular ao facto de, ao contrário da imigração tradicional dos PALOP, estes imigrantes não chegaram por intermédio de redes de solidariedade informais mas, antes, mediante estratégias organizadas de recrutamento formal que interligaram mercados à escala global (Pires, 2002).

Por outro lado, esta tendência esteve também associada a novas necessidades e oportunidades de emprego em mercados regionais como o Algarve, o Norte Litoral, e o Centro Litoral (Malheiros, 2002:71).

Alguns dados recolhidos no âmbito do inquérito CLAI/ACIDI (2009/2010) ajudam também na análise das opções de implantação territorial dos imigrantes. Os inquiridos estrangeiros não comunitários foram questionados (através de uma pergunta de resposta múltipla) acerca dos principais motivos que os levaram a optar pela residência no município em que se encontram. As principais razões dadas pelo total de inquiridos (5.669 imigrantes não comunitários) foram a proximidade face a familiares ou amigos (42,1%), a existência de trabalho (32,7%), preços mais baixos na habitação (16,8%) e existência de muitos imigrantes da mesma origem aí residentes (12,6%). Extraindo desse universo os trabalhadores por conta própria inquiridos (quadro 7), conclui-se que esses imigrantes tendem a dar como principais motivos para a escolha do município de Portugal onde se encontram, “o local onde encontram emprego” (34,6%) e a “proximidade a familiares e amigos” (37,3%). Se a análise for desagregada por nacionalidade, nota-se que os trabalhadores por conta própria chineses inquiridos para além de destacarem essas duas motivações consideram também os serviços e comércio que o local oferece (23,9%). Apesar da proximidade a familiares e amigos se destacar entre as motivações para a escolha do município de residência, os inquiridos não tendem a relevar o “local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem” para justificar as suas opções de implantação territorial em Portugal (apenas 12,4% no caso dos trabalhadores por conta própria e 12,6% do total de inquiridos).

Quadro 7

Principais motivos na origem da opção pelo município atual de residência para trabalhadores por conta própria (TCP) inquiridos (% de respondentes)			
Motivos	% total de TCP respondentes	% TCP Chineses	% TCP Brasileiros
Local onde encontrou emprego	34,6	47,8	25,8
Boa qualidade do ambiente "natural" (clima, paisagem)	13,1	4,5	14,2
Boa imagem dos habitantes e ambiente social	8,7	7,5	14,8
Bons acessos viários/acessibilidade	7,0	3,0	12,3
Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem	12,4	9,0	11,0
Proximidade face a familiares ou amigos	37,3	37,3	36,1
Preços mais baixos na habitação	17,1	10,4	11,0
Nível de vida mais acessível	8,7	7,5	9,7
Qualidade mais elevada nas habitações existentes	3,1	0,0	3,9
Pelos serviços e comércio que oferece	5,1	23,9	2,6

Fonte: CLAI/ACIDI 2009/2010 (extração da amostra e cálculos da autora)

É interessante verificar ainda que os respondentes trabalhadores por conta própria não destacam como motivação para a escolha do município em Portugal questões associadas à acessibilidade (apenas 7% dos respondentes) ou aos serviços e comércio da zona (apenas 5,1%). O tipo de atividades empresariais que desenvolvem – essencialmente nas áreas da restauração e similares, comércio por grosso e a retalho e construção –, com poucas necessidades de transporte de mercadorias, e o perfil de clientes que captam deve,

pois, determinar também as motivações destes trabalhadores por conta própria, neste caso essencialmente ligadas à existência de trabalho (ou a oportunidades para as suas atividades).

Se a análise dos motivos na origem da opção pelo município de residência dos trabalhadores por conta própria for desagregada em função da região de residência do respondente é possível identificar algumas diferenças. Nas regiões do Norte e Área Metropolitana de Lisboa Sul a principal motivação dos trabalhadores por conta própria estrangeiros não comunitários, na escolha do município de residência, é a proximidade a familiares e amigos (47,5% e 31,7%, respetivamente). A motivação associada ao local onde encontram emprego é destacada pelos respondentes residentes nas regiões do Alentejo e Algarve (56,9%), Madeira e Açores (38,2%) e Centro (51,4%). Os residentes na Área Metropolitana de Lisboa Norte tendem a dispersar mais as suas motivações, embora realcem mais a importância da proximidade face a familiares ou amigos (31,7%) e os preços mais baixos na habitação (19,4%).

Em suma, deve atender-se que o local de residência pode determinar a implantação territorial de empregadores estrangeiros de forma heterogénea e/ou o número geral aglutina uma diversidade de situações. Por outras palavras, se o local de residência explica a localização das empresas de algumas nacionalidades (e.g. cabo-verdianos, brasileiros, angolanos) essencialmente nos municípios da região de Lisboa, não explica a opção por outras regiões do país de outras nacionalidades (e.g. chineses, ucranianos) que atendem a outro tipo de fatores para a implantação territorial das suas opções empresariais.

**(2)** Verifica-se, por outro lado, uma associação positiva dos empregadores estrangeiros aos municípios de maior **densidade populacional**. Nos municípios de maior densidade populacional, com exceção do Porto, os empregadores estrangeiros representam sempre cerca de 10% do total de empregadores do município, mas para o total de residentes estrangeiros a importância relativa de empregadores estrangeiros é variável – em Lisboa representam 8,1%, mas na Amadora ou em Odivelas, ficam pelos 4,2% ou 4,9%, respetivamente (vd. quadro 6). A essa tendência, são exceção os municípios algarvios, onde os empregadores estrangeiros aumentaram significativamente a sua presença nos últimos anos, dilatando o seu impacto na estrutura empresarial local, mas correspondem na sua generalidade a territórios de baixas densidades populacionais (e.g. município de Loulé, Silves, Tavira, Lagos). Assim a distribuição geográfica dos estrangeiros residentes não reflete somente a sua procura pelos centros urbanos. Os estrangeiros concentram-se nas áreas onde predominam oportunidades económicas nos nichos profissionais onde preferencialmente se inserem. A partir dos dados analisados torna-se também evidente que a inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho português determina as suas áreas de concentração geográfica. Quer se tratem de fluxos laborais, profissionais, técnicos, empresariais ou mistos os estrangeiros residentes polarizam-se nas regiões do país onde há mais oportunidades nos segmentos do mercado de trabalho que procuram (Oliveira, 2004).

Ainda assim, como sugere Malheiros (1996), a instalação das populações estrangeiras em centros urbanos está muito relacionada com o facto do anonimato urbano facilitar “a instalação de populações ricas e culturalmente diferentes, uma vez que a diversidade da vida nas grandes cidades gera uma atitude de maior tolerância por parte dos habitantes das grandes urbes.” (1996:92). Neste âmbito alguns autores têm vindo a demonstrar que a taxa de criação de empresas é sempre mais elevada nas zonas urbanas. *Fatores de ordem estrutural* inerentes ao próprio contexto geográfico explicam essas diferenças (OCDE, 1990, Almeida et. al 1994). A concentração de infraestruturas empresariais (e.g. concentração industrial, da tecnologia), a disponibilidade de recursos (e.g. espaços, parques e/ou incubadoras de empresas), a densidade económica e/ou a tradição local de iniciativa empresarial tendem a determinar a concentração dos empresários imigrantes. É nas cidades que os recursos se concentram e vários grupos e interesses sociais se encontram e interagem. Não é surpreendente por isso que os imigrantes (não só em Portugal mas também noutras sociedades de acolhimento) se concentrem predominantemente em centros urbanos (OCDE, 1998b).

**(3)** Os dados dos Censos de 2011 ajudam a perceber também que há municípios onde se verifica um **maior impacto dos empregadores estrangeiros na estrutura empresarial** local. O maior peso relativo é verificado nos municípios algarvios – em Lagos os empregadores estrangeiros representam 21,8% dos empregadores do município, seguido de Loulé, Albufeira e Lagoa onde representam 18,4%, 17,8% e 17,1%, respetivamente – e o menor está associado a municípios do Norte do país – representam 2,7% dos empregadores na Maia, 3% em Vila Nova de Gaia, 3,3% em Braga, 3,4% em Matosinhos e 4,5% no Porto (conforme quadro 6).

Procurando tornar mais evidente as diferenças relativas entre as opções de implementação territorial dos empresários estrangeiros e dos portugueses, construiu-se também um *índice de empreendedorismo estrangeiro* (IEE – vd. caixa explicativa de índices) para cada município de Portugal com mais de quinhentos estrangeiros residentes. Com este índice tenta-se extrair as particularidades locais inerentes a cada zona e analisar-se assim as diferenças efetivas de localização dos empregadores estrangeiros por comparação aos nacionais em 2001

e 2011. Por outras palavras, a atracção e/ou a repulsão de empregadores estrangeiros em cada município são medidas artificialmente a partir deste índice comparado de taxas de empreendedorismo. Os valores positivos do índice mostram que os estrangeiros têm taxas de empreendedorismo superiores às dos portugueses nesse município. Já os valores negativos no índice refletem que nesse município os portugueses são mais empreendedores que os estrangeiros. Em suma, pretende-se com este índice dar uma aproximação importante às tendências de dispersão territorial do investimento empresarial estrangeiro e identificar os municípios em que efetivamente os estrangeiros se destacam como mais empregadores.

**Índice de Empreendedorismo Estrangeiro (IEE):** corresponde à comparação entre as taxas de empreendedorismo dos estrangeiros e dos nacionais por cada unidade territorial. Este índice desenvolvido em Oliveira (2008a) é calculado da seguinte forma:

Em que: PeT = padrões estrangeiros por unidade territorial

AeT = ativos estrangeiros por unidade territorial

PtT = total de padrões por unidade territorial

$$IEE = \left( \frac{\sum PeT}{\sum AeT} \times 100 \right) - \left( \frac{\sum PtT}{\sum AtT} \times 100 \right)$$

AtT = total de ativos por unidade territorial

Este índice tem os seguintes valores de referência:

IEE < 0 – sub-representação relativa de empresários estrangeiros na unidade territorial

IEE = 0 – o peso relativo dos empresários estrangeiros reproduz os padrões gerais da unidade territorial

IEE > 0 – sobre representação relativa de empresários estrangeiros na unidade territorial

**Índice de Dissimilaridade de Empregadores Estrangeiros (IDEE):** seguindo a lógica adotada por Duncan e Duncan (1955), este índice corresponde à percentagem de empreendedores estrangeiros que mudariam de unidade territorial (neste caso o município) para que se verificasse a mesma distribuição geográfica que os empregadores portugueses. O índice varia entre 0 (não se verificam diferenças na distribuição de empregadores estrangeiros e de empregadores portugueses) e 100 (total dissimilaridade entre empregadores estrangeiros e portugueses) e é calculado da seguinte forma:

Em que: e = empregadores estrangeiros por unidade territorial

E = total de empregadores estrangeiros no país

p = empregadores portugueses por unidade territorial

$$IDEE = \sum_{i=1}^n \left| \frac{e}{E} - \frac{p}{P} \right| * 0,5 * 100$$

P = total de empregadores portugueses no país

Para clarificar se o município tem a mais ou a menos empregadores estrangeiros para terem a mesma distribuição que os empregadores portugueses, optou-se por considerar os valores do índice sem o módulo. Por outras palavras mantem-se os resultados negativos ou positivos do índice.

O IEE permite fazer uma análise mais fina das efetivas opções de localização dos empregadores estrangeiros em Portugal e identificar as zonas do país onde a sua importância relativa é superior. Verificam-se alguns municípios onde (conforme se mostrava no quadro 6) os empregadores estrangeiros têm mais impacto na estrutura empresarial local – essencialmente verificado nos municípios algarvios. Os resultados do índice de atracção para esses municípios em 2011 confirmam isso mesmo, mantendo os valores positivos de 2001: Lagos com +4,9 (era +3,3 em 2001), Faro com + 2,5 (antes +2,1), Loulé com +1,9 (era +2,5) e Portimão com +0,9 (era

+1,5). Albufeira é o único município que passa a ter maiores taxas de empreendedorismo entre portugueses que entre estrangeiros: de +2,3 em 2001, o índice passa para -0,8 em 2011.

Verifica-se ainda que, muito embora se mantenha a principal tendência de associação dos empresários imigrantes aos municípios do litoral de Portugal, nem sempre se confirma que os municípios onde apresentavam maiores taxas de empreendedorismo se destacam efetivamente por terem mais impacto na estrutura empresarial local. A esse respeito verificam-se, por exemplo, alguns contrastes interessantes entre os municípios do distrito de Lisboa. Os municípios de Odivelas e Loures obtêm resultados particularmente curiosos: apesar das taxas de empreendedorismo imigrante nos municípios rondarem os 7,8% e 6,1%, respetivamente em 2001, o índice de empreendedorismo mostra-se pouco atrativo em Odivelas (+0,2) ou mesmo repulsivo em Loures (-0,7, ou seja, a população portuguesa é mais empreendedora que a população estrangeira). Em 2011 a tendência de repulsividade ao empreendedorismo estrangeiro alastra-se a outros municípios do distrito de Lisboa: -0,2 passa a ser o índice para Odivelas, -0,7 em Loures, -0,2 em Sintra (tinha +0,7 em 2001) e -0,1 na Amadora (tinha +0,7 em 2001). Lisboa e Cascais são os únicos municípios que permanecem com um índice positivo de atração de empregadores estrangeiros: +2,1 (era +2,5 em 2001) e +1,3 (era 2,3 em 2001), respetivamente.

Estas tendências poderão associar-se ao facto de as taxas de empreendedorismo nesses municípios refletirem em parte a própria concentração residencial das populações imigrantes. As iniciativas empresariais de estrangeiros nesses municípios poderão, assim, estar essencialmente a responder às necessidades de consumo das populações imigrantes aí residentes, não contribuindo necessariamente para o dinamismo empresarial da região (onde os empresários portugueses apresentam taxas mais elevadas).

Em consequência pode concluir-se também que nem sempre a elevada taxa de empreendedorismo estrangeiro traduz, a nível local, uma vantagem competitiva para a própria população estrangeira, mas refletir tão-somente o próprio dinamismo e estruturas empresariais de alguns municípios. Por outras palavras, a população ativa do município na sua globalidade (portugueses e estrangeiros indistintamente) tende a contribuir de igual forma para a densidade empresarial característica dessa zona e/ou os portugueses podem apresentar mesmo taxas de empreendedorismo mais elevadas que os estrangeiros residentes nesses municípios.

Por outro lado, nota-se que os estrangeiros podem também procurar novas zonas de investimento onde a densidade empresarial pode ser baixa, por forma a destacar-se com as suas iniciativas. Para Brown e Butler (1993: 107-108) é possível identificar duas áreas distintas onde pode surgir desenvolvimento empresarial: a *área original* e a *área adotiva*.<sup>13</sup> A primeira área apresenta alguma densidade empresarial e existem redes sociais empresariais densas onde proliferam informação acerca de oportunidades empresariais. É nesta área que proliferam as ideias originais de investimento empresarial. A área adotiva refere-se às regiões com fraca densidade empresarial e onde as iniciativas empresariais surgem posteriormente, inspiradas nos resultados de sucesso das estratégias desenvolvidas nas áreas originais.<sup>14</sup> Estas iniciativas empresariais são normalmente subsidiadas pelos recursos das redes sociais das áreas originais. Segundo Brown e Butler (1993: 108), os empresários das áreas originais acabam por beneficiar também desta relação. O conhecimento que esses empresários adquirem das tentativas de investimento de outros, em contextos territoriais distintos, torna-os mais flexíveis e com melhores performances.

Enquanto os territórios com elevada densidade empresarial poderão oferecer um universo concorrencial superior para o empresário estrangeiro, têm também, à partida, garantidas algumas infraestruturas, redes sociais e circuitos empresariais locais que poderão potenciar a sua atividade empresarial. Em contrapartida, em territórios com baixa densidade empresarial há menor concorrência, mas verificam-se redes locais empresariais mais fracas, fator que pode se tornar crítico para o desenvolvimento empresarial. Nesses últimos contextos, segundo Brown e Butler (1993: 107), pode tornar-se premente para os empresários recorrerem a redes sociais estabelecidas em outros países ou regiões, ao mesmo tempo que definem as suas próprias redes empresariais locais.

Com o tempo os empresários das áreas adotivas tendem a definir novas redes sociais locais e a tornarem-se cépticos acerca das informações adquiridas a partir das redes sociais originais, por essas informações se tornarem distorcidas e pouco operacionais com a distância.<sup>15</sup> Também porque os contextos têm características

<sup>13</sup> Tradução livre de *Originating Area e Adopting Área*.

<sup>14</sup> No modelo original os autores descrevem "(...) the area may received the entrepreneurial idea from another region. 'Adopting area' is used to refer to those nations or regions seeking to accelerate their rate of development through the encouragement of entrepreneurial activity" (Brown e Butler 1993: 107). Contudo, optou-se por adotar uma noção mais genérica desta categoria para fazer referência ao investimento de empresários imigrantes em regiões com fraca densidade empresarial baseado no recurso a redes sociais sedimentadas em outras regiões do país. Neste caso, contemplam-se também os casos em que apesar do contexto local não ter definido incentivos à iniciativa empresarial, os empresários imigrantes investiram.

<sup>15</sup> Acerca das barreiras de transferência de informação de redes sociais de um contexto para outro vd. Brown e Butler (1993: 105).

distintas, as estratégias empresariais das áreas adotivas tendem a adquirir características distintas das estratégias definidas na área original. Apesar dos autores não o preverem, acredita-se que no caso dos empresários estrangeiros deve ter-se em consideração que as áreas originais de um país podem ter começado por ser áreas adotivas de áreas originais de um outro país. Concretamente, empresários chineses que investem em Lisboa, depois de terem sido empresários em Amesterdão (por exemplo), é natural que recorram a redes sociais e empresários de referência do primeiro país onde tiveram a sua experiência migratória. Decorridos alguns anos, com o crescimento da população chinesa e a constituição e consolidação de redes sociais locais com recursos empresariais em Lisboa, estes empresários tenderam a investir em outras regiões do país adotando nesse segundo momento as redes sociais que adquiriram em Lisboa (Oliveira, 2009).

A comparação dos dados dos Censos de 2001 e 2011 parece dar conta de algumas dessas mudanças de implantação territorial. Muito embora persista a concentração de empregadores estrangeiros nos municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo (área original), destacam-se neste último recenseamento os municípios do Algarve (possível área adotiva). Parece, pois, confirmar-se a hipótese de que os empregadores estrangeiros investem primeiro em Portugal em regiões de maior densidade empresarial tradicional, avançando depois para outras zonas quando consolidadas as redes sociais nos locais de investimento originais.

O trabalho de terreno desenvolvido junto da comunidade empresarial chinesa dá também alguma ilustração deste fenómeno (Oliveira, 2009, 2010b). Os primeiros pequenos e médios trabalhadores por conta própria chineses tenderam a concentrar-se em Lisboa e no Porto, nomeadamente em áreas urbanas comerciais já consolidadas por outros – caso da Mouraria em Lisboa onde estavam concentrados trabalhadores por conta própria africanos e indianos. Ao longo da última década foram, contudo, se dispersando para outras áreas da cidade e, mesmo, identificando outros polos comerciais na periferia dessas cidades, onde se conseguem definir grandes armazéns grossistas (impossível nos centros urbanos) para alimentar os negócios de pequena dimensão (caso do Porto Alto – a servir a área original de Lisboa – e Vila do Conde a servir a área original do Porto). A aposta do grande empresário chinês que investiu no Porto Alto, depois de ter tido durante anos o monopólio do aluguer e subaluguer de lojas na zona do Martim Moniz e Mouraria em Lisboa, conforme relatado em entrevista com o próprio (em 2002 e novamente em 2007), deveu-se essencialmente ao facto das “rendas serem baratas e ter uma estrada que liga o Norte ao Sul do país”, expandindo o seu negócio a partir das redes sociais estabelecidas em Lisboa (Oliveira, 2012).

Em suma, deve reconhecer-se também a gestão de risco em que os empresários investem, optando ou por se destacar em territórios de elevada ou baixa densidade empresarial ou em atividades económicas já desenvolvidas ou em falta.

### 3.2. Atividades económicas dos empregadores estrangeiros

A literatura tem associado o empreendedorismo imigrante essencialmente a atividades consideradas étnicas e/ou de resposta às necessidades das comunidades imigrantes ou de consumos de produtos étnicos (Waldinger et al, 1990). Contudo, os imigrantes têm demonstrado cada vez mais o seu investimento não apenas em sectores tradicionais, mas também em atividades consideradas de valor acrescentado (OCDE, 2011: 151).<sup>16</sup>

Na Europa, segundo dados publicados pela OCDE, entre 1998 e 2008, cerca de 19% dos trabalhadores por conta própria estrangeiros estavam em atividades do comércio (por comparação a 21% dos nativos), 18% no sector da construção (17% para nativos), 12% em atividades de alojamento e restauração (6% para nativos), 8% em atividades de consultoria científica e técnica (13% entre nativos) e 6% em atividades de saúde humana e apoio social (7% para nativos) (OCDE, 2011: 152). Em Portugal, apesar dos empregadores estrangeiros terem aumentado nas últimas décadas, continuam a estar orientados para os mesmos segmentos da estrutura de oportunidades da economia portuguesa (vd. quadro 8).

<sup>16</sup> Apesar de se detetarem variações nos contextos de receção de imigrantes nas diferentes sociedades europeias verificaram-se algumas regularidades nos diferentes países da Europa do Norte (Waldinger et al., 1990: 81). Concretamente, no seguimento do aumento do desemprego e da discriminação no acesso ao mercado de trabalho no início da década de 1970, a integração económica dos imigrantes passou a ficar dependente da criação e desenvolvimento de pequenas empresas. Inicialmente as empresas de imigrantes concentraram-se em mercados que respondiam essencialmente à procura da sua comunidade de origem. Contudo, nas últimas décadas, as iniciativas empresariais começaram a abrir-se para outros mercados onde as barreiras à entrada eram menores (Waldinger et al., 1990: 81).

Quadro 8

Principais motivos na origem da opção pelo município atual de residência para trabalhadores por conta própria (TCP) inquiridos (% de respondentes)									
Nacionalidade	Indústrias transformadoras	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	Alojamento, restauração e similares	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Total de patrões e empregadores
Portugueses	13,5	11,7	24,9	11,8	8,7	2,3	5,1	1,4	435 426
<b>Total Estrangeiros</b>	<b>6,8</b>	<b>12,6</b>	<b>25,4</b>	<b>18,1</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5,8</b>	<b>2,6</b>	<b>23 697</b>
Diferença entre Estrangeiros e Portugueses (%)	-6,7	0,9	0,5	6,3	-4,7	2,7	0,7	1,2	-
Brasil	5,4	13,3	14,3	21,3	3	5,2	8,8	3,8	7 258
China	1,8	0,1	82,4	13,8	0,4	0,4	0,3	0	3 075
Ucrânia	13,7	25,2	12,7	13,4	1,7	4,5	4,5	1,3	1 413
Reino Unido	5,8	4,9	12,1	20,5	9,2	8,7	3	4,7	1 173
Roménia	9,9	29,2	12,7	16,4	1,4	10	2,5	2,3	1 107
França	11,7	9,8	25,6	14,3	6,8	3,6	5,4	1,5	1 007
Cabo Verde	4,6	27,9	15	20	1,6	9,4	3,5	1,9	947
Angola	9	18,7	19,1	15,5	4,5	5,6	5	1,9	918
Alemanha	14,4	5,1	17,4	13,9	10,9	5,8	6,7	4,2	777
Espanha	6,1	4,8	22,5	15,4	9,8	2,9	13,1	2,8	748

Fonte: Censos 2011, INE (cálculos da autora)

Segundo dados dos Censos de 2011, verifica-se que tanto os empregadores estrangeiros como os portugueses têm mais empresas nas atividades do comércio (25,4% e 24,9%, respetivamente). O segundo grupo de atividades económicas mais importante abarca os investimentos em alojamento, restauração e similares (18,1% para empregadores estrangeiros e 11,8% para os nacionais) e a terceira é a construção (12,6% por comparação aos 11,7% verificado para os nacionais). Com exceção das atividades da indústria transformadora (com -6,7 pontos percentuais que os nacionais) e atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (os estrangeiros com -4,7 pontos percentuais que o verificado para os empregadores nacionais), nas restantes atividades a importância relativa para os empregadores estrangeiros é sempre superior à verificada nos portugueses.

Segundo Brown e Butler (1993: 115) a especialização dos empresários em determinados sectores económicos define um grande potencial para o desenvolvimento de redes sociais empresariais que, por sua vez, potenciam a criação de novos negócios. Para Waldinger et al. (1990: 133), apesar de não existir um plano orquestrado e intencional para os empresários imigrantes se concentrarem em nichos específicos, o recurso às redes étnicas e aos seus respetivos recursos comunitários empurram os imigrantes para determinados sectores económicos. Neste contexto, segundo os autores, acabam por se definir estratégias empresariais coletivas. São estes recursos e estratégias específicas que distinguem os empresários.

A comparação dos *quocientes de localização de atividade económicas por regiões*<sup>17</sup> de Portugal para o total de empregadores e para os empregadores estrangeiros ajuda a clarificar ainda se os empregadores estrangeiros estão a complementar a estrutura empresarial local face aos investimentos que promovem ou tendem a reproduzi-la (vd. quadro 9). Verifica-se que é no Algarve que os empregadores estrangeiros apresentam mais semelhanças com o total de empregadores na região, concentrando-se nas mesmas atividades (e.g. alojamento, restauração e similares; atividades imobiliárias; construção). Por sua vez, na Região de Lisboa observa-se uma maior dispersão por atividades, denotando a localização dos municípios mais densamente povoados do país com mais serviços e atividades diversificadas nas quais os estrangeiros tendem a estar sobre representados. É nas regiões Norte e Centro que os empregadores estrangeiros mais especializam o seu investimento na indústria transformadora e no Alentejo que mais concentram as suas atividades empresariais da agricultura e indústrias extrativas, reproduzindo (ainda assim) a própria atividade em que essas regiões estão mais especializadas.

<sup>17</sup> Vd. Caixa explicativa dos quocientes de localização calculados. Os valores superiores a 1 no quociente mostram a expressão superior de determinadas atividades económicas face à tendência geral verificada para o país e/ou ilustram que a região é mais especializada numa determinada atividade.

Quadro 9

Quociente de Localização de Atividades Económicas (CAE) por Regiões de Portugal Continental para Total de Empregadores e Empregadores estrangeiros (EE) em 2011										
Situação na Profissão	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve	
	Total	EE	Total	EE	Total	EE	Total	EE	Total	EE
<b>Total</b>	<b>156 436</b>	<b>3 489</b>	<b>102 495</b>	<b>3 092</b>	<b>128 007</b>	<b>11 631</b>	<b>29 332</b>	<b>1 238</b>	<b>23 905</b>	<b>3 565</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,0	0,6	1,2	1,5	0,3	0,4	2,5	6,5	0,8	1,0
Indústrias extrativas	1,1	0,9	1,5	1,8	0,3	0,4	2,3	5,9	0,5	0,5
Indústrias transformadoras	1,4	1,5	1,1	1,6	0,6	0,8	0,8	0,8	0,5	0,6
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,9	1,5	1,1	0,6	1,0	1,1	1,2	0,5	1,1	0,6
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,9	1,9	1,2	1,8	1,0	0,7	1,0	0,5	0,7	0,7
Construção	1,0	0,5	1,2	0,8	0,8	1,2	0,9	0,7	1,1	1,3
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1,0	1,5	1,1	1,2	0,9	0,9	1,0	1,3	0,9	0,7
Transportes e armazenagem	0,8	0,7	1,2	1,6	1,1	0,9	1,0	1,5	1,0	0,8
Alojamento, restauração e similares	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,2	0,9	1,7	1,4
Atividades de informação e de comunicação	0,6	0,5	0,5	0,7	2,1	1,5	0,5	0,4	0,5	0,6
Atividades financeiras e de seguros	0,8	1,0	0,8	0,4	1,5	1,2	0,8	0,8	0,6	0,9
Atividades imobiliárias	0,7	0,5	0,7	0,8	1,5	0,7	0,7	0,4	2,0	2,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,9	1,2	0,8	0,7	1,5	1,1	0,7	0,5	0,8	0,9
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,7	0,4	0,7	0,6	1,5	1,2	0,7	0,6	1,7	1,4
Educação	0,9	1,3	0,9	1,0	1,2	1,0	0,9	0,8	0,8	0,7
Atividades de saúde humana e apoio social	0,9	1,1	0,9	1,0	1,3	1,1	0,8	0,7	0,8	0,9
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,7	1,2	0,7	0,8	1,6	0,9	0,6	0,5	1,2	1,1
Outras atividades de serviços	0,9	1,0	0,8	0,7	1,3	1,2	0,7	0,4	0,9	0,7
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	0,6	0,3	0,6	0,1	1,8	1,7	0,9	0,6	0,6	0,3

Fonte: Censos 2011 (cálculos da autora)

Observa-se, contudo, uma distribuição diferenciada das atividades económicas em função da nacionalidade do empregador estrangeiro (vd. quadro 8). Por outras palavras, a nacionalidade do empregador parece explicar a distribuição pelos sectores económicos. Os empresários chineses estão sobre representados nas atividades do comércio por grosso e a retalho (82,4%) e da restauração (13,8%). Os empregadores cabo-verdianos, ucranianos e romenos, por sua vez, encontram-se mais concentrados nas atividades da construção (27,9%, 25,2% e 29,2%, respetivamente), refletindo a importância da sua experiência profissional em atividades subordinadas em Portugal para a decisão de desenvolvimento de uma atividade empresarial. O inquérito por questionário aplicado em 2002 a 854 empresários de origem imigrante (Oliveira, 2005) confirmava já esta tendência, mostrando a grande associação entre o sector onde os empregadores haviam trabalhado antes de forma assalariada e o sector da atividade empresarial.

Nas atividades de consultoria científicas, técnicas e similares, verifica-se uma maior expressão entre os empregadores da União Europeia – Reino Unido (9,2%), Alemanha (10,9%) e Espanha (9,8%) - por comparação a 8,7% para os portugueses ou apenas 4% para a média geral dos empregadores estrangeiros.

Os empregadores brasileiros são os que mais diversificam as suas atividades económicas. Sendo a sua maior concentração nas atividades do alojamento e restauração (21,3%), reproduzindo também alguns dos padrões de inserção assalariada no mercado de trabalho português, dispersam o seu investimento por atividades do comércio (14,3%), construção (13,3%), saúde humana e apoio social (8,8%), indústria transformadora (5,4%) e serviços administrativos e de apoio (5,2%), tendo ainda cerca de 12,5% de empregadores em outras atividades dos serviços. A crescente diversificação dos sectores de investimento, segundo a análise feita pela OCDE (2010), deve-se ao aumento dos níveis de educação de muitos imigrantes e as mudanças observadas nas próprias estruturas económicas nas sociedades pós-industriais. Importa atender que os empregadores brasileiros têm inerentes duas vagas migratórias com perfis distintos. Até meados da década de 1990, ao contrário dos outros estrangeiros oriundos de países CPLP, a maioria dos brasileiros não estava em profissões ligadas à indústria, construção e transportes; mas antes em profissões científicas e técnicas, onde aumenta a incidência de trabalhadores independentes (Ferreira e Rato, 2000:15). É a vaga iniciada na transição para o século XXI que contribui para a definição de novos contornos de inserção no mercado de trabalho português, em particular nos segmentos profissionais de baixa qualificação (e.g. construção, restauração). Assim a diversidade de atividades económicas entre empregadores brasileiros refletem estes diferentes perfis migratórios que se implantaram no país.

Para Waldinger (1996) a concentração de certos grupos étnicos em alguns sectores económicos (e.g. construção, comércio a retalho) é o resultado de uma causalidade cumulativa. Ou seja, o sucesso dos pioneiros em determinados segmentos ocupacionais, e subsequente mobilização de capital social por outros indivíduos nas redes sociais onde esses pioneiros participam, tende a cristalizar as opções económicas subsequentes. Redes sociais com densidades elevadas tendem a exercer um controle social apertado sobre o comportamento económico dos seus membros. Neste âmbito podem ser definidos padrões de conduta económica em determinados nichos empresariais que, através do controlo social, permanecem ao longo de gerações (Portes, 1999: 20).

Outros investigadores realçam que as opções empresariais dos imigrantes por determinados nichos são consequência das próprias características desses ramos de atividade (Rath e Kloosterman, 2000). Os empresários imigrantes tendem a concentrarem-se em sectores onde os custos de começar a atividade empresarial são relativamente baixos e/ou não são requeridas qualificações ou conhecimentos específicos. Neste âmbito Rath e Kloosterman concluem que os restaurantes e pequenas lojas exigem tecnologia simples e podem funcionar essencialmente com mão-de-obra e com pouco capital inicial. Assim empregando trabalhadores familiares e/ou trabalhadores da comunidade de origem estes empresários podem reduzir os custos da atividade empresarial. Porque os empresários imigrantes tendem a investir nos sectores empresariais onde há menos barreiras ou dificuldades no processo inicial (*start-up*), acabam por operar em mercados onde a competição é bastante elevada. Os principais concorrentes são normalmente coétnicos. Em resultado, os empresários imigrantes frequentemente aceitam margens pequenas de lucro para se manterem no mercado.

Os empregadores estrangeiros em Portugal também se encontram concentrados nos sectores económicos com menos barreiras à entrada (e.g. menor investimento financeiro e sem necessidade de qualificações específicas), onde a produção é maioritariamente de pequena escala, com pouco valor acrescentado e baseado em trabalho intenso (Oliveira, 2010a: 131-132). Assim, muito embora se verifiquem alguns casos de maior sucesso e inovação empresarial entre imigrantes (Oliveira, 2005), à semelhança do que é observado em outros países (Kloosterman e Rath, 2001), a maioria dos empresários estrangeiros em Portugal parece ter estado ao longo da última década a ser canalizada para os sectores de menor inovação, onde não são necessárias

competências ou qualificações específicas, de menor investimento de capital financeiro, com margens mais limitadas de lucro, e/ou mais exigentes em termos laborais (e.g. construção, comércio, restauração).

Apesar de ser viável admitir que há sectores mais premiáveis e por isso mais procurados pelas sucessivas vagas migratórias de uma dada sociedade de acolhimento, como Waldinger (1996) bem alerta, deve ter-se em consideração que as oportunidades em determinados sectores não são constantes ao longo do tempo (e.g. caso do sector da construção civil), nem diferentes grupos imigrantes se comportam da mesma forma.

O sector onde os imigrantes investem pode estar associado ainda ao tempo de referência para o qual definem o seu projeto migratório e, assim, o seu investimento. Segundo Bonacich (1973: 585), os imigrantes que pretendem regressar ao seu país de origem rapidamente tendem a arriscar mais, mas a investir sempre em atividades empresariais que não remetam para uma fixação territorial. Nas palavras da autora há uma opção clara por *transportable occupations* (e.g. barbearias, sapateiros, joalherias, restauração, costureiras e/ou alfaiates). São normalmente sectores que não exigem níveis de qualificação elevados e/ou reconhecimento de qualificações dos empregadores, mas permitem uma integração rápida no mercado de trabalho. Este parece ser o caso de uma parte substantiva dos empregadores chineses que se inserem maioritariamente no sector do comércio de pequena e média dimensão.

Apesar de não ser de negligenciar a importância das redes sociais que podem estar na origem destas opções de investimento empresarial; os dados analisados mostram também que as diferentes populações estrangeiras não estão sensíveis às mesmas oportunidades no mercado de trabalho português, nem sempre investindo por isso nas mesmas atividades económicas. Deve admitir-se ainda que o contexto espacial ajuda a determinar as estratégias de inserção económica, não se verificando necessariamente uma relação causal entre a origem étnica do indivíduo e as suas opções económicas de inserção.

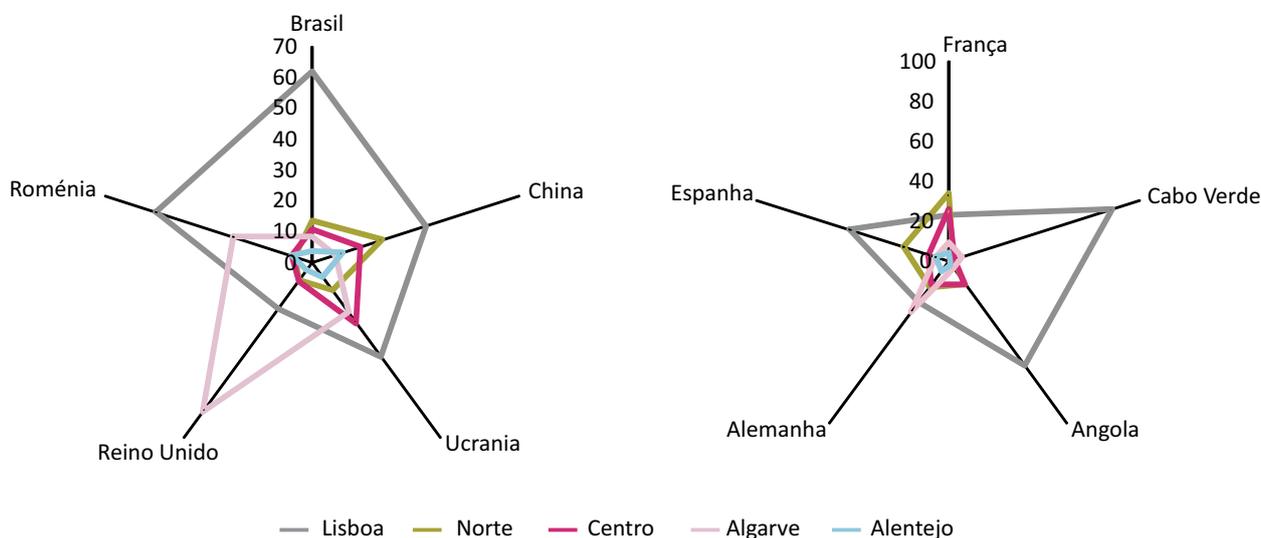
### 3.3. Variação por nacionalidade do empregador estrangeiro

Como discutem Light e Gold (2000:17) para serem avaliados com rigor os determinantes contextuais (constrangimentos e oportunidades) na iniciativa empresarial imigrante é necessário comparar o comportamento de um mesmo grupo em vários locais, acreditando os autores que assim garantir-se-ia a estabilidade das outras dimensões que influenciam a iniciativa empresarial (recursos pessoais e oportunidades comunitárias). Deste modo, não descurando que as populações imigrantes têm níveis de concentração residencial distintos ao longo do país (o que determina diferentes oportunidades de consumo respondidas por iniciativas empresariais – conforme discute Waldinger, 1989:51-52), pretende-se analisar para algumas nacionalidades como varia a sua distribuição empresarial ao longo do território português.

Nas figuras 1 e 2 podem observar-se as distribuições por regiões de Portugal das dez nacionalidades com maior número de empregadores no total de empregadores estrangeiros. Rapidamente se conclui que, em função da nacionalidade do empregador, se verificam distribuições distintas no território.

Figuras 1 e 2

#### Empregadores estrangeiros por região de Portugal Continental em 2011



Fonte: Censos de 2011 (cálculos da autora)

Os empregadores cabo-verdianos, angolanos, brasileiros e romenos são os que apresentam maior concentração na região de Lisboa com 85,9%, 63,9%, 61,8% e 52,8%, respetivamente. Já 59,7% dos empregadores ingleses encontram-se na região do Algarve. Os empregadores chineses e ucranianos encontram-se mais dispersos pelo território, muito embora cerca de metade desses empresários esteja nas regiões de Lisboa (38,5% e 37,8%, respetivamente) e do Centro (16% e 24%, respetivamente). Os empregadores franceses e alemães também mostram essa tendência de maior dispersão, estando o maior grupo dos empresários franceses concentrado na região do Norte (34,4%) e dos alemães na zona do Algarve (31,5%).

Se a análise for afinada por grandes grupos de origem pode ainda concluir-se que os empregadores do Reino Unido são a população que apresenta, comparativamente aos restantes grupos da **União Europeia**, um padrão de maior concentração territorial. Esta população investe, contudo, em atividades distintas em função da região do país. Na região do algarve centra-se em atividades ligadas ao turismo: 26,9% em atividades de alojamento, restauração e similares; 12% em atividades imobiliárias; 11,4% em atividades do comércio e 11,3% em atividades administrativas e serviços de apoio. Na região norte, diversifica mais as suas atividades, verificando-se uma percentagem mais alta nas atividades da indústria transformadora (17,5%), refletindo a sua ligação histórica ao desenvolvimento das indústrias produtoras de vinho do Porto. Por sua vez na região de Lisboa as duas principais atividades dos empregadores ingleses são na vertente da consultoria, atividades científicas, técnicas e similares (20,9%) e de educação (19,1%).

Em contrapartida, entre os empresários oriundos da União Europeia, os franceses apresentam o perfil de investimento de maior dispersão ao longo do país. De forma semelhante aos ingleses dedicam-se predominantemente a atividades ligeiramente distintas em função da região do país: na região norte cerca de 29% está em atividades do comércio, 19% na indústria transformadora (refletindo também a ligação a atividades da indústria vinícola) e 11% na construção; na região centro cerca de 31% dos empregadores franceses dedica-se a atividades do comércio, 15% à construção e 13% a atividades de alojamento, restauração e similares; já na região de Lisboa, 18% tem atividades do comércio e 14% atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.

Os empresários da União Europeia denotam ainda alguma inserção na região do Alentejo, o que contrasta com as outras populações estrangeiras. Esta tendência manifesta o interesse de alguns empregadores, sobretudo da Europa do Norte, no investimento agrícola. Os empregadores holandeses ilustram bem essa realidade: 22% investe na região do Alentejo, dos quais 50,5% se dedica a atividades agrícolas.

De notar ainda que os empresários da **Europa de Leste** apresentam um padrão espacial de investimento distinto dos restantes europeus e/ou distinto entre si. Compare-se os empregadores romenos com os ucranianos, por exemplo: refletindo as atividades económicas em que predominantemente investem – construção (25,2%) e indústria transformadora (13,7%) -, os ucranianos tendem a dispersar-se mais pelo país; já os romenos, muito embora investindo também em atividades da construção (30%), tendem a concentrarem-se nas regiões de Lisboa e Algarve onde também criam negócios de alojamento, restauração e similares (16,4%).

Os empresários da **América do Norte**, por sua vez, tendem a investir principalmente na região de Lisboa e Açores. É importante não esquecer que grande parte destes estrangeiros chega de países de emigração portuguesa. Ora, esta imigração inclui um fluxo contracorrente da emigração portuguesa que apresenta contornos de empresarialidade e de atividade distintos da maioria dos estrangeiros (Oliveira, 2004: 60).

Já os empresários da **América Latina**, dominados essencialmente por empregadores brasileiros, muito embora concentrados na região de Lisboa, tendem a reproduzir de forma mais ou menos semelhante as suas atividades empresariais nas várias regiões do país (essencialmente na vertente do alojamento e restauração, construção e comércio).

Os empresários dos **PALOP** concentram o seu investimento nas áreas residenciais das suas populações de origem. Note-se que os imigrantes dos PALOP e, em particular, os cabo-verdianos são os que menos se dispersam ao longo do país. Esta tendência é consequência da própria história da presença destas populações em Portugal (das mais antigas no país) e da sua situação no mercado de trabalho. Tendo em conta que desde cedo esta população se enquadrou predominantemente numa imigração laboral tem-se concentrado nas regiões onde há procura de mão-de-obra para a construção civil e obras públicas. Ainda assim, os empregadores cabo-verdianos têm abrandado o seu investimento no sector da construção e diversificado para outras atividades. Os dados dos Censos de 2011 evidenciam já que apenas 28% dos empregadores cabo-verdianos estão na construção, verificando-se 20% em atividades de alojamento, restauração e similares e 15% em atividades do comércio.

No caso dos angolanos verifica-se mesmo que as atividades empresariais da construção têm a mesma importância relativa que as do comércio (19%), apesar das primeiras se concentrarem na região de Lisboa e as outras estarem mais dispersas nas diferentes regiões do país. As atividades da indústria transformadora (com 9% dos empregadores angolanos) mostram-se igualmente dispersas pelas regiões norte, centro e de Lisboa.

Finalmente, os empresários **asiáticos**, com exceção dos chineses, encontram-se principalmente na região de Lisboa. A dispersão territorial dos chineses é acompanhada por uma sobre representação nas atividades do comércio. A saturação de determinados mercados ou a procura cosmopolita de determinados produtos poderá explicar o porquê dos chineses mostrarem diferentes opções na territorialização dos seus investimentos. A opção por investirem em zonas mais densamente povoadas, por exemplo, reflete como determinadas cidades se caracterizam por uma dada estrutura económica a que se associam oportunidades acrescidas para algumas estratégias de incorporação.

Para perceber melhor como as estratégias de implantação territorial variam foi calculado um *índice de dissimilaridade do empreendedorismo* (vd. caixa explicativa dos índices). O quadro 10 dá conta da percentagem de empregadores estrangeiros que têm de mudar da unidade territorial para que tenham a mesma distribuição que os empregadores portugueses nessa mesma unidade territorial. Tendo presente as nacionalidades que mais contribuem para o número de empregadores estrangeiros (apresentado no quadro 5) e/ou contrastam entre si, considerou-se para efeitos deste exercício os empregadores brasileiros, chineses, ucranianos e cabo-verdianos.

Quadro 10

**Índice de Dissimilaridade do empreendedorismo estrangeiro face ao dos Portugueses, segundo a nacionalidade e a NUT III com mais de 200 empregadores estrangeiros**

NUTS III	Total Empregadores Estrangeiros	Índice para Total Empregadores Estrangeiros	Total Empregadores Brasileiros	Índice para Empregadores Brasileiros	Total Empregadores Chineses	Índice para Empregadores Chineses	Total Empregadores Cabo-Verdianos	Índice para Empregadores Cabo-verdianos	Total Empregadores Ucranianos	Índice para Empregadores Ucranianos
Grande Lisboa	9 423	<b>9,74</b>	3 550	<b>14,03</b>	938	<b>4,64</b>	656	<b>24,04</b>	434	<b>4,73</b>
Algarve	3 565	<b>5,19</b>	605	1,59	248	<b>1,44</b>	67	0,94	278	<b>7,26</b>
Península de Setúbal	2 208	<b>1,44</b>	938	<b>3,22</b>	245	0,69	157	<b>5</b>	97	0,14
Grande Porto	1 729	<b>-2,6</b>	588	-2,09	346	-0,49	17	<b>-5,22</b>	74	<b>-3,5</b>
Oeste	789	-0,41	240	-0,4	105	-0,35	5	-1,79	99	1,46
Baixo Vouga	514	-0,89	129	-1,06	76	-0,7	4	-1,72	45	-0,34
Pinhal Litoral	458	-0,61	118	-0,75	65	-0,5	3	-1,39	84	1,43
Lezíria do Tejo	453	-0,16	99	-0,43	159	<b>1,49</b>	3	-0,95	44	0,45
Cávado	423	<b>-1,33</b>	133	-1,26	57	-1,24	1	-2,11	23	-1,35
Região Autónoma da Madeira	418	-0,17	77	-0,52	43	-0,35	1	-0,99	14	-0,55
Baixo Mondego	372	-0,76	124	-0,66	42	-0,83	3	-1,35	43	0,02
Ave	339	<b>-1,64</b>	77	-1,77	87	-0,86	0	-2,27	17	-1,67
Região Autónoma dos Açores	264	-0,49	55	-0,65	59	-0,06	7	-0,65	9	-0,7
Minho-Lima	259	-0,59	51	-0,77	54	-0,23	2	-1	10	-0,76
Dão-Lafões	257	-0,65	57	-0,78	64	-0,12	4	-0,95	17	-0,56
Médio Tejo	245	-0,46	51	-0,61	53	-0,1	4	-0,75	29	0,07
Alentejo Litoral	241	0,09	59	-0,02	37	0,18	5	-0,16	7	-0,18
Alentejo Central	238	-0,23	45	-0,42	57	0,21	1	-0,67	16	-0,15
Entre Douro e Vouga	229	-0,93	40	-1,11	43	-0,67	0	-1,37	15	-0,84
Tâmega	210	<b>-1,89</b>	36	-2,02	58	-1,3	0	-2,24	7	-1,99
<b>Total</b>	<b>23 697</b>	<b>0</b>	<b>7 258</b>	<b>0</b>	<b>3 075</b>	<b>0</b>	<b>947</b>	<b>0</b>	<b>1 413</b>	<b>0</b>

Fonte: Censos 2011, INE (cálculos da autora)

O quadro 10 não apenas torna evidente que os empregadores estrangeiros em função da nacionalidade distribuem-se de forma distinta no território por comparação aos portugueses, como ajuda a ilustrar situações de sobre concentração face aos padrões de maior diluição (muito embora com alguma concentração na área de Lisboa, como descrito antes). Os resultados para os empregadores cabo-verdianos são os que melhor ilustram não apenas a dissimilaridade acentuada com os empregadores portugueses como a sobre concentração empresarial desta população: observa-se que cerca de 24% dos empregadores cabo-verdianos deveriam sair da Grande Lisboa para ter a mesma distribuição que os empregadores portugueses. Por sua vez falta cerca de 5% de empregadores cabo-verdianos na região do Grande Porto. Ao nível municipal a sobre concentração manifesta-se mais nos municípios de Sintra (índice com +9,32%) e Amadora (+6,94%)<sup>18</sup>, confirmando que os empregadores cabo-verdianos gravitam essencialmente nas zonas residências da sua população de origem. Esta tendência acompanha o observado em outros países. Portes e Zhou (1999: 160-163) concluem que se verifica uma maior concentração dos trabalhadores por conta própria afro-americanos nas cidades que recebem maior número de estrangeiros e onde há a maior concentração de empresários imigrantes (Nova Iorque, Los Angeles e Miami). Também é nessas cidades que os empresários afro-americanos apresentam maiores rendimentos. Neste âmbito os autores verificam a influência dos padrões residenciais – as taxas de empreendedorismo são maiores nas cidades onde há uma maior concentração de africanos residentes.

Os empregadores brasileiros, por sua vez, apresentam a mesma tendência de dissimilaridade que os cabo-verdianos (ainda que de forma menos intensa) face aos empregadores portugueses. Verifica-se uma sobre concentração na Grande Lisboa (+14% do verificado na distribuição dos empregadores portugueses), destacando-se os municípios de Lisboa (+3,46%), Cascais (+2,77%) e Sintra (+2,28%).

Os empregadores chineses são os que apresentam menores diferenças com a distribuição dos empregadores portugueses (com valores do índice próximos de zero para a maioria das regiões), assumindo por isso a estrutura de oportunidades locais numa lógica de mercado semelhante à dos próprios nacionais. A concentração é ligeiramente superior na Grande Lisboa (+4,64% de empregadores que na distribuição territorial dos portugueses), refletindo essencialmente a sua concentração no município de Lisboa (índice de +4,56%). Ao nível municipal, destacam-se ainda os municípios de Vila do Conde e Benavente (que inclui Porto Alto) com +1,08% e +1,15%, respetivamente.

Os empregadores ucranianos, tal como os empregadores chineses, tendem também a ter uma distribuição mais equilibrada com os empregadores portugueses. Embora na análise ao nível de NUT III se destaque a concentração na região do Algarve (+7,26%) e na Grande Lisboa (+4,73%), no apuramento do índice de dissimilaridade por município não se destaca nenhum município, tendo todos valores abaixo de 2%.

#### 4. Conclusão

Este artigo mostrou a partir dos dados dos Censos que em Portugal durante as últimas quatro décadas os estrangeiros apresentaram sempre, por comparação aos nacionais, maior percentagem de empregadores no total de ativos. Entre 1981 e 2011, tanto o número de empregadores como a proporção de empregadores no total de ativos estrangeiros aumentou, de 1.811 para 23.697 e de 5.1% para 12.1%, respetivamente. Também a importância relativa dos empregadores estrangeiros no total de empregadores do país aumentou nas últimas décadas, de 1,4% em 1981 para 4,2% em 2001 e 5,2% em 2011. De 2001 para 2011, a evolução dos empregadores estrangeiros contrasta mesmo com a dos empregadores portugueses: enquanto os empregadores estrangeiros aumentaram 15%, os empregadores portugueses diminuíram em 7%.

Contudo, nem todas as nacionalidades têm a mesma propensão para serem empregadores em Portugal. Os Censos de 2011 mostram a importância relativa de duas nacionalidades em particular: os empregadores brasileiros e chineses juntos representam 44% do total de empregadores estrangeiros no país. Os chineses são a nacionalidade com maior percentagem de empregadores por total de ativos (42,2% por comparação a 12,1% para o total de estrangeiros, situando-se a percentagem dos portugueses em 10,5%).

Verifica-se também que a distribuição dos empregadores estrangeiros não é uniforme ao longo do país, observando-se algumas mudanças segundo os dados dos Censos entre 2001 e 2011. A partir dos dados analisados, mostrou-se o reforço do número de empregadores estrangeiros nos municípios da área metropolitana de Lisboa e do Algarve, e uma diminuição do número de empregadores estrangeiros em inúmeros municípios do Norte do país. Para tentar compreender este fenómeno este artigo testa até que ponto a localização dos empregadores estrangeiros reflete os locais de residência das próprias populações estrangeiras ou as próprias

<sup>18</sup> Para além destes dois municípios o índice só volta a assumir valores acima de 2% para Loures (+2,34%), Seixal (+2,18%), Oeiras (+2,15%) e Lisboa (+2,07%).

características dos municípios (e.g. zonas mais densamente povoadas e urbanas, zonas de maior prevalência de empresas), comparando os resultados dos quocientes de localização de empregadores estrangeiros e de residentes estrangeiros. Dessa análise conclui-se que para algumas nacionalidades (e.g. cabo-verdianos) se verifica uma quase sobreposição entre o local de residência da população estrangeira e dos empregadores; enquanto para outras nacionalidades (e.g. chineses) as características dos municípios tendem a explicar mais a dispersão por Portugal. Ainda assim nota-se que, de forma geral, há mais empregadores estrangeiros nos municípios mais urbanos do país.

Os dados dos Censos tornam claro também que há municípios onde os empregadores estrangeiros têm mais importância relativa no total de empregadores – destaque para os municípios do Algarve (e.g. em Lagos os empregadores estrangeiros representam 21,8% do total de empregadores do município) -, enquanto noutros municípios – em especial do Norte - se diluem mais (e.g. na Maia os empregadores estrangeiros representam apenas 2,7% do total de empregadores). O índice de empreendedorismo estrangeiro para cada município permitiu também fazer uma análise mais acurada das opções de localização dos empregadores estrangeiros e salientar algumas particularidades dos dados dos Censos, identificando as zonas onde a importância relativa dos empregadores estrangeiros é superior, reforçando a conclusão da atração crescente dos municípios algarvios de 2001 para 2011. O índice de dissimilaridade do empreendedorismo estrangeiro ajudou também a mostrar que a nacionalidade explica a maior ou menor concentração de determinadas nacionalidades, por comparação à distribuição dos empregadores portugueses, em alguns municípios do país.

Os dados dos Censos ajudam a compreender também que os empregadores estrangeiros tendem a variar em função das atividades económicas que desenvolvem. Os quocientes de localização de atividades económicas por regiões de Portugal mostram que é no Algarve que os empregadores estrangeiros mostram mais semelhanças com a distribuição por atividades económicas do total de empregadores na região, concentrando-se nas mesmas atividades (e.g. alojamento, restauração e similares; atividades imobiliárias; construção); e é na região de Lisboa que se observa uma maior dispersão por atividades. A análise foi aprofundada por nacionalidade, mostrando que a nacionalidade do empregador explica a distribuição por sectores económicos: empregadores chineses sobre representados nas atividades do comércio por grosso e a retalho (82,4%); empregadores cabo-verdianos e romenos mais ligados à construção (27,9% e 29,2%, respetivamente); e empregadores brasileiros com maior diversidade de atividades, ainda que com alguma concentração em atividades do alojamento e restauração (21,3%). Muito embora os empregadores estrangeiros não se destaquem em atividades de consultoria científicas, técnicas e similares (apenas 4%), são os empregadores da União Europeia que têm mais expressão nessas atividades (e.g. 9,2% dos empregadores ingleses, 10,9% dos empregadores alemães e 9,8% dos espanhóis).

Assim, se é verdade que as diferentes populações estrangeiras apresentam propensões distintas para a atividade empresarial, nota-se também que não investem nas mesmas regiões de Portugal e/ou nas mesmas atividades económicas. O que acaba por refletir que os mercados regionais têm oportunidades distintas que determinam as estratégias empresariais dos estrangeiros e/ou esses procuram os locais onde melhor podem apropriar os recursos e oportunidades que propiciam a sua iniciativa empresarial (Oliveira, 2005). A crescente diversidade de nacionalidades estrangeiras presentes no nosso país, cada uma com a sua própria história, redes sociais e recursos comunitários, apresenta padrões distintos de inserção no mercado de trabalho e de distribuição espacial, e propensões diversas para se tornarem empregadores em Portugal.

## 5. Bibliografia

- Almeida, J., Costa, A. e Machado, F. (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in Reis, A. (coord.), *Portugal: 20 de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Baganha, M., Ferrão, J. e J. Malheiros (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXIV (150), pp. 147-173.
- Bonacich, E. (1973), “A Theory of Middleman Minorities”, *American Sociological Review*, volume 38 (Outubro), pp. 583-594.
- Brown, B. e J. Butler (1993), “Networks and entrepreneurial development: the shadow of borders”, in *Entrepreneurship & Regional Development*, 5, pp. 101-116.
- Cabral, D. e R. Sousa (2001), “Indicadores de localização, especialização e diversificação e análise *shift-share*: uma aplicação às NUT III da Região Norte no período 1986-1998”, *Working Paper Series NIPE WP13*, Braga: Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Universidade do Minho.

- CLAI/ACIDI (2009/2010), Base de dados do *Questionário de caracterização dos estrangeiros não comunitários em Portugal*, ACIDI: Lisboa (mais em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=160>).
- Duncan, D. e Duncan, B. (1955), "A methodological analysis of Segregation Indexes", in *American Sociological Review*, vol. 20, n.º2, Abril, pp. 210-217.
- Ferreira, E. S. e H. Rato (2000), *Economia e imigrantes. Contribuição dos imigrantes para a economia portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.
- Fonseca, J. M. Malheiros, A. Esteves e M. J. Caldeira (2002), *Immigrants in Lisbon: Routes of Integration*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Froy, F. e L. Pyne (2011), "Ensuring Labour Market Success for Ethnic Minority and Immigrant Youth", *OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Working Papers*, 2011/09, OECD Publishing.
- INE (2002), "Conceitos e Metodologias. Medidas de Especialização Regional", in INE, *Revista de Estudos Regionais – Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2º semestre de 2002, pp. 65-72.
- Jaegers, T. (2008), "Apoiar a diversidade empresarial na Europa – empreendedorismo de minorias étnicas e de migrantes", in Oliveira, C. R. e Rath, J. (orgs.), *Revista Migrações*, Número Temático *Empreendedorismo Imigrante*, Outubro, pp. 301-304.
- Light, I. e Gold, S. (2000), *Ethnic economies*, San Diego and London: Academic Press.
- Malheiros, J.M. (1996), *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança*, Lisbon: Edições Colibri.
- Malheiros, J. (2002), "'Nova' imigração e desenvolvimento regional. Situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas", in *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociedade e Trabalho II, Lisboa: MSST/DEPP, pp. 69-87.
- Malheiros, J. M. e Esteves, A. (coord.) (2013), *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades*, Lisboa: ACIDI/CLAI
- Mars, G. e Ward, R. (1984), "Ethnic business development in Britain: opportunities and resources", in R. Ward e R. Jenkins (eds.), *Ethnic communities in business. Strategies for economic survival*, Londres: Cambridge University Press, pp.1-19.
- OCDE (1990), *Local initiatives for employment creation, implementing change – entrepreneurship and local initiatives*, Paris: OCDE.
- OCDE(1998), *Fostering Entrepreneurship. The OECD jobs strategy*, Paris: OECD
- OCDE (1998b), *Immigrants, Integration and cities. Exploring the links*, Paris: OCDE.
- OCDE (2010), *Open for Business. Migrant Entrepreneurship in OECD Countries*, Paris: OCDE.
- OCDE (2011), *International Migration Outlook 2011. SOPEMI*, Paris: OCDE.
- Oliveira, C. R. (2004) *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração, volume 10, ACIME.
- Oliveira, C. R. (2005), *Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de Inserção Económica em Portugal*, Lisboa: ACIME, volume 2.
- Oliveira, C. R. (2006), "Empresários de origem cabo-verdiana em Portugal: Estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?", *Oficina do CES* n.º 243, disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/243/243.php>

- Oliveira, C. R. (2007), "Understanding the diversity of Immigrant entrepreneurial strategies", in Dana, L. (ed.), *Handbook of Research on Ethnic Minority Entrepreneurship*, Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, pp. 61-82.
- Oliveira, C. R. (2008a), "Diversidades empresariais em Portugal: padrões de incidência territorial de empresários imigrantes", in Peixoto (org.), *Revista Migrações*, Número Temático *Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril, pp. 95-120.
- Oliveira, C. R. (2008b), "Determinantes das estratégias empresariais em Portugal", in Oliveira e Rath (org.), *Revista Migrações*, Número Temático *Empreendedorismo Imigrante*, Outubro, pp. 109-138.
- Oliveira, C. R. (2008c), "Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: o caso dos empresários de origem Cabo-Verdiana", in Góis, P. (org.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): as múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana*, Lisboa: Observatório da Imigração, ACIDI, pp. 67-86.
- Oliveira, C. R. (2009), "Más allá de las estrategias étnicas: tácticas empresariales de inmigrantes como procesos creativos y dinámicos" (2009), in *Revista Internacional de Organizaciones (RIO)*, n.º 2, Junho 2009, pp. 63-87.
- Oliveira, C. R. (2010a), "The determinants of immigrant entrepreneurship and employment creation in Portugal", in *Open for Business. Migrant Entrepreneurship in OECD Countries*, Paris: OCDE, pp. 125-148.
- Oliveira, C. R. (2010b), "La actividad empresarial China en Portugal: Estrategias étnicas tradicionales?", in *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, Número Temático "Comunidades Asiáticas en la Europa Mediterránea: Transnacionalismo y Empresariado", n.º 92, Dezembro 2010, pp. 223-242.
- Oliveira, C. R. (2012), "When Diversity Meets Heritage: Defining the Urban Image of a Lisbon Precinct", in Volkan Aytar & Jan Rath (eds.), *Selling Ethnic Neighborhoods. The rise of Neighborhoods as places of Leisure and Consumption*, New York: Routledge, pp. 104-119.
- Oliveira, C. R. e Pires, C. (2010), *Imigração e Sinistralidade Laboral*, Lisboa: Observatório da Imigração, volume 41, ACIDI.
- Peixoto, J. (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", in Peixoto, J. (org.), *Imigração e Mercado de Trabalho*, Número temático da Revista *Migrações*, vol. 2, Abril, pp. 19-46.
- Pires, R. (2002), "Mudanças na Imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 39, pp. 151-166.
- Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*; Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. e Zhou, M. (1999), "Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s: A comparative analysis of Immigrants and African Americans", in F. Bean and S. Bell-Rose (eds.), *Immigration and opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*, New York: Russell Sage Foundation, pp.143-171.
- Rath, J. e R. Kloosterman (2000), "Outsiders Business: A critical review of Research on Immigrant Entrepreneurship", in *International Migration Review* 34, pp. 657-681.
- Sassen, S. (1991), *The global city. New York, London, Tokyo*, Princeton: Princeton University Press.
- Solé, C. e Parella, S. (2005), *Negocios Étnicos. Los comercios de los inmigrantes no comunitarios en Cataluña*, Barcelona: Fundació CIDOB.
- Waldinger, R. (1996), *Still the promised city? African-Americans and new immigrants in postindustrial New York*, London: Harvard University Press.
- Waldinger, R., Aldrich, H. e Ward, R. (1990), *Ethnic entrepreneurs. Immigrant business in industrial societies*, Sage Publications.





### Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011\*

\*A geografia utilizada neste artigo é a versão 2002 das NUTS (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos).

O presente trabalho foi baseado no Destaque da População Estrangeira em Portugal, divulgado pelo INE em 17 de Dezembro de 2012.

**Autor/as:** Anabela Delgado – INE, GC – Gabinete dos Censos 2021

anabela.delgado@ine.pt

**Carlota Amorim** – INE, GC – Gabinete dos Censos 2021

mcarlota.amorim@ine.pt

**Carlos Dias** – INE, GC – Gabinete dos Censos 2021

carlos.dias@ine.pt

**Paula Paulino** – INE, GC – Gabinete dos Censos 2021

paula.paulino@ine.pt

#### Resumo:

Este artigo pretende caracterizar a população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011. A análise aos resultados definitivos foi desenvolvida segundo várias temáticas: distribuição territorial; distribuição por nacionalidades; sexo e estrutura etária; estado civil e conjugalidade; nível de escolaridade; caracterização socioeconómica; religião; habitação.

**Palavras Chave:** Censos 2011, população residente, população estrangeira.

### Characterization of foreign population living in Portugal, based on 2011 Census\*\*

\*\* The geographical infrastructure used is the 2002 version of the NUTS (Nomenclature of Territorial Units for Statistics).

This article was based on the Press Release “Characterization of foreign population living in Portugal”, released by Statistics Portugal on December 17, 2012.

**Abstract**

This paper attempts to characterize the foreign population living in Portugal, based on 2011 Census. The analysis of the final results was developed according to various themes: territorial distribution; distribution by nationalities; sex and age structure; marital status and conjugality; educational level; socio-economic characterization; religion; housing.

**Key words:** 2011 Census, resident population, foreign population.

## Introdução

Com base nos Resultados Definitivos dos Censos 2011, este estudo pretende caracterizar, sob diversas temáticas, a população estrangeira a residir em Portugal à data do momento censitário dos Censos 2011. Está organizado em 9 secções. A secção 1 analisa a população estrangeira em termos de evolução (entre 1991 e 2011) e a sua distribuição territorial. Na secção 2 caracteriza-se a distribuição da população estrangeira por nacionalidades. Na secção 3 analisa-se a repartição por sexo e a estrutura etária. Na secção 4 observa-se o estado civil e a conjugalidade. Na secção 5 destaca-se o nível de escolaridade. Na secção 6 elabora-se uma caracterização socioeconómica da população estrangeira. Na secção 7 observa-se a religião. Na secção 8 caracteriza-se o tipo de alojamento e a condição da sua ocupação. Finalmente, na secção 9 apresentam-se as principais conclusões.

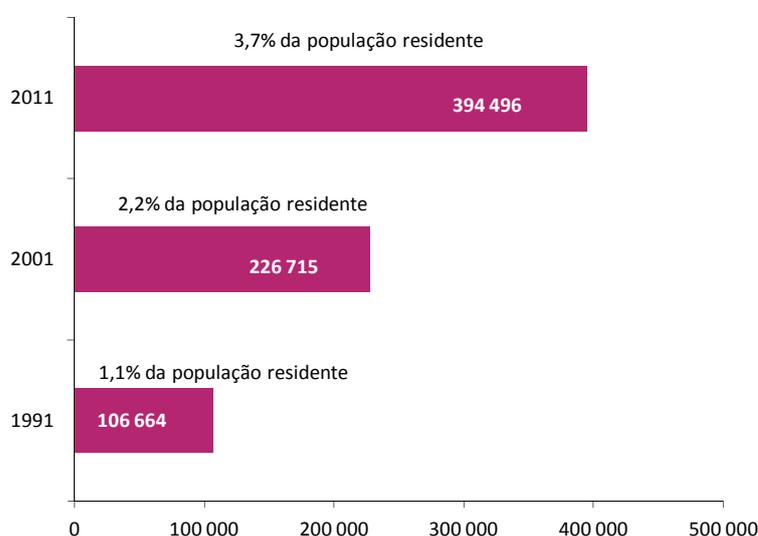
### 1. Distribuição territorial

De acordo com os Resultados Definitivos dos Censos 2011, à data do momento censitário (21 de março de 2011), a população estrangeira residente em Portugal, era de 394 496 pessoas (**Figura 1**), representando 3,7% do total de residentes do país (2,2% em 2001 e 1,1% em 1991).

Na última década, a população estrangeira, a residir em Portugal, cresceu cerca de 70%, correspondendo a um aumento de 167 781 pessoas. Na década anterior esse aumento tinha sido bem mais forte (112%). Entre 1991 e 2011 os efetivos da população estrangeira residente no país praticamente multiplicaram por quatro.

Figura 1

#### População de nacionalidade estrangeira, 1991-2011

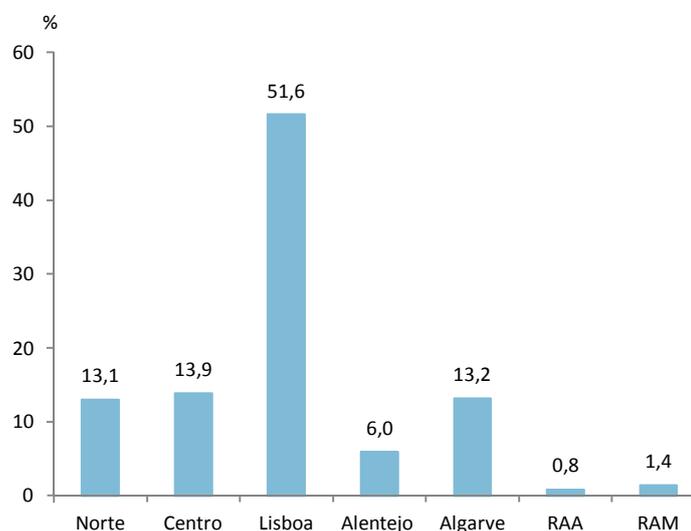


Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Em termos de distribuição geográfica, a Região de Lisboa concentrava mais de metade dos estrangeiros residentes em Portugal (51,6%), seguindo-se as regiões do Norte, Centro e Algarve, todas com pesos na ordem dos 13%. As regiões com menos estrangeiros residentes eram as R.A. dos Açores e da Madeira onde residiam apenas 0,8% e 1,4% de estrangeiros (**Figura 2**).

Figura 2

#### População estrangeira residente em Portugal, por NUTS II, 2011

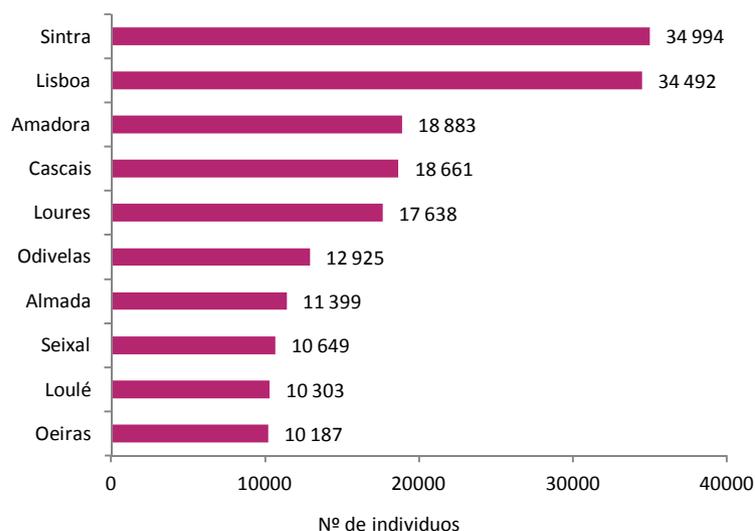


Fonte: INE, Censos 2011

Sintra e Lisboa com 34 994 e 34 492 (**Figura 3**), respetivamente, eram os municípios que reuniam mais estrangeiros (8,9% e 8,7% do total da sua população) seguindo-se Amadora, Cascais e Loures com valores entre os 4,8% e 4,5%. Odivelas, Almada, Seixal, Loulé e Oeiras integravam também o conjunto dos municípios com maior número de estrangeiros. Estes 10 municípios concentravam 45,6% da população estrangeira residente em Portugal.

Figura 3

### Principais municípios de residência da população de nacionalidade estrangeira, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

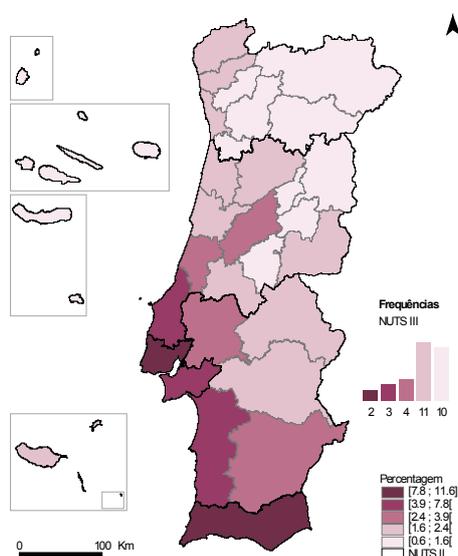
Analisando a distribuição geográfica das principais nacionalidades verifica-se uma forte concentração na Grande Lisboa da população oriunda dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP's), com especial incidência nos municípios de Sintra e Amadora. Estes dois municípios absorviam 35% do total da comunidade cabo-verdiana, 26,6% da angolana e 37,3% dos cidadãos da Guiné-Bissau.

A comunidade com uma distribuição geográfica mais diferenciada face à totalidade da população estrangeira era a britânica, que se centrava sobretudo na região do Algarve. Por sua vez, as comunidades ucraniana, romena e moldava eram as que se encontravam territorialmente mais dispersas.

No Algarve a população estrangeira representava cerca de 12% da população da região; na região da Grande Lisboa 7,8%; na Península de Setúbal 5,7%, no Alentejo Litoral 5,6% e no Oeste 3,9%, regiões onde os estrangeiros tinham um peso superior à média nacional (**Figura 4**).

Figura 4

### População de nacionalidade estrangeira (%), por NUTS III, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

## 2. Distribuição por nacionalidades

Analisando a população estrangeira por grupos de nacionalidade, o grupo dos países da América do Sul, com 29%, era o mais representativo, exclusivamente pela importância do Brasil. Seguiam-se o grupo dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP's) e os países da União Europeia (EU 26) ambos com 24% (Figura 5).

Figura 5



Fonte: INE, Censos 2011

Na última década, os países da América do Sul reforçam a importância relativa (de 17% para 29%), devido essencialmente ao crescimento da imigração do Brasil. Também, nos últimos dez anos, os países asiáticos reforçam posição passando de 2,8% para 6%, graças ao crescimento da população chinesa. Em contrapartida, os cidadãos dos PALP's perderam bastante importância relativa, passando de 44% do total de estrangeiros em 2001 para os atuais 24%.

Nos Censos 2011, a maior comunidade estrangeira residente em Portugal era a brasileira, com 109 787 pessoas (27,8%), seguindo-se a cabo-verdiana, com 38 895 (9,9%). A comunidade ucraniana ocupava o terceiro lugar com 8,6%, seguindo-se a angolana e a romena com 6,8% e 6,2%, respetivamente. Integram ainda o conjunto das nacionalidades mais predominantes, embora todas com valores inferiores a 5%, Guiné Bissau (4,1%), Reino Unido (4,0%), França (3,6%), China (2,9%), Espanha (2,7%), Moldova (2,7%) e S. Tomé e Príncipe (2,6%) (Quadro 1).

Quadro 1

Ranking das nacionalidades mais representativas, 2011				
País	2011		2001	Variação 2001 -2011
	Nº	%	Nº	
1º Brasil	109 787	27,8%	31 869	244,5%
2º Cabo-verde	38 895	9,9%	33 145	17,3%
3º Ucrânia	33 790	8,6%	10 793	213,1%
4º Angola	26 954	6,8%	37 014	-27,2%
5º Roménia	24 356	6,2%	2 661	815,3%
6º Guiné-Bissau	16 360	4,1%	15 824	3,4%
7º Reino Unido	15 774	4,0%	8 227	91,7%
8º França	14 360	3,6%	15 359	-6,5%
9º China	11 458	2,9%	2 176	426,6%
10º Espanha	10 486	2,7%	9 047	15,9%
11º Moldova	10 475	2,7%	2 984	251,0%
12º S. Tomé e Príncipe	10 408	2,6%	8 517	22,2%

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Face a 2001, as alterações mais significativas foram o forte crescimento da população brasileira, com um aumento de cerca de 78 000 pessoas, bem como os acréscimos registados na comunidade ucraniana, que aumentou cerca de 23 000 cidadãos, na romena mais 21 695 pessoas, na chinesa verificou-se um crescimento de 9 292 pessoas e na moldava mais 7 491 pessoas. Estas 3 últimas comunidades eram, em 2001, pouco expressivas não alcançando os 3 000 residentes cada.

Em contrapartida, a comunidade angolana decresceu 27,2% o que correspondeu a uma diminuição de cerca de 10 000 pessoas. Em 2001, esta comunidade ocupava o 1º lugar no conjunto da população estrangeira com um peso de 16% do total de estrangeiros. Também a comunidade francesa registou um ligeiro decréscimo nos últimos 10 anos, menos cerca de 1 000 cidadãos.

### 3. Distribuição por sexo e estrutura etária

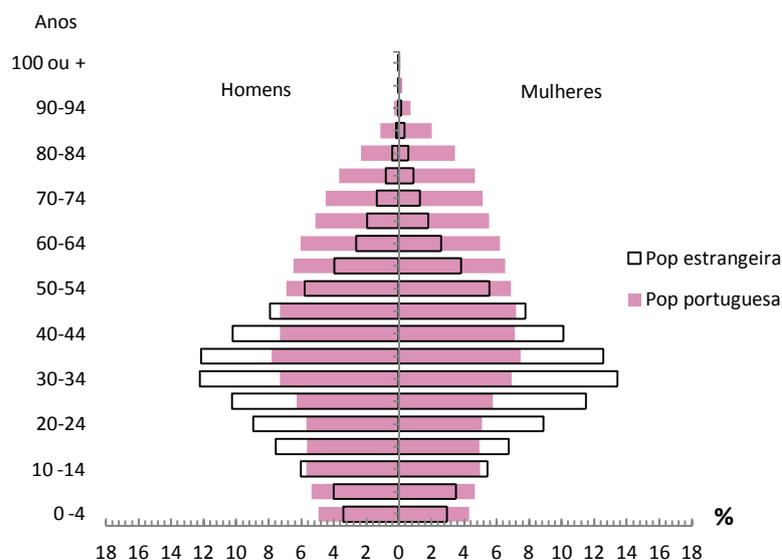
Em 2011, a população estrangeira residente em Portugal era constituída maioritariamente por mulheres, 206 410, sendo os homens 188 086. Esta relação alterou-se na última década, uma vez que, em 2001, os estrangeiros em maior número eram os de sexo masculino (54%).

A comunidade brasileira era aquela em que a importância relativa das mulheres era superior, representando 57,9% do total. Nas comunidades da Guiné-Bissau, Ucrânia e Roménia, a proporção de homens era superior.

A população estrangeira residente em Portugal, em 2011, apresentava uma estrutura etária mais jovem do que a portuguesa. A população estrangeira concentrava-se sobretudo nas idades entre os 15 e os 44 anos, tendo nestas idades percentagens mais significativas que a população portuguesa (Figura 6).

Figura 6

#### Estrutura etária da população portuguesa e estrangeira, 2011

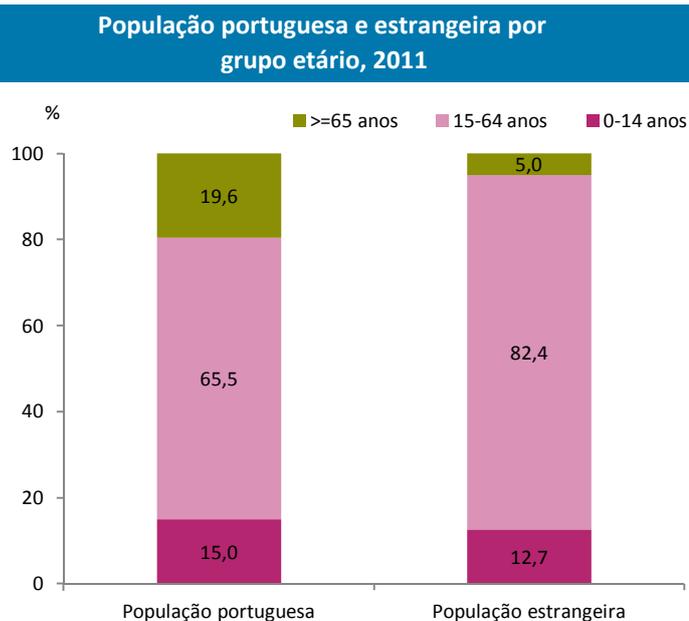


Fonte: INE, Censos 2011

A proporção de indivíduos em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) era superior na população estrangeira, 82,4% face a 65,5% na população de nacionalidade portuguesa. A população idosa (com 65 ou mais anos) encontrava-se pouco representada na população estrangeira, apenas 5,0% do total (Figura 7).

O facto da população estrangeira ser bastante mais jovem reflete-se na diferença das idades médias das duas populações, 34,2 anos na população estrangeira face a 42,1 anos na população portuguesa. Na última década, a idade média da população estrangeira aumentou cerca de 2 anos, dado que era de 32,5 anos em 2001. No mesmo período a idade média da população portuguesa aumentou 2,3 anos.

Figura 7

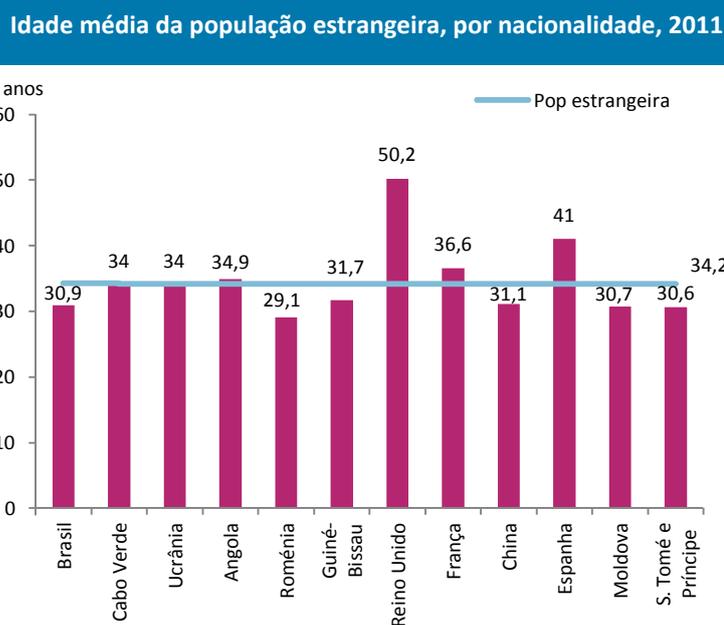


Fonte: INE, Censos 2011

Particularizando esta análise para as nacionalidades mais representativas, verifica-se que os estrangeiros com idade mais elevada eram os de nacionalidade britânica com uma idade média de 50,2 anos, seguindo-se os de nacionalidade espanhola com 41 anos e os franceses com 36,6 anos (Figura 8).

Diferentemente, os estrangeiros mais “jovens” eram os de nacionalidade romena com uma idade média de 29,1 anos e os nacionais de S. Tomé e Príncipe, da Moldova e do Brasil com 30,6, 30,7 e 30,9 anos, respetivamente.

Figura 8



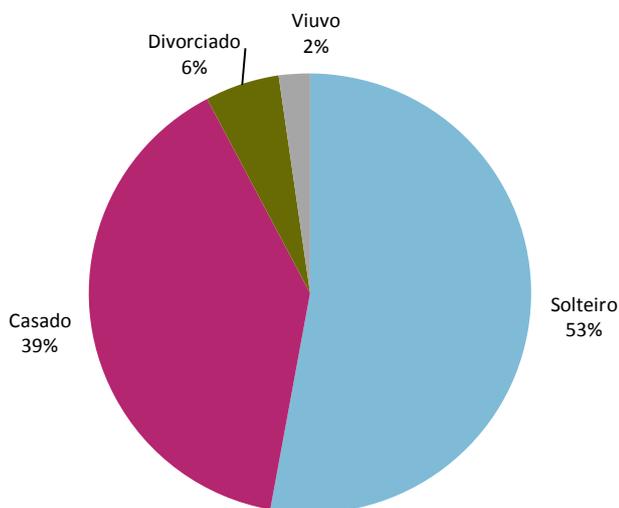
Fonte: INE, Censos 2011

#### 4. Estado civil e conjugalidade

O estado civil mais representado na população estrangeira era o solteiro com 53% (40% na população portuguesa). Por sua vez, os estrangeiros legalmente casados correspondiam a 39%, (47% para a população portuguesa) (**Figura 9**).

Figura 9

#### População de nacionalidade estrangeira segundo o estado civil legal, 2011

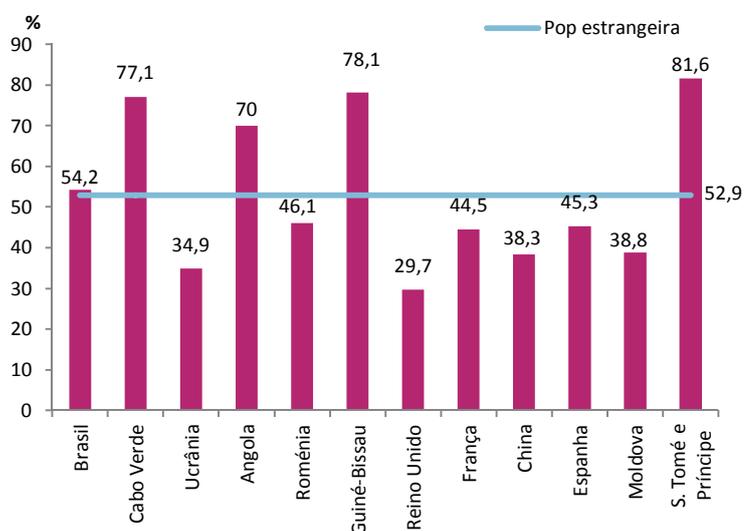


Fonte: INE, Censos 2011

Verificava-se a prevalência mais elevada do estado civil solteiro nas comunidades são tomense (81,6%), guineense (78,1%), cabo-verdiana (77,1%) e angolana (70%) (**Figura 10**).

Figura 10

#### Proporção do estado civil solteiro, por nacionalidade, 2011

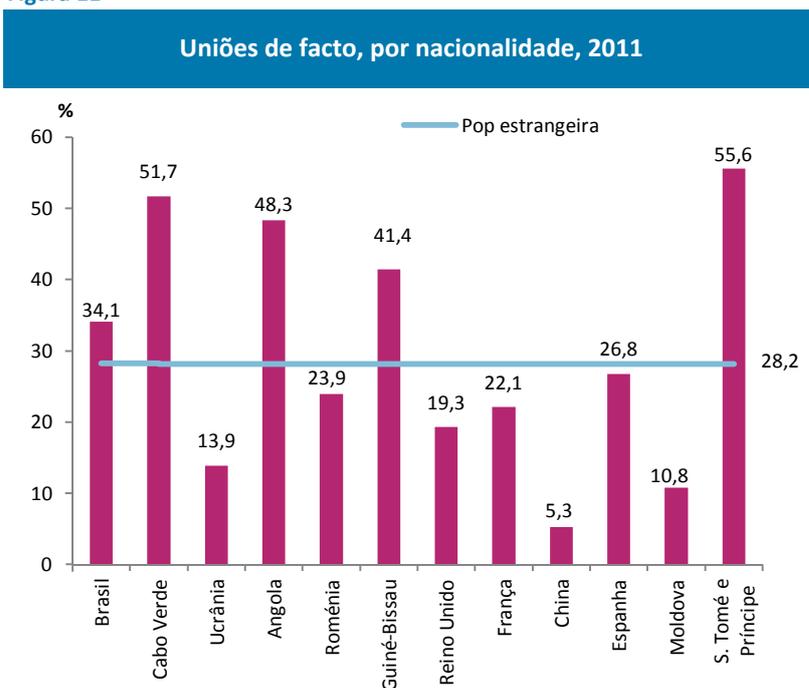


Fonte: INE, Censos 2011

Para os cidadãos da China (59,3%), Moldova (56,3%), Ucrânia (56,0%) e Reino Unido (55,95) o estado civil mais representado era o casado.

A união de facto era mais expressiva na população estrangeira (28,2% das uniões conjugais) do que na portuguesa (12,3%). Os PALP's são as comunidades onde a união de facto era mais expressiva. São Tomé e Príncipe com 55,6% e Cabo Verde com 51,7% eram as comunidades onde as uniões informais representavam mais de metade do total de uniões conjugais. No extremo oposto, encontrava-se a comunidade chinesa, onde apenas 5,3%, declaram esta forma de conjugalidade (**Figura 11**).

Figura 11



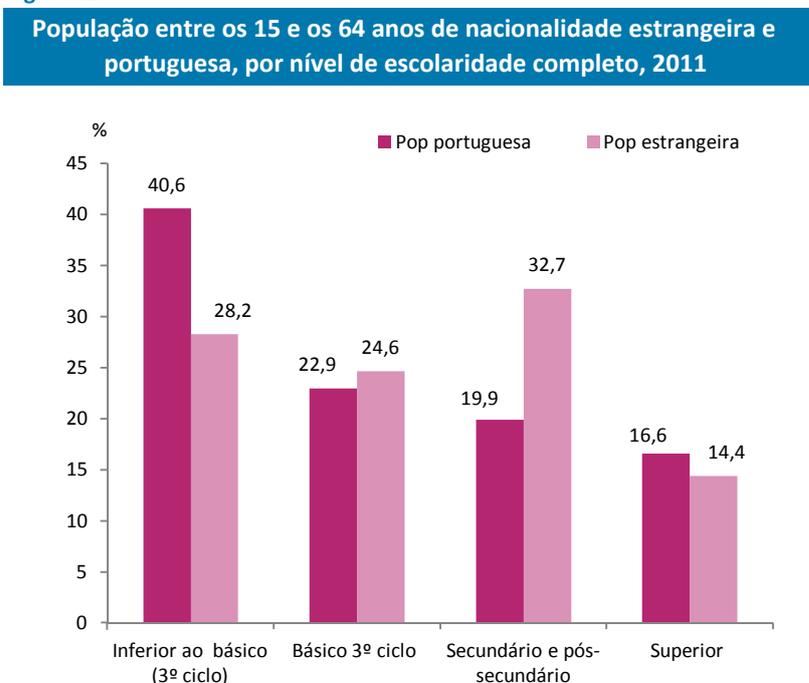
Fonte: INE, Censos 2011

## 5. Nível de escolaridade

Os níveis de escolaridade da população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos), recenseada em 2011, eram, de um modo geral, mais elevados na população de nacionalidade estrangeira comparativamente com a população portuguesa.

A percentagem de população estrangeira com um nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico situava-se em 28,2%, enquanto na população portuguesa esse valor ascendia a 40,6%. O ensino secundário e pós secundário era a escolaridade predominante na população estrangeira com 32,7%, enquanto na população nacional este nível correspondia apenas a 19,9%. Só no ensino superior a população portuguesa registava um valor ligeiramente superior ao total da população estrangeira, 16,6% e 14,4%, respetivamente (**Figura 12**).

Figura 12



Fonte: INE, Censos 2011

As nacionalidades com níveis de escolaridade mais baixos eram as dos PALP's onde a população com nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico chegava aos 66% no caso de Cabo Verde, 44,6% na Guiné-Bissau e 41,3% para a população de S. Tomé e Príncipe. Também a comunidade chinesa apresentava fracos níveis de escolaridade, com a população com escolaridade inferior ao 3º ciclo a representar 45,5%.

A comunidade ucraniana e a moldava detinham as proporções mais reduzidas de população com níveis de escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico (9,7% e 10,7%, respetivamente).

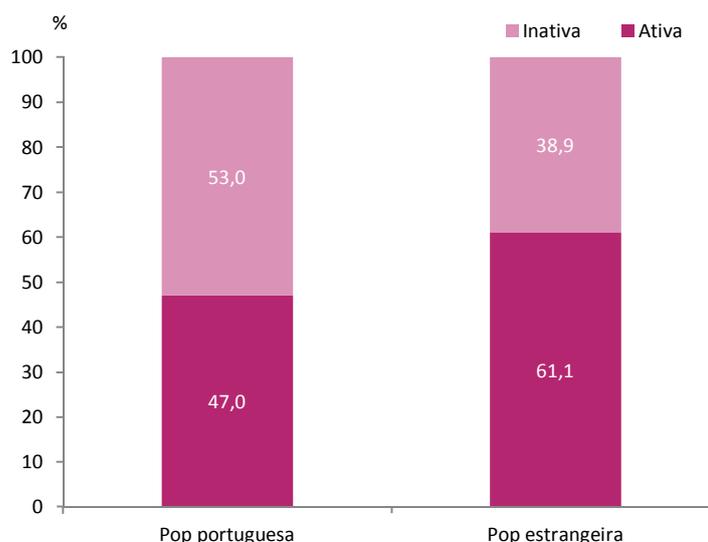
Com as qualificações mais elevadas, destaca-se a população espanhola, onde a população com ensino superior atingia 43,6%, seguindo-se, embora afastadas, as comunidades britânica com 27,8% e a ucraniana, com 23,3%.

## 6. Caracterização socioeconómica

Analisada a condição perante a atividade económica, verifica-se que 61,1% da população estrangeira era economicamente ativa (47% na população portuguesa) (Figura 13).

Figura 13

População portuguesa e estrangeira segundo a condição perante a atividade económica (ativa/inativa), 2011

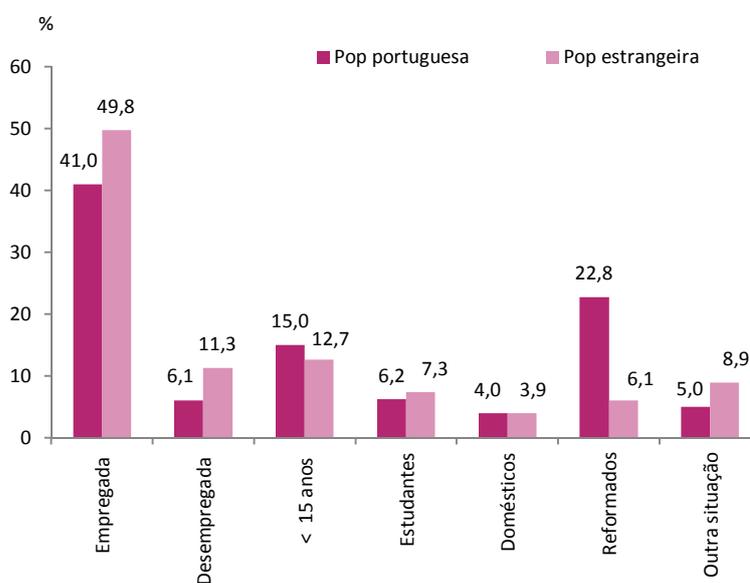


Fonte: INE, Censos 2011

Os inativos constituíam 38,9% da população estrangeira. De destacar que a população com idade inferior a 15 anos representava 12,7%, os estudantes 7,3%, os reformados 6,1% e os domésticos 3,9% (Figura 14). Comparativamente com a população de nacionalidade portuguesa, as diferenças mais assinaláveis referem-se à maior proporção de empregados e a uma proporção de reformados claramente inferior, reflexo de uma estrutura etária bastante mais jovem no caso da população estrangeira.

Figura 14

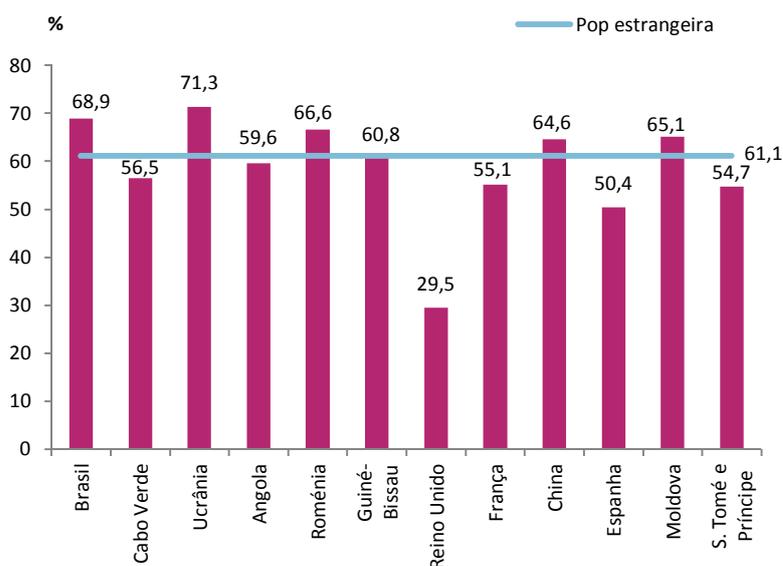
Condição perante a atividade económica da população portuguesa e da população estrangeira, 2011



As comunidades com maior peso da população ativa são as da Ucrânia (71,3%), do Brasil (68,9%), da Roménia (66,7%), da Moldova (65,1%) e da China (64,6%). São estas mesmas comunidades que apresentam, naturalmente, as maiores proporções de população empregada. Reino Unido, Espanha e França eram as comunidades com menor percentagem de população ativa (Figura 15).

Figura 15

### Proporção da população estrangeira ativa, por nacionalidade, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Atendendo à proporção da população que se encontrava desempregada notam-se diferenças significativas nas várias nacionalidades. O maior peso dos desempregados registava-se nas comunidades dos PALP's, nomeadamente na Guiné Bissau (19,8%), Angola (17,3%), Cabo Verde (15,7%) e S. Tomé e Príncipe (14,7%). No extremo oposto, destaca-se a comunidade chinesa onde apenas cerca de 1% da população era desempregada.

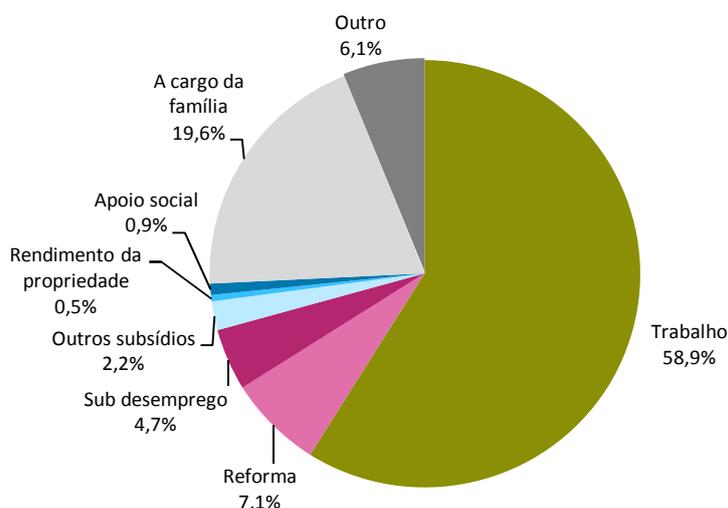
Das comunidades mais representadas, o Reino Unido é a única em que a população inativa (70,5%) era superior à ativa, situação que decorre do peso dos reformados, que constituíam 43,1% dos cidadãos britânicos a residir em Portugal.

Com exceção dos cidadãos do Reino Unido, de Espanha (15,7%) e de França (12,2%), a importância relativa dos reformados, nas restantes comunidades com maior destaque, era bastante baixo, sendo inferior a 1% no caso dos nacionais da Moldova, da Roménia e da Ucrânia.

Para 58,9% dos indivíduos, de nacionalidade estrangeira com 15 ou mais anos, o principal meio de vida era o trabalho, 19,6% estavam a cargo da família e 7,1% viviam da reforma ou pensão (Figura 16).

Figura 16

### População estrangeira segundo o principal meio de vida, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Uma análise pelas diferentes nacionalidades, permite distinguir a população chinesa como aquela em que a proporção de pessoas que vivia do trabalho é superior, 75,7%. Seguiam-se as comunidades da Ucrânia 71,1%, do Brasil e da Roménia, ambas com 69,0% e da Moldova com 64,9%.

A reforma era a principal fonte de rendimentos para 47,1% dos cidadãos do Reino Unido, 18,9% de Espanha e 14,6% de França. Para as restantes populações estrangeiras esta fonte de rendimento não tinha expressão significativa.

S. Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde eram as nacionalidades onde o meio de vida “a cargo da família” estava mais representado, com proporções de 27,9%, 27,6% e 26,4%, respetivamente.

Dos 196 296 estrangeiros empregados, cerca de 40% concentrava-se em apenas 5 profissões. A maior parte eram trabalhadores da limpeza em casas particulares, hotéis e similares (15,2%), vendedores em lojas (8,8%), trabalhadores qualificados da construção (7,0%), cozinheiros (5,2%) e empregados de mesa e bar (3,5%) (**Figura 17**).

Figura 17

#### Principais profissões da população de nacionalidade estrangeira, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

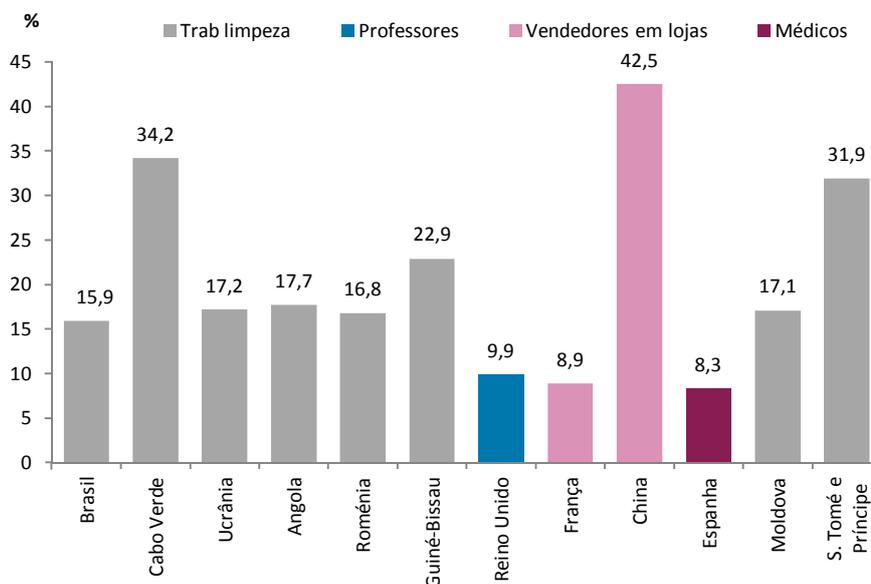
De um modo geral, as principais profissões da população estrangeira não eram distintas das profissões que empregavam mais portugueses. As 3 principais profissões da população estrangeira integravam o grupo das principais profissões dos portugueses empregados.

Em termos gerais, esta distribuição era comum à nacionalidade brasileira, às dos PALP's bem como aos cidadãos da Ucrânia, Roménia e Moldova.

A profissão de trabalhadores da limpeza era a principal para 8 das 12 nacionalidades estrangeiras mais representativas, destacando-se os 34,2% da população cabo-verdiana, 31,9% dos são tomenses e 22,9% dos cidadãos da Guiné Bissau. Por sua vez, os trabalhadores qualificados da construção representavam 19,3% da comunidade guineense empregada, 15,7% da moldava, 12,7% da cabo-verdiana e 10,9% dos trabalhadores romenos. Os chineses distinguem-se das restantes comunidades estrangeiras pelo valor dos vendedores em lojas com 42,5% e diretores e gerentes do comércio com 21,8%. Destacam-se ainda os estrangeiros de nacionalidade espanhola onde as profissões mais importantes eram médicos e profissionais de enfermagem com 8,3% e 5,8% respetivamente. Também os nacionais do Reino Unido se destacam no que se refere aos principais grupos profissionais. Para a comunidade britânica a profissão mais representativa é a de professor (9,9%), surgindo em segundo lugar a de diretor geral e gestor executivo de empresas com 5,0% (**Figura 18**).

Figura 18

## Principal profissão da população estrangeira, por nacionalidade, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Decorrente das principais profissões da população estrangeira, as atividades económicas mais representadas eram a restauração, a promoção imobiliária/construção de edifícios e o comércio a retalho (exceto de veículos) que empregavam, respetivamente, 12,6%, 12,0% e 11,8% (Figura 19).

Figura 19

## Principais atividades económicas da população estrangeira, 2011



Fonte: INE, Censos 2012

Na Restauração destacavam-se as comunidades chinesa (20,9%), brasileira (16,6%) e a são tomense (15,4%). A comunidade chinesa distinguia-se das restantes pela maior concentração na atividade de comércio a retalho (69,0%). A educação sobressaía como principal atividade económica nas nacionalidades do Reino Unido (18,1%), Espanha (10,6%) e França (7,5%), enquanto a área da saúde é a atividade económica que empregava mais espanhóis (16,2%).

## 7. Religião

No total da população de nacionalidade estrangeira, a religião católica surge em 1º lugar (41,2%) seguindo-se a ortodoxa com 13,8%.

A religião católica aparece como sendo a mais apontada para os cidadãos de Cabo Verde, França, Espanha, São Tomé e Príncipe, Brasil, Angola e Guiné-Bissau, enquanto a religião ortodoxa surge em 1º lugar para a Ucrânia, Roménia e República de Moldova. Nos nacionais do Reino Unido a maior parte da população declarou ser protestante enquanto os chineses declararam, maioritariamente, não ter religião.

Ainda de assinalar o facto da opção “sem religião” surgir entre as 3 primeiras opções na maior parte dos países analisados.

## 8. Habitação

A maioria da população estrangeira residente em Portugal habitava em alojamentos arrendados, cerca de 53,9%, contra os 35,8% que residia em alojamentos dos quais são proprietários. No grupo das 12 nacionalidades estrangeiras mais representadas, os cidadãos do Reino Unido, França e Espanha contrariam esta tendência na medida em que maioritariamente residiam nos alojamentos na condição de proprietários: 80,1%, 69,1% e 60,5%, respetivamente.

A quase totalidade da população estrangeira em Portugal, 97,8%, residia em alojamentos clássicos. Cerca de 1,5% habitava em alojamentos coletivos e os restantes 0,5% distribuíam-se por vários tipos de alojamentos não clássicos como sejam as barracas, os alojamentos móveis e os improvisados em edifícios. Dentro do grupo das 12 nacionalidades estrangeiras mais representadas, os cidadãos de São Tomé e Príncipe são aqueles que apresentavam a maior percentagem de nacionais a residir em barracas, cerca de 0,61% do total de são tomenses. Imediatamente a seguir surgem os romenos com 0,57% do total da sua população. No que respeita à residência em alojamentos coletivos são os cidadãos espanhóis, com cerca de 4,1% da sua população, que apresentavam a maior percentagem.

## 9. Conclusões

A síntese dos principais resultados da caracterização da população estrangeira residente em Portugal à data de realização dos Censos 2011 apresenta-se nos seguintes pontos:

1. A população estrangeira residente em Portugal era de 394 496 cidadãos, correspondendo a um aumento de 70% no último período intercensitário. A Região de Lisboa concentrava mais de metade dos estrangeiros a viver em Portugal. Sintra e Lisboa eram os municípios do país com maior número de estrangeiros.
2. O Brasil ganhou importância e passou a ser a maior comunidade estrangeira com cerca de 28% do total da população estrangeira.
3. Os estrangeiros residentes em Portugal eram maioritariamente mulheres (52,3%). A idade média da população estrangeira era de 34,2 anos.
4. O estado civil solteiro (cerca de 53%) predominava na população estrangeira. Verificava-se uma maior informalidade nas uniões conjugais (28,2% das uniões conjugais) desse grupo populacional relativamente à população portuguesa (12,3%).
5. O ensino secundário e pós-secundário era o nível de escolaridade mais relevante na população estrangeira (32,7%).
6. Mais de 60% da população estrangeira era economicamente ativa. O trabalho constituía a sua principal fonte de rendimento e trabalhador da limpeza era a sua principal profissão. Restauração, construção e comércio a retalho eram as atividades económicas que empregavam mais estrangeiros.
7. A religião católica foi a mais assumida pelos estrangeiros residentes.
8. A maioria da população estrangeira residente em Portugal habitava em alojamentos arrendados.

## Anexos



## Anexo 1

## População de nacionalidade estrangeira

População Residente	2011	2001
Total	394 496	226 715
Homens	188 086	123 098
Mulheres	206 410	103 617

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	394 496	
Sintra	34 994	8,87
Lisboa	34 492	8,74
Amadora	18 883	4,79
Cascais	18 661	4,73
Loures	17 638	4,47

Idade média (anos)

34,2

Estado civil legal	Nº	%
Total	394 496	
Solteiro	208 528	52,86
Casado	155 597	39,44
Divorciado	21 481	5,45
Viúvo	8 890	2,25

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	61 021
Não vive em união de facto	186 129

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	324 919	
Inferior ao básico 3º ciclo	91 781	28,25
Básico 3º ciclo	80 059	24,64
Secundário e pós-secundário	106 338	32,73
Superior	46 741	14,39

## Anexo 1 a)

## População de nacionalidade estrangeira

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	344 557	
Trabalho	203 058	58,93
Reforma/pensão	24 532	7,12
Subsídio de desemprego	16 147	4,69
Outros subsídios temporários	7 494	2,17
Cargo da família	67 568	19,61
Outro	25 758	7,48

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	394 496	
<b>Activa</b>	<b>241 050</b>	<b>61,10</b>
Empregada	196 296	49,76
Desempregada	44 754	11,34
<b>Inactiva</b>	<b>153 446</b>	<b>38,90</b>
<15 anos	49 939	12,66
Estudantes	28 945	7,34
Domésticos	15 496	3,93
Reformados	24 028	6,09
Outra situação	35 038	8,88

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	196 296	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis,..	29 911	15,24
Vendedores em lojas	17 261	8,79
Trabalhadores qualificados da construção	13 773	7,02

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	196 296	
Restauração e similares	24 830	12,65
Promoção imobiliária; construção de edifícios	23 612	12,03
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	23 088	11,76

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	344 557	
Católica	142 066	41,23
Ortodoxa	47 654	13,83
Sem religião	32 912	9,55

## Anexo 2



## Brasil

População Residente	2011	2001
Total	109 787	31 869
Homens	46 249	16 948
Mulheres	63 538	14 921

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	109 787	
Lisboa	10 982	10,00
Sintra	8 642	7,87
Cascais	6 723	6,12
Almada	4 598	4,19
Amadora	4 290	3,91

Idade média (anos)

30,9

Estado civil legal	Nº	%
Total	109 787	
Solteiro	59 550	54,24
Casado	41 224	37,55
Divorciado	7 668	6,98
Viúvo	1 345	1,23

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	21 378
Não vive em união de facto	50 557

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	93 545	
Inferior ao básico 3º ciclo	24 498	26,19
Básico 3º ciclo	21 812	23,32
Secundário e pós-secundário	38 411	41,06
Superior	8 824	9,43

## Anexo 2 a)



## Brasil

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	94 721	
Trabalho	65 358	69,00
Reforma/pensão	1 363	1,44
Subsídio de desemprego	4 520	4,77
Outros subsídios temporários	1 513	1,60
Cargo da família	16 755	17,69
Outro	5 212	5,50

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	109 787	
<b>Activa</b>	<b>75 612</b>	<b>68,87</b>
Empregada	63 059	57,44
Desempregada	12 553	11,43
<b>Inactiva</b>	<b>34 175</b>	<b>31,13</b>
<15 anos	15 064	13,72
Estudantes	6 508	5,93
Domésticos	4 568	4,16
Reformados	1 183	1,08
Outra situação	6 852	6,24

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	63 059	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	10 018	15,89
Vendedores em lojas	6 292	9,98
Cozinheiro	3 901	6,19

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	63 059	
Restauração e similares	10 465	16,60
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	6 686	10,60
Promoção imobiliária ; construção de edifícios	5 937	9,41

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	94 721	
Católica	44 730	47,22
Outra cristã	16 711	17,64
Protestante	13 669	14,43

## Anexo 3



## Cabo Verde

População Residente	2011	2001
Total	38 895	33 145
Homens	18 537	16 994
Mulheres	20 358	16 151

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	38 895	
Sintra	7 231	18,59
Amadora	6 400	16,45
Loures	2 755	7,08
Lisboa	2 644	6,80
Seixal	2 627	6,75

Idade média (anos)

34

Estado civil legal	Nº	%
Total	38 895	
Solteiro	29 974	77,06
Casado	7 079	18,20
Divorciado	601	1,55
Viúvo	1 241	3,19

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	7 578
Não vive em união de facto	24 775

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	28 167	
Inferior ao básico 3º ciclo	18 592	66,01
Básico 3º ciclo	7 960	28,26
Secundário e pós-secundário	544	1,93
Superior	1 071	3,80

## Anexo 3 a)



## Cabo Verde

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	34 911	
Trabalho	16 534	47,36
Reforma/pensão	2 558	7,33
Subsídio de desemprego	1 816	5,20
Outros subsídios temporários	1 186	3,40
Cargo da família	9 231	26,44
Outro	3 586	10,27

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	38 895	
<b>Activa</b>	<b>21 992</b>	<b>56,54</b>
Empregada	15 873	40,81
Desempregada	6 119	15,73
<b>Inactiva</b>	<b>16 903</b>	<b>43,46</b>
<15 anos	3 984	10,24
Estudantes	5 210	13,40
Domésticos	673	1,73
Reformados	2 406	6,19
Outra situação	4 630	11,90

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	15 873	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	5 426	34,18
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	2 022	12,74
Vendedores em lojas	1 148	7,23

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	15 873	
Promoção imobiliária; construção de edifícios	3 063	19,30
Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	2 881	18,15
Restauração e similares	2 191	13,80

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	34 911	
Católica	25 806	73,92
Sem religião	2 115	6,06
Outra cristã	1 091	3,13

## Anexo 4



## Ucrânia

População Residente	2011	2001
Total	33 790	10 793
Homens	17 165	8 784
Mulheres	16 625	2 009

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	33 790	
Sintra	1 725	5,11
Lisboa	1 510	4,47
Albufeira	1 193	3,53
Loulé	1 026	3,04
Leiria	1 020	3,02

Idade média (anos)	34
--------------------	----

Estado civil legal	Nº	%
Total	33 790	
Solteiro	11 795	34,91
Casado	18 905	55,95
Divorciado	2 482	7,35
Viúvo	608	1,80

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	3 041
Não vive em união de facto	12 577

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	29 109	
Inferior ao básico 3º ciclo	2 818	9,68
Básico 3º ciclo	5 898	20,26
Secundário e pós-secundário	13 630	46,82
Superior	6 763	23,23

## Anexo 4 a)



## Ucrânia

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	29 252	
Trabalho	20 783	71,05
Reforma/pensão	200	0,68
Subsídio de desemprego	2 276	7,78
Outros subsídios temporários	439	1,50
Cargo da família	4 365	14,92
Outros	1 189	4,06

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	33 790	
<b>Activa</b>	<b>24 074</b>	<b>71,25</b>
Empregada	20 017	59,24
Desempregada	4 057	12,01
<b>Inactiva</b>	<b>9 716</b>	<b>28,75</b>
<15 anos	4 538	13,43
Estudantes	1 786	5,29
Domésticos	778	2,30
Reformados	201	0,59
Outra situação	2 413	7,14

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	20 017	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	3 444	17,21
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	1 912	9,55
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	1 285	6,42

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	20 017	
Promoção imobiliária ; construção de edifícios	3 057	15,27
Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	1 706	8,52
Restauração e similares	1 639	8,19

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	29 252	
Ortodoxa	19 330	66,08
Católica	4 124	14,10
Sem religião	922	3,15

## Anexo 5



## Angola

População Residente	2011	2001
Total	26 954	37 014
Homens	12 749	18 849
Mulheres	14 205	18 165

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	26 954	
Sintra	5 468	20,29
Loures	2 236	8,30
Lisboa	1 966	7,29
Odivelas	1 737	6,44
Amadora	1 690	6,27

Idade média (anos)	34,9
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	26 954	
Solteiro	18 861	69,97
Casado	6 307	23,40
Divorciado	976	3,62
Viúvo	810	3,01

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	5 896
Não vive em união de facto	15 228

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	23 035	
Inferior ao básico 3º ciclo	8 357	36,28
Básico 3º ciclo	7 998	34,72
Secundário e pós-secundário	4 969	21,57
Superior	1 711	7,43

## Anexo 5 a)



## Angola

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	24 209	
Trabalho	12 172	50,28
Reforma/pensão	1 272	5,25
Subsídio de desemprego	1 783	7,37
Outros subsídios temporários	959	3,96
Cargo da família	5 764	23,81
Outro	2 259	9,33

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	26 954	
<b>Activa</b>	<b>16 073</b>	<b>59,63</b>
Empregada	11 399	42,29
Desempregada	4 674	17,34
<b>Inactiva</b>	<b>10 881</b>	<b>40,37</b>
<15 anos	2 745	10,18
Estudantes	3 065	11,37
Domésticos	887	3,29
Reformados	1 178	4,37
Outra situação	3 006	11,15

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	11 399	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	2 014	17,67
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	995	8,73
Cozinheiro	849	7,45

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	11 399	
Promoção imobiliária ; construção de edifícios	1 672	14,67
Restauração e similares	1 399	12,27
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	1 052	9,23

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	24 209	
Católica	12 661	52,30
Outra cristã	3 668	15,15
Sem religião	2 082	8,60

## Anexo 6



## Roménia

População Residente	2011	2001
Total	24 356	2 661
Homens	12 445	1 976
Mulheres	11 911	685

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	24 356	
Loulé	1 914	7,86
Sintra	1 904	7,82
Lisboa	1 530	6,28
Montijo	1 114	4,57
Loures	981	4,03

Idade média (anos)	29,1
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	24 356	
Solteiro	11 233	46,12
Casado	11 748	48,23
Divorciado	1 080	4,43
Viúvo	295	1,21

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	3 697
Não vive em união de facto	9 272

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	20 300	
Inferior ao básico 3º ciclo	4 436	21,85
Básico 3º ciclo	5 883	28,98
Secundário e pós-secundário	8 022	39,52
Superior	1 959	9,65

## Anexo 6 a)



## Roménia

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	20 380	
Trabalho	14 069	69,03
Reforma/pensão	128	0,63
Subsídio de desemprego	842	4,13
Outros subsídios temporários	704	3,45
Cargo da família	3 255	15,97
Outro	1 382	6,78

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	24 356	
<b>Activa</b>	<b>16 232</b>	<b>66,64</b>
Empregada	13 558	55,67
Desempregada	2 674	10,98
<b>Inactiva</b>	<b>8 124</b>	<b>33,36</b>
<15 anos	3 976	16,32
Estudantes	817	3,35
Domésticos	891	3,66
Reformados	122	0,50
Outra situação	2 318	9,52

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	13 558	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	2 276	16,79
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	1 476	10,89
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	925	6,82

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	13 558	
Promoção imobiliária; construção de edifícios	2 397	17,68
Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	2 094	15,44
Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	1 420	10,47

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	20 380	
Ortodoxa	14 400	70,66
Católica	1 431	7,02
Outra cristã	779	3,82

## Anexo 7



## Guiné-Bissau

População Residente	2011	2001
Total	16 360	15 824
Homens	9 162	9 920
Mulheres	7 198	5 904

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	16 360	
Sintra	4 282	26,17
Loures	1 818	11,11
Amadora	1 815	11,09
Odivelas	1 403	8,58
Lisboa	1 092	6,67

Idade média (anos)	31,7
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	16 360	
Solteiro	12 784	78,14
Casado	3 149	19,25
Divorciado	183	1,12
Viúvo	244	1,49

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	2 228
Não vive em união de facto	11 255

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	14 179	
Inferior ao básico 3º ciclo	6 318	44,56
Básico 3º ciclo	4 540	32,02
Secundário e pós-secundário	2 536	17,89
Superior	785	5,54



## Guiné-Bissau

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	14 457	
Trabalho	7 348	50,83
Reforma/pensão	218	1,51
Subsídio de desemprego	927	6,41
Outros subsídios temporários	560	3,87
Cargo da família	3 990	27,60
Outro	1 414	9,78

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	16 360	
<b>Activa</b>	<b>9 952</b>	<b>60,83</b>
Empregada	6 722	41,09
Desempregada	3 230	19,74
<b>Inactiva</b>	<b>6 408</b>	<b>39,17</b>
<15 anos	1 903	11,63
Estudantes	1 839	11,24
Domésticos	306	1,87
Reformados	226	1,38
Outra situação	2 134	13,04

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	6 722	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	1 539	22,89
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	1 298	19,31
Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva e construção	605	9,00

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	6 722	
Promoção imobiliária ; construção de edifícios	2 198	32,70
Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	961	14,30
Restauração e similares	638	9,49

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	14 457	
Católica	6 782	46,91
Muçulmana	4 022	27,82
Sem religião	569	3,94

## Anexo 8



## Reino Unido

População Residente	2011	2001
Total	15 774	8 227
Homens	7 891	4 195
Mulheres	7 883	4 032

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	15 774	
Lagos	1 667	10,57
Loulé	1 607	10,19
Silves	951	6,03
Albufeira	911	5,78
Cascais	842	5,34

Idade média (anos)	50,2
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	15 774	
Solteiro	4 676	29,64
Casado	8 813	55,87
Divorciado	1 475	9,35
Viúvo	810	5,14

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	2 101
Não vive em união de facto	5 115

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	10 052	
Inferior ao básico 3º ciclo	1 718	17,09
Básico 3º ciclo	1 464	14,56
Secundário e pós-secundário	4 077	40,56
Superior	2 793	27,79

## Anexo 8 a)



## Reino Unido

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	14 206	
Trabalho	4 244	29,87
Reforma/pensão	6 691	47,10
Subsídio de desemprego	115	0,81
Outros subsídios temporários	76	0,53
Cargo da família	1 667	11,73
Outro	1 413	9,95

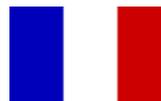
Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	15 774	
<b>Activa</b>	<b>4 660</b>	<b>29,54</b>
Empregada	4 206	26,66
Desempregada	454	2,88
<b>Inactiva</b>	<b>11 114</b>	<b>70,46</b>
<15 anos	1 568	9,94
Estudantes	499	3,16
Domésticos	780	4,94
Reformados	6 805	43,14
Outra situação	1 462	9,27

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	4 206	
Professor dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário	417	9,91
Director geral e gestor executivo, de empresas	211	5,02
Vendedores em lojas	193	4,59

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	4 206	
Educação	763	18,14
Restauração e similares	347	8,25
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	280	6,66

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	14 206	
Protestante	4 148	29,20
Católica	2 232	15,71
Sem religião	3 860	27,17

## Anexo 9



### França

População Residente	2011	2001
Total	14 360	15 359
Homens	6 644	7 055
Mulheres	7 716	8 304

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	14 360	
Lisboa	1 220	8,50
Cascais	415	2,89
Leiria	351	2,44
Guimarães	323	2,25
Braga	308	2,14

Idade média (anos)	36,6
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	14 360	
Solteiro	6 385	44,46
Casado	6 475	45,09
Divorciado	1 102	7,67
Viúvo	398	2,77

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	1 839
Não vive em união de facto	6 208

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	11 233	
Inferior ao básico 3º ciclo	2 884	25,67
Básico 3º ciclo	2 924	26,03
Secundário e pós-secundário	2 930	26,08
Superior	2 495	22,21

## Anexo 9 a)



## França

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	12 481	
Trabalho	6 945	55,64
Reforma/pensão	1 822	14,60
Subsídio de desemprego	418	3,35
Outros subsídios temporários	263	2,11
Cargo da família	2 209	17,70
Outro	824	6,60

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	14 360	
<b>Activa</b>	<b>7 912</b>	<b>55,10</b>
Empregada	6 893	48,00
Desempregada	1 019	7,10
<b>Inactiva</b>	<b>6 448</b>	<b>44,90</b>
<15 anos	1 879	13,08
Estudantes	985	6,86
Domésticos	693	4,83
Reformados	1 738	12,10
Outra situação	1 153	8,03

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	6 893	
Vendedores em lojas	620	8,99
Empregado de escritório em geral	311	4,51
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	253	3,67

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	6 893	
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	990	14,36
Educação	517	7,50
Promoção imobiliária ; construção de edifícios	417	6,05

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	12 481	
Católica	9 042	72,45
Sem religião	1 591	12,75
Outra cristã	176	1,41

## Anexo 10



## China

População Residente	2011	2001
Total	11 458	2 176
Homens	5 943	1 164
Mulheres	5 515	1 012

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	11 458	
Lisboa	2 123	18,53
Sintra	479	4,18
Vila do Conde	402	3,51
Porto	356	3,11
Benavente	344	3,00

Idade média (anos)	31,1
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	11 458	
Solteiro	4 392	38,33
Casado	6 798	59,33
Divorciado	161	1,41
Viúvo	107	0,93

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	380
Não vive em união de facto	4 432

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	9 444	
Inferior ao básico 3º ciclo	4 295	45,48
Básico 3º ciclo	2 974	31,49
Secundário e pós-secundário	1 846	19,55
Superior	329	3,48

## Anexo 10 a)



## China

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	9 618	
Trabalho	7 283	75,72
Reforma/pensão	137	1,42
Subsídio de desemprego	12	0,12
Outros subsídios temporários	24	0,25
Cargo da família	1 716	17,84
Outro	446	4,64

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	11 458	
<b>Activa</b>	<b>7 403</b>	<b>64,61</b>
Empregada	7 287	63,60
Desempregada	116	1,01
<b>Inactiva</b>	<b>4 055</b>	<b>35,39</b>
<15 anos	1 840	16,06
Estudantes	622	5,43
Domésticos	561	4,90
Reformados	194	1,69
Outra situação	838	7,31

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	7 287	
Vendedores em lojas	3 100	42,54
Directores e gerentes, do comércio a retalho e por grosso	1 586	21,76
Cozinheiro	659	9,04

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	7 287	
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	5 031	69,04
Restauração e similares	1 521	20,87
Comércio por grosso, excepto de veículos automóveis e motociclos	189	2,59

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	9 618	
Sem religião	3 787	39,37
Outra não cristã	1 541	16,02
Outra cristã	533	5,54

## Anexo 11



## Espanha

População Residente	2011	2001
Total	10 486	9 047
Homens	4 776	3 999
Mulheres	5 710	5 048

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	10 486	
Lisboa	1 815	17,31
Cascais	711	6,78
Oeiras	542	5,17
Porto	359	3,42
Sintra	320	3,05

Idade média (anos)	41
--------------------	----

Estado civil legal	Nº	%
Total	10 486	
Solteiro	4 746	45,26
Casado	4 412	42,08
Divorciado	692	6,60
Viúvo	636	6,07

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	1 615
Não vive em união de facto	4 613

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	7 178	
Inferior ao básico 3º ciclo	1 388	19,34
Básico 3º ciclo	1 138	15,85
Secundário e pós-secundário	1 522	21,20
Superior	3 130	43,61

## Anexo 11 a)



## Espanha

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	8 939	
Trabalho	4 609	51,56
Reforma/pensão	1 686	18,86
Subsídio de desemprego	224	2,51
Outros subsídios temporários	177	1,98
Cargo da família	1 508	16,87
Outro	735	8,22

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	10 486	
<b>Activa</b>	<b>5 284</b>	<b>50,39</b>
Empregada	4 663	44,47
Desempregada	621	5,92
<b>Inactiva</b>	<b>5 202</b>	<b>49,61</b>
<15 anos	1 547	14,75
Estudantes	466	4,44
Domésticos	725	6,91
Reformados	1 647	15,71
Outra situação	817	7,79

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	4 663	
Médicos	389	8,34
Profissionais de enfermagem	270	5,79
Vendedores em lojas	260	5,58

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	4 663	
Actividades de saúde humana	754	16,17
Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	515	11,04
Educação	492	10,55

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	8 939	
Católica	6 302	70,50
Sem religião	1 216	13,60

## Anexo 12



## República de Moldova

População Residente	2011	2001
Total	10 475	2 984
Homens	5 317	2 474
Mulheres	5 158	510

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	10 475	
Portimão	810	7,73
Cascais	684	6,53
Sintra	623	5,95
Loulé	472	4,51
Faro	409	3,90

Idade média (anos)	30,7
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	10 475	
Solteiro	4 065	38,81
Casado	5 897	56,30
Divorciado	405	3,87
Viúvo	108	1,03

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	712
Não vive em união de facto	4 060

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	8 836	
Inferior ao básico 3º ciclo	950	10,75
Básico 3º ciclo	2 571	29,10
Secundário e pós-secundário	3 581	40,53
Superior	1 734	19,62

## Anexo 12 a)



## República de Moldova

Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	8 864	
Trabalho	5 746	64,82
Reforma/pensão	37	0,42
Subsídio de desemprego	575	6,49
Outros subsídios temporários	147	1,66
Cargo da família	1 948	21,98
Outro	411	4,64

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	10 475	
<b>Activa</b>	<b>6 820</b>	<b>65,11</b>
Empregada	5 523	52,73
Desempregada	1 297	12,38
<b>Inactiva</b>	<b>3 655</b>	<b>34,89</b>
<15 anos	1 611	15,38
Estudantes	848	8,10
Domésticos	310	2,96
Reformados	40	0,38
Outra situação	846	8,08

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	5 523	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	946	17,13
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	868	15,72
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	383	6,93

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	5 523	
Promoção imobiliária ; construção de edifícios	1 267	22,94
Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	494	8,94
Restauração e similares	427	7,73

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	8 864	
Ortodoxa	7 246	81,75
Católica	192	2,17
Sem religião	169	1,91

## Anexo 13



## São Tomé e Príncipe

População Residente	2011	2001
Total	10 408	8 517
Homens	4 700	3 919
Mulheres	5 708	4 598

Principais municípios de residência	Nº	%
Total	10 408	
Loures	2 199	21,13
Sintra	1 333	12,81
Seixal	1 330	12,78
Amadora	1 144	10,99
Lisboa	760	7,30

Idade média (anos)	30,6
--------------------	------

Estado civil legal	Nº	%
Total	10 408	
Solteiro	8 495	81,62
Casado	1 622	15,58
Divorciado	150	1,44
Viúvo	141	1,35

Vivência em união de facto	Nº
Vive em união de facto	2 033
Não vive em união de facto	6 917

Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos	Nº	%
Total	8 649	
Inferior ao básico 3º ciclo	3 571	41,29
Básico 3º ciclo	3 342	38,64
Secundário e pós-secundário	1 403	16,22
Superior	333	3,85

## Anexo 13 a)



## São Tomé e Príncipe

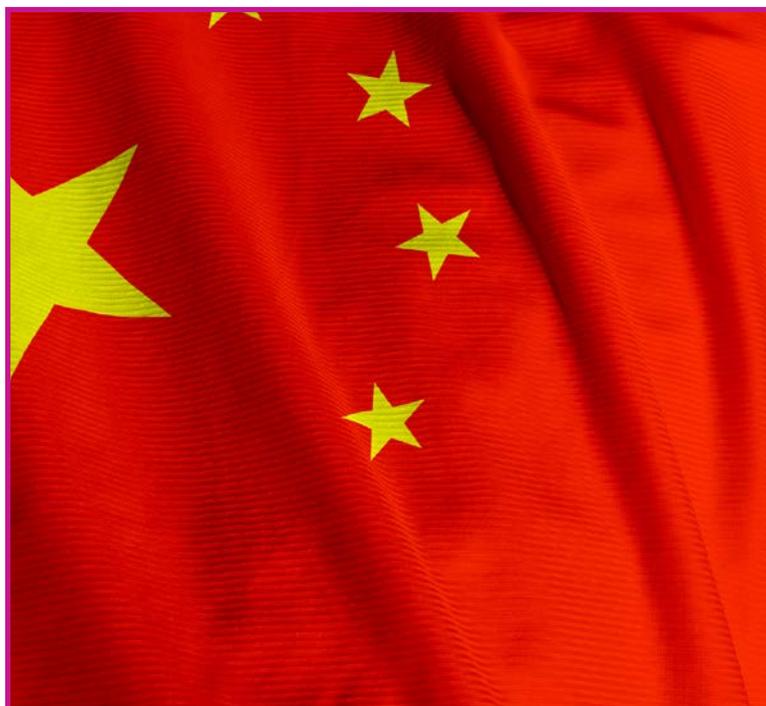
Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	8 957	
Trabalho	4 340	48,45
Reforma/pensão	226	2,52
Subsídio de desemprego	527	5,88
Outros subsídios temporários	320	3,57
Cargo da família	2 496	27,87
Outro	1 048	11,70

Condição perante atividade económica	Nº	%
Total	10 408	
<b>Activa</b>	<b>5 696</b>	<b>54,73</b>
Empregada	4 163	40,00
Desempregada	1 533	14,73
<b>Inactiva</b>	<b>4 712</b>	<b>45,27</b>
<15 anos	1 451	13,94
Estudantes	1 716	16,49
Domésticos	182	1,75
Reformados	246	2,36
Outra situação	1 117	10,73

Principais profissões da população empregada	Nº	%
Total	4 163	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	1 327	31,88
Cozinheiro	372	8,94
Vendedores em lojas	243	5,84

Principais ramos de atividade económica da população empregada	Nº	%
Total	4163	
Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	748	17,97
Restauração e similares	642	15,42
Promoção imobiliária ; construção de edifícios	509	12,23

Principais religiões da população com 15 ou mais anos	Nº	%
Total	8 957	
Católica	6 002	67,01
Outra cristã	728	8,13
Sem religião	470	5,25



**A população de nacionalidade chinesa a residir em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2011**

**Autoras:** Anabela Delgado – INE, GC – Gabinete dos Censos 2021

anabela.delgado@ine.pt

**Paula Paulino** – INE, GC – Gabinete dos Censos 2021

paula.paulino@ine.pt

*Chinese population living in Portugal: a characterization based on 2011 Census*

**Resumo:**

Pretende-se com esta análise, apoiada exclusivamente na informação disponibilizada pelos Censos 2011, retratar a população de nacionalidade chinesa residente em Portugal, identificando as suas principais características demográficas e socioeconómicas.

**Palavras Chave:** Censos 2011, população estrangeira, população chinesa.

**Abstract:**

The aim of this analysis, based exclusively on Census 2011 data, is to give a picture of Chinese population living in Portugal, identifying their main demographic and socioeconomic characteristics.

**Key words:** 2011 Census, foreign population, Chinese population.



## Introdução

Este artigo, com base nos Resultados Definitivos dos Censos 2011, pretende caracterizar a população de nacionalidade chinesa a residir em Portugal, a qual na última década registou um acréscimo muito significativo.

Analisa-se a evolução da comunidade chinesa residente em Portugal e a respetiva distribuição em termos territoriais. Caracteriza-se a população chinesa do ponto de vista demográfico, nomeadamente ao nível da sua estrutura por idade e sexo, estado civil e conjugalidade e também o enquadramento em termos familiares.

Elabora-se uma divisão socioeconómica da comunidade chinesa com destaque para as características ao nível da escolaridade, meio de vida, condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão.

Para concluir, apresenta-se o perfil tipo do indivíduo de nacionalidade chinesa residente em Portugal.

## A Comunidade Chinesa cresceu cerca de cinco vezes entre 2001 e 2011 e passou a ser a nona comunidade estrangeira residente em Portugal

De acordo com os Censos 2011 residiam em Portugal 11 458 cidadãos de nacionalidade chinesa, o que representa a nona comunidade estrangeira. Em termos percentuais, correspondem a 2,9% do total de estrangeiros residentes em Portugal (Figura 1).

Entre 2001 e 2011, assistiu-se ao crescimento do número de estrangeiros residentes em Portugal. A população estrangeira passou de 226 715 indivíduos para 394 496, representando um aumento de 74%.

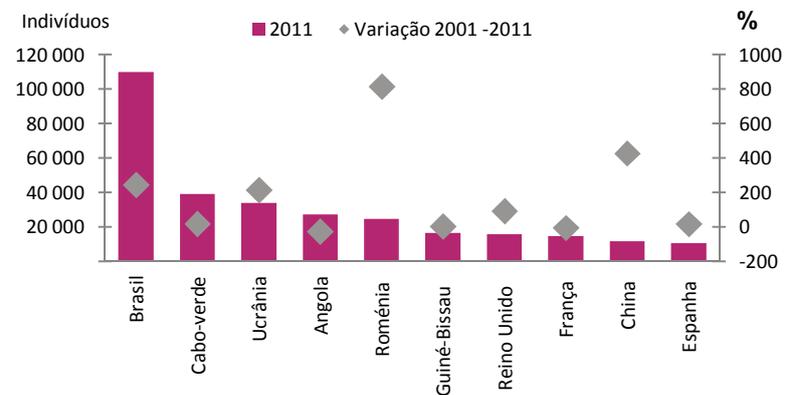
A estrutura da população estrangeira radicada em Portugal, continua a evidenciar a importância das ligações com as ex-colónias, muito embora, entre 2001 e 2011 seja notória a perda de população e em particular na comunidade angolana.

De forma inversa, assistiu-se na mesma década a um crescimento muito expressivo de cidadãos estrangeiros provenientes do Brasil, da Ucrânia mas sobretudo da Roménia (815,3%) e da China (426,6%).

Em 1981 a comunidade chinesa era praticamente inexistente em Portugal. Nas décadas seguintes verificou-se um ligeiro aumento, mas é efetivamente a partir de 2001, que se intensifica o fluxo de cidadãos chineses para Portugal, atingindo em 2011 os 11 458.

Figura 1

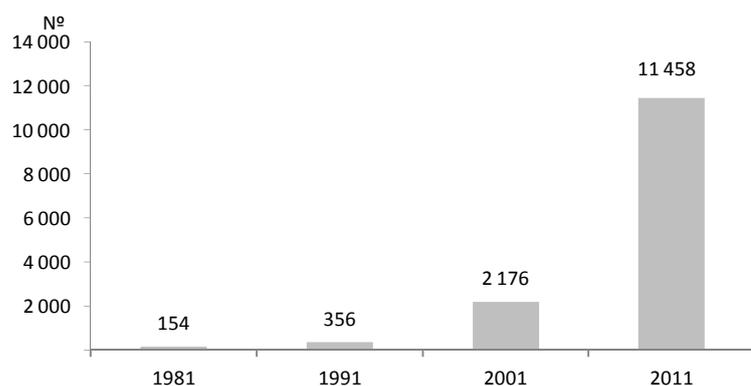
### As 10 principais comunidades estrangeiras residentes em Portugal em 2011 e variação



Fonte: INE, Censos, 2001 e 2011

Figura 2

### População de nacionalidade chinesa residente em Portugal, 1981-2011



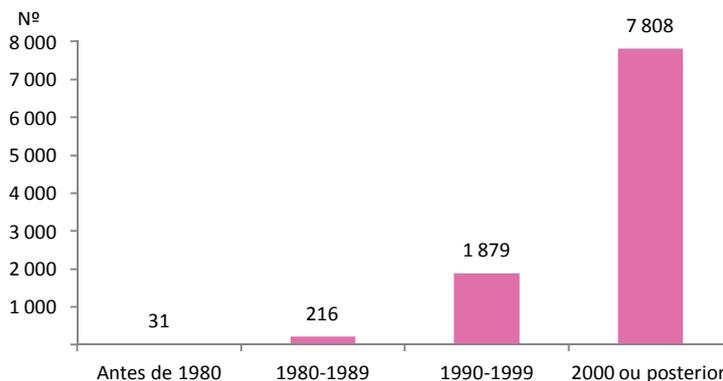
Fonte: INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

De facto, tomando como referência o ano de entrada em Portugal dos indivíduos de nacionalidade chinesa, os Censos 2011 revelam que a grande maioria, 78,5% dessa população entrou no país a partir de 2000 (**Figura 3**). O fluxo anual de entrada foi relativamente regular e constante, observando-se, no entanto, um crescimento em 2008, 2009 e 2010, coincidente com o período de crise económica verificado em Portugal e em vários países da UE.

De sublinhar que a entrada de imigrantes chineses, ao contrário de outras comunidades estrangeiras, reparte-se de forma semelhante entre homens e mulheres. Este dado reflete que o fluxo migratório deste grupo populacional se caracteriza pela presença de casais que optam por imigrar e não por indivíduos sozinhos, como sucede com outras comunidades estrangeiras, como se verá na análise da estrutura familiar.

**Figura 3**

**População de nacionalidade chinesa que residiu fora de Portugal, por ano de entrada no país, 2011**



Fonte: INE, Censos 2011

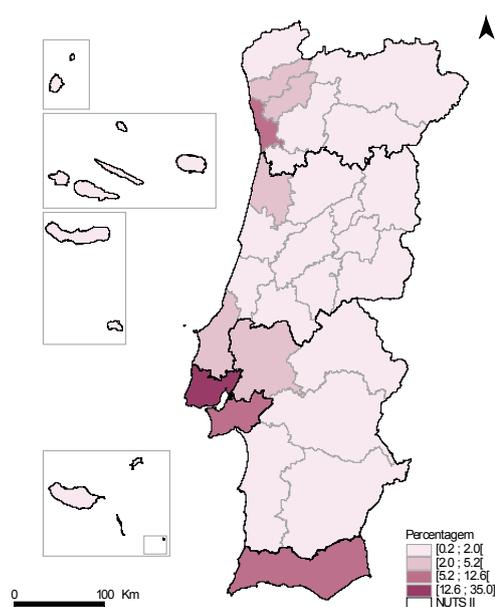
### Maioria da população chinesa reside na região de Lisboa

A comunidade chinesa distribui-se predominantemente pelas regiões de Lisboa (43,1%), Norte (23,3%), Centro (13,8%), Alentejo (10,0%) e Algarve (7,6%). Nas regiões autónomas a presença de chineses é praticamente inexistente.

Numa análise mais fina, a maioria da população chinesa encontra-se radicada à volta dos grandes centros urbanos, com clara concentração na sub-região da Grande Lisboa, seguida do Grande Porto, da Península de Setúbal e do Algarve (**Figura 4**).

**Figura 4**

**População de nacionalidade chinesa residente em Portugal, por NUTSIII, 2011**



Fonte: INE, Censos 2011

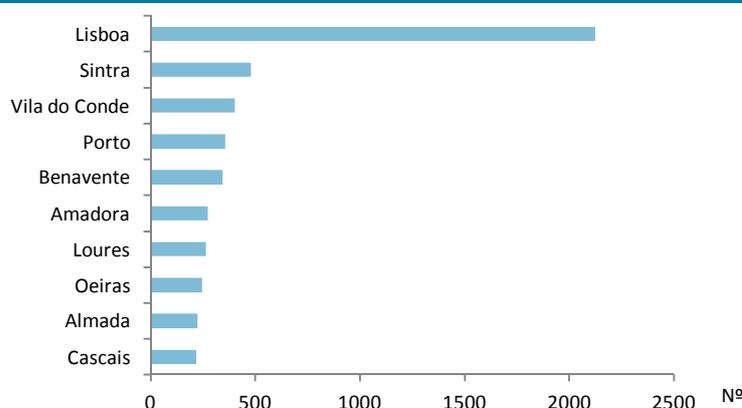
## Maior comunidade chinesa reside no município de Lisboa

Cerca de 19% da população chinesa (2 123 indivíduos), reside no município de Lisboa, o que faz deste município o principal destino destes imigrantes. Sintra surge em segundo lugar, com 4,2%, seguindo-se outros municípios localizados, na sua maioria, na periferia de Lisboa ou Porto (**Figura 5**).

No município de Lisboa a população chinesa concentra-se sobretudo nas freguesias de São Jorge de Arroios, Marvila, Anjos, Santa Maria dos Olivais, Socorro, Lumiar e Santa Justa. Estas freguesias reúnem mais de 60% da comunidade chinesa residente neste município.

Figura 5

### Principais municípios de residência da população de nacionalidade chinesa, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

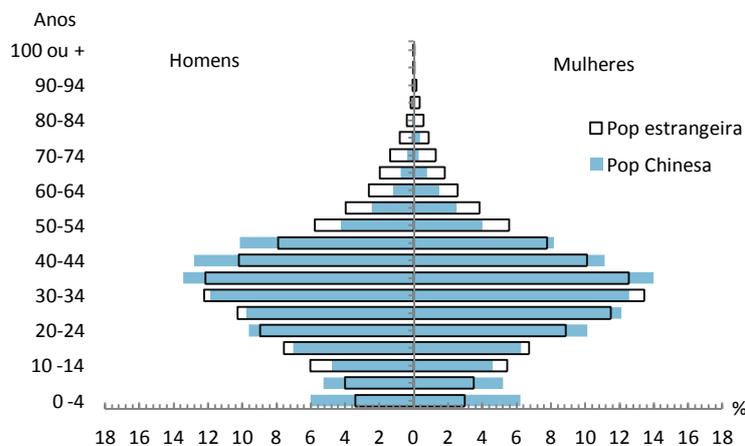
## População chinesa apresenta uma estrutura demográfica muito jovem

A análise da distribuição etária dos chineses residentes em Portugal, revela tratar-se de uma população jovem. Mais jovem que a população estrangeira no seu conjunto e muito mais jovem do que a população portuguesa.

As faixas etárias correspondentes às idades mais jovens, até aos 9 anos de idade, encontram-se sobrerrepresentadas face ao conjunto da população estrangeira, enquanto as idades mais elevadas estão subrepresentadas. Já para a população em idade ativa, verifica-se que para os grupos etários com maiores frequências a configuração das duas pirâmides etárias é bastante semelhante (**Figura 6**).

Figura 6

### Estrutura etária da população de nacionalidade chinesa e estrangeira, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

## População chinesa reparte-se de forma idêntica entre homens e mulheres

A pirâmide etária da população chinesa releva também um equilíbrio na distribuição entre homens e mulheres. O número de homens é de 5 943, cerca de 52% do total e o de mulheres é 5 515, o que corresponde a 48%.

A idade média da população chinesa é de 31,1 anos, ligeiramente abaixo da idade média da população estrangeira que se situa nos 34,2 anos e bastante inferior à da população portuguesa, 42,1 anos.

A estrutura da população chinesa, sendo uma população jovem, apresenta índices demográficos que contrastam com os da população estrangeira no seu todo e com os da população portuguesa.

O índice de envelhecimento na comunidade chinesa é de apenas 9,5 o que significa que, por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos existem só cerca de 10 pessoas idosas, isto é com 65 ou mais anos de idade, valor

muito inferior aos 39,3 observados na globalidade da população estrangeira e fortemente afastado dos 130,7 observados na população portuguesa (Figura 7).

Quanto ao índice de dependência de idosos, expresso pela relação entre a população idosa e a população em idade ativa, na comunidade chinesa é de 1,8 idosos por cada 100 indivíduos ativos enquanto na população estrangeira atinge os 6,0. O valor deste índice na população portuguesa é de 29,9.

O índice de dependência de jovens que reflete o número de jovens por cada 100 indivíduos em idade ativa, é superior entre os chineses face ao total da população estrangeira, e situa-se respetivamente em 19,5 e 15,4. Na população de nacionalidade portuguesa este rácio é de 22,9.

Estes indicadores são consequência direta da estrutura etária da população, ilustrada na pirâmide etária, sendo a comunidade chinesa constituída por pessoas de idades mais jovens, face ao total de estrangeiros.

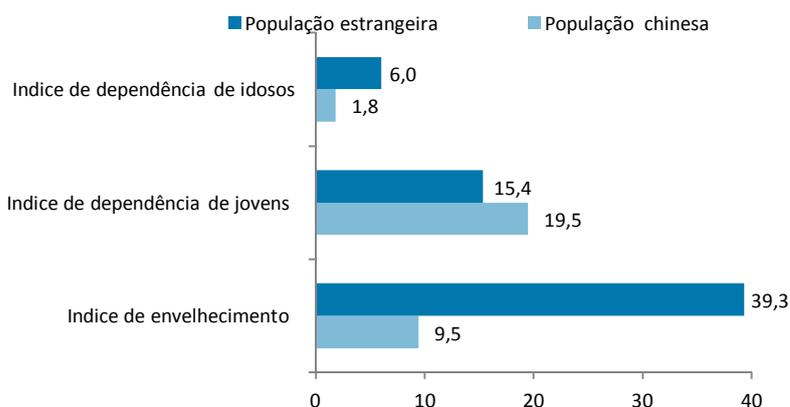
#### A comunidade chinesa é maioritariamente casada

Relativamente ao estado civil a maior parte da população chinesa, cerca de 59%, é casada representando a população solteira cerca de 38%. As restantes categorias para a variável estado civil, viúvo e divorciado, são residuais (Figura 8).

A análise do estado civil tendo em conta o sexo, não revela diferenças significativas. A população casada é predominante tanto para os homens como para as mulheres. Embora com valores residuais, a percentagem de mulheres viúvas é superior à percentagem de homens.

Figura 7

#### Índice de envelhecimento e índice de dependência de jovens e idosos, 2011

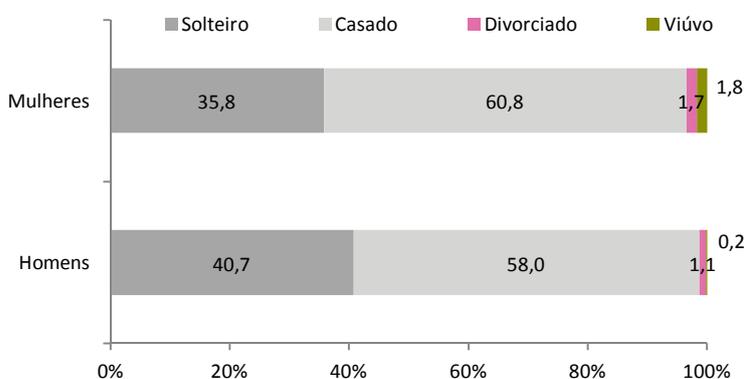


Fonte: INE, Censos 2011

Na população de nacionalidade portuguesa este rácio é de 22,9.

Figura 8

#### População de nacionalidade chinesa segundo o estado civil legal e sexo, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

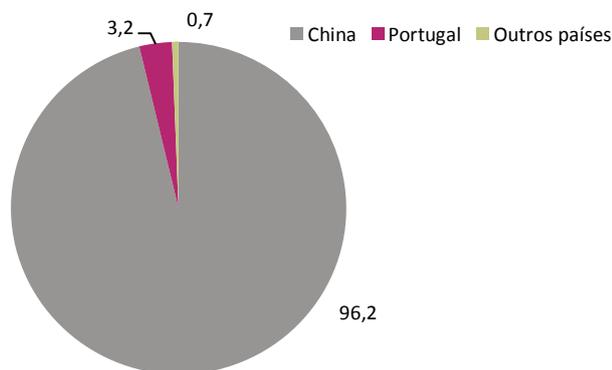
O estabelecimento de laços de conjugalidade dentro da comunidade chinesa faz-se quase exclusivamente com indivíduos da mesma nacionalidade (96,2%). Apenas em 3,2% dos casais o cônjuge é de nacionalidade portuguesa e em 0,7% tem nacionalidade de outro país (**Figura 9**).

A formalização das relações conjugais na população de nacionalidade chinesa faz-se através do casamento, que representa 94,7% das uniões conjugais. Os casais em união de facto correspondem a apenas 5,3%.

A caracterização desta comunidade, de acordo com o estado civil e conjugalidade, confirma as características deste tipo de população, maioritariamente constituída por jovens casais.

**Figura 9**

**População chinesa que reside com o respetivo cônjuge/parceiro, segundo a nacionalidade do cônjuge/parceiro (%), 2011**



Fonte: INE, Censos 2011

### Comunidade chinesa vive principalmente em núcleos familiares de casais de direito com filhos

Residem em Portugal 3 454 famílias clássicas cujo representante é de nacionalidade chinesa (**Quadro 1**). A dimensão média destas famílias é de 3,6 pessoas, bastante acima da média observada para o total das famílias residentes em Portugal (2,6).

A comunidade chinesa é relativamente fechada no que diz respeito às relações familiares e conjugais. As famílias cujo representante é de nacionalidade chinesa são constituídas quase exclusivamente por elementos desta mesma nacionalidade.

**Quadro 1**

**Famílias clássicas cujo representante é nacionalidade chinesa, segundo o tipo de família, 2011**

Tipo de família clássica	Nº de famílias	%
<b>Total</b>	<b>3 454</b>	<b>100,0</b>
Famílias sem núcleos	630	18,2
Famílias com um núcleo, casal de direito sem filhos	480	13,9
Famílias com um núcleo, casal de direito com filhos	1 682	48,7
Famílias com um núcleo casal de facto sem filhos	45	1,3
Famílias com um núcleo, casal de facto com filhos	90	2,6
Famílias com um núcleo, Pai com filhos	36	1,0
Famílias com um núcleo, Mãe com filhos	94	2,7
Famílias com dois ou mais núcleos	397	11,5

Fonte: INE, Censos 2011

A maioria da população, 53,4%, vive em famílias clássicas constituídas apenas por um núcleo de casal de direito com filhos (**Quadro 2**). O número deste tipo de famílias é de 1 682, o que representa cerca de 49% do total das famílias chinesas radicadas em Portugal.

Quadro 2

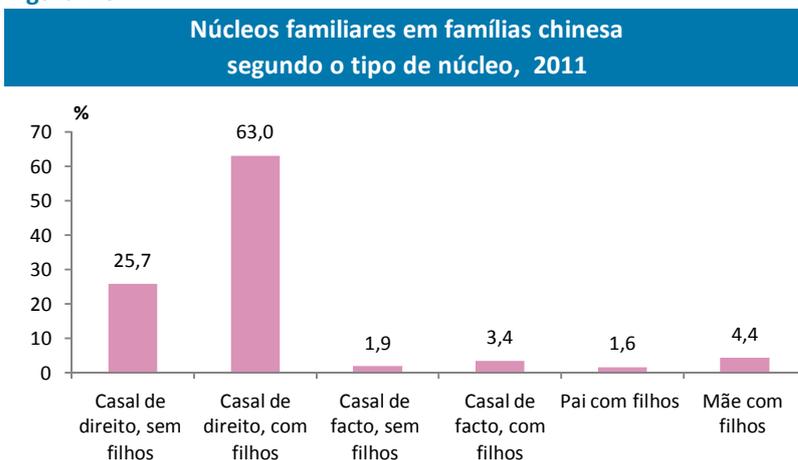
População de nacionalidade chinesa segundo o tipo de família em que reside, 2011		
Tipo de família	Nº de indivíduos	%
Total	11 458	100,0
Famílias sem núcleos, com uma só pessoa	500	4,4
Famílias sem núcleos várias pessoas	405	3,5
Famílias com um núcleo, casal de direito, sem filhos	1 169	10,2
Famílias com um núcleo, casal de direito, com filhos	6 117	53,4
Famílias com um núcleo, casal de facto, sem filhos	115	1,0
Famílias com um núcleo, casal de facto, com filhos	340	3,0
Famílias com um núcleo, monoparental, pai com filhos	95	0,8
Famílias com um núcleo, monoparental, mãe com filhos	247	2,2
Famílias com 2 ou mais núcleos	2 458	21,5
Famílias institucionais	12	0,1

Fonte: INE, Censos 2011

A vivência em casal, de facto ou de direito, constitui a forma predominante de organização familiar. O número de núcleos familiares de casais (com ou sem filhos) é de 3 067, o que representa cerca de 94% do total de núcleos familiares (Figura 10). Este valor situa-se acima do observado para o total da população recenseada nos Censos 2011 (85%).

Se tomarmos como referência o número de núcleos de casais com filhos a diferença é ainda mais expressiva. Entre a comunidade chinesa este indicador é de 66,4% e para a população no seu conjunto é de apenas 50%.

Figura 10

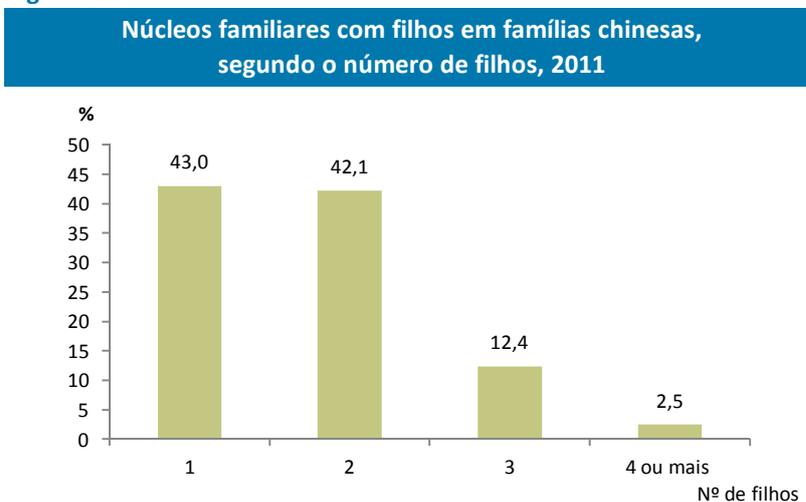


Fonte: INE, Censos 2011

### Na comunidade Chinesa predominam os núcleos familiares com um ou dois filhos

O número de núcleos com filhos em famílias de nacionalidade chinesa é de 2 361. Cerca de 43% destas estruturas familiares é constituída por apenas 1 filho e 42,1% por 2 filhos. Os núcleos com 3 filhos representam 12,4% e os núcleos com 4 ou mais filhos têm expressão reduzida, 2,5% (Figura 11).

Figura 11



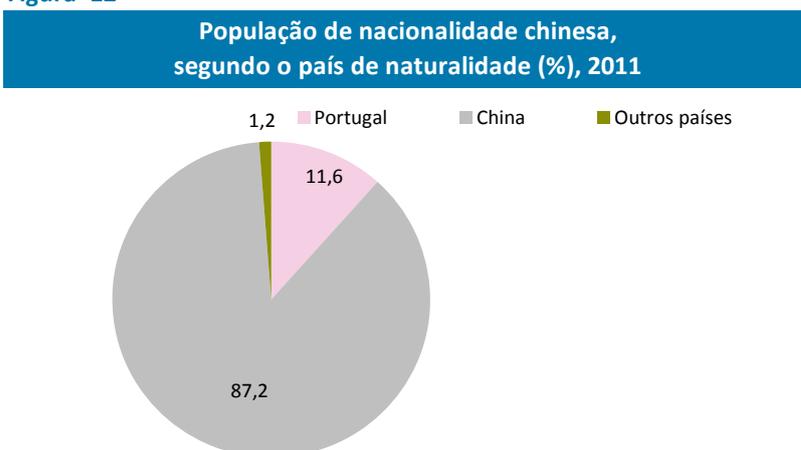
Fonte: INE, Censos 2011

### Cerca de 12% da população chinesa é natural de Portugal sendo na sua maioria crianças

O país de naturalidade, local de residência da mãe à data do nascimento do indivíduo, é para a esmagadora maioria da população chinesa coincidente com o país de nacionalidade, 87,2%. Todavia, 11,6% da população de nacionalidade chinesa é natural de Portugal. Esta população é constituída essencialmente por crianças com idades entre os 0-14 anos (**Figura 12**).

Tendo em conta as características demográficas desta comunidade, constituída por jovens casais imigrantes, surge como natural que a grande parte das crianças tenha já nascido em Portugal. De facto, 76% das crianças de nacionalidade chinesa dos 0 aos 4 anos têm naturalidade portuguesa, valor que se situa nos 64% para o grupo etário 5 - 9 anos.

Figura 12



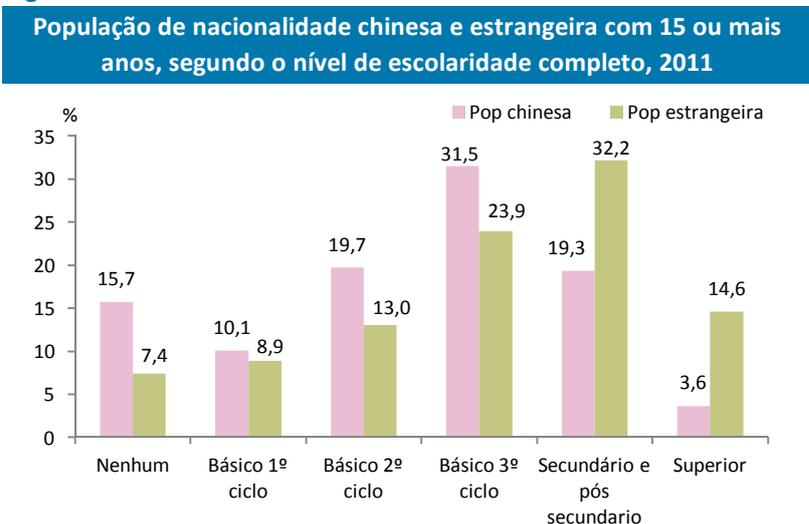
Fonte: INE, Censos 2011

### Comunidade chinesa regista uma baixa percentagem de licenciados

De acordo com o nível de ensino completo para a população chinesa com 15 ou mais anos, observa-se que 15,7% não possui qualquer nível de ensino, 10,1% tem o 1º ciclo do ensino básico e 19,7% o 2º ciclo do ensino básico. A percentagem de população chinesa com o 3º ciclo do ensino básico concluído é de 31,5%.

Cerca de 19,3% da população chinesa concluiu o ensino secundário e apenas 3,6% possui o ensino superior completo. Estes últimos indicadores revelam níveis de qualificação inferiores aos verificados para a população estrangeira no seu conjunto, onde os valores são 32,2% e 14,6%, respetivamente (**Figura 13**).

Figura 13



Fonte: INE, Censos 2011

Não se verificam diferenças significativas entre homens e mulheres, no que diz respeito à escolaridade. Os homens e as mulheres revelam um padrão muito semelhante para todos os níveis de ensino (**Quadro 3**).

Quadro 3

População de nacionalidade chinesa com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade completo e sexo (%), 2011			
Nível de escolaridade completo	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
Nenhum	15,7	14,3	17,3
Básico 1º ciclo	10,1	10,9	9,2
Básico 2º ciclo	19,7	20,3	19,1
Básico 3º ciclo	31,5	32,5	30,4
Secundário e pós secundário	19,3	18,6	20,1
Superior	3,6	3,4	3,9

Fonte: INE, Censos 2011

A população chinesa com curso superior, 350 indivíduos, concentra-se essencialmente em 4 áreas de estudo: Comércio e Administração (17%) Letras e Ciências Religiosas (11,7%) Engenharia e Técnicas afins (11,4%) e Saúde (10,6%).

Há uma clara feminização dos cursos de Comércio e Letras, enquanto na área da Engenharia e Técnicas afins o predomínio é masculino.

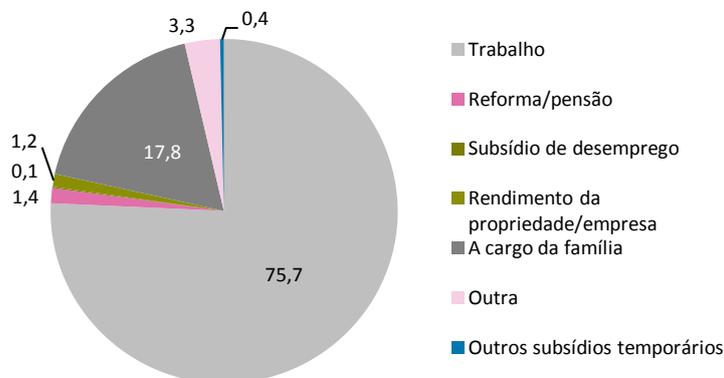
### População chinesa vive essencialmente do trabalho

Para 75,7% dos cidadãos chineses com 15 ou mais anos, a principal fonte de rendimento é o trabalho, seguindo-se “a cargo da família” com 17,8%. As restantes formas de rendimento identificadas abrangem uma percentagem muito residual de indivíduos (**Figura 14**).

De referir que, de acordo com a metodologia dos censos, todos os indivíduos com menos de 15 anos são considerados “a cargo da família”.

Figura 14

População de nacionalidade chinesa com 15 ou mais anos, segundo o meio de vida (%), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Em termos de repartição entre homens e mulheres, verifica-se que 81,5% dos homens chineses vive do trabalho, enquanto nas mulheres esse valor é de 69,5%. Esta situação inverte-se para o meio de vida “a cargo da família”. Neste caso, a percentagem de mulheres é cerca do dobro da dos homens, respetivamente, 23,3% e 12,8% (**Quadro 4**).

Quadro 4

População de nacionalidade chinesa com 15 ou mais anos, segundo o meio de vida e sexo (%), 2011			
Principal meio de vida	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
Trabalho	75,7	81,5	69,5
Reforma/pensão	1,4	1,3	1,5
Subsídio de desemprego	0,1	0,1	0,2
Rendimento da propriedade/empresa	1,2	1,3	1,1
A cargo da família	17,8	12,8	23,3
Outra	3,3	2,7	4,0
Outros subsídios temporários	0,4	0,2	0,5

Fonte: INE, Censos 2011

Em termos comparativos face à população estrangeira no seu conjunto, verifica-se que na comunidade chinesa, há uma maior preponderância do fator trabalho, enquanto principal meio de vida. De referir ainda que esta situação também se verifica no caso das mulheres chinesas.

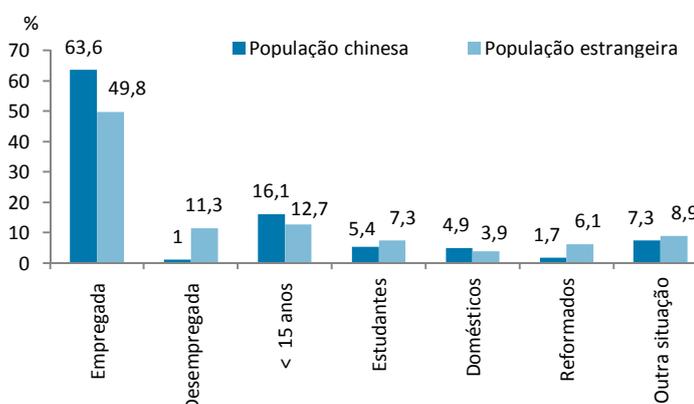
### Maioria da população chinesa exerce uma profissão

De acordo com a condição perante a atividade económica, 64,6% da população chinesa é ativa e 63,6% da população está a trabalhar. A percentagem de desempregados entre a comunidade chinesa, à data dos Censos 2011, é de apenas 1%.

A população inativa representa 35,4% e distribuiu-se maioritariamente pelos grupos constituídos pela população com menos de 15 anos, com 16,1%, pelos estudantes, com 5,4% e pelos domésticos com 4,9% (Figura 15).

Figura 15

### População de nacionalidade chinesa e estrangeira, segundo a condição perante o trabalho, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

### “Vendedor em loja” é a profissão com maior importância entre a comunidade chinesa

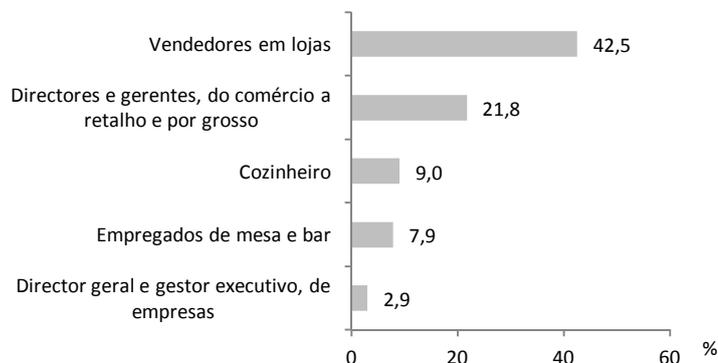
Cerca de 42,5% da população chinesa empregada tem como profissão vendedor em loja, seguindo-se com 21,8% a profissão de diretor ou gerente de comércio a retalho/grosso e 9% exerce a profissão de cozinheiro (Figura 16).

A prevalência deste tipo de profissões está muito associada às atividades económicas que esta população exerce, nomeadamente ao negócio das chamadas “lojas chinesas” que tem vindo a aumentar no nosso país.

A atividade económica “Comércio a retalho e por grosso” concentra quase 72% da população chinesa empregada. A restauração, com cerca 22% da população empregada, constitui igualmente uma das atividades económicas mais tradicionais e antigas no nosso país, à qual associamos a presença desta comunidade.

Figura 16

#### As 5 principais profissões da população de nacionalidade chinesa empregada, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

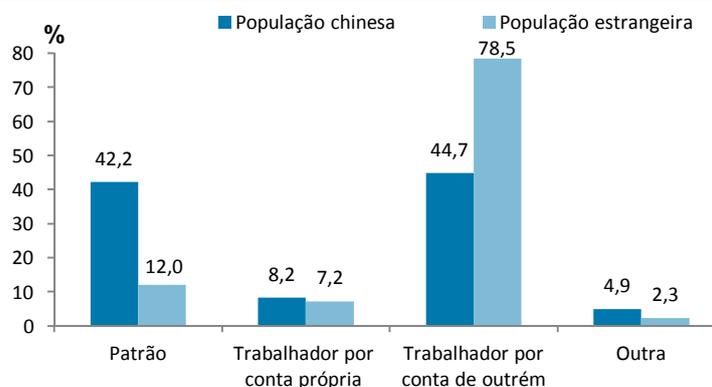
### Uma parte significativa dos chineses cria o seu próprio negócio

Relativamente à situação na profissão, 42,2% da população chinesa que trabalha é constituída por patrões/empregadores enquanto os trabalhadores por conta de outrem representam 44,7% (Figura 17).

Estes indicadores são ilustrativos das características da comunidade chinesa, fortemente vocacionada para a instalação dos seus próprios negócios tão característicos nas áreas do comércio a retalho ou por grosso e da restauração. O dinamismo empresarial desta população não encontra paralelo com mais nenhuma comunidade estrangeira residente em Portugal. Em termos médios, a percentagem de patrões na população estrangeira é de apenas 12%.

Figura 17

#### População empregada de nacionalidade chinesa e estrangeira, por situação na profissão, 2011



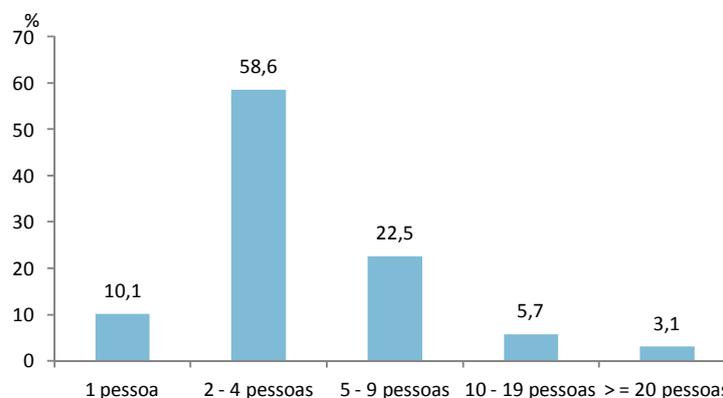
Fonte: INE, Censos 2011

## Maioria dos chineses trabalha em empresas de pequena dimensão

As empresas em que a população chinesa exerce a sua profissão são de pequena dimensão, tendo em conta o número de trabalhadores. Cerca de 59% dos chineses trabalhava em empresas com 2 a 4 pessoas ao serviço, 23% em empresas com 5-9 trabalhadores e 10% com apenas 1 trabalhador. As empresas de maior dimensão, com 10 ou mais pessoas ao serviço, empregam apenas 8,8% da população chinesa (**Figura 18**).

**Figura 18**

**População empregada de nacionalidade chinesa, segundo o número de trabalhadores da empresa, 2011**



Fonte: INE, Censos 2011

## Mais de um terço da população chinesa vive em casa própria

A maioria da população chinesa, cerca de 56%, vive em alojamentos clássicos arrendados e 39,3% em alojamentos ocupados pelo proprietário.

A análise segundo o titular do alojamento evidencia indicadores muito semelhantes, uma vez que, em regra, nesta comunidade, os alojamentos são ocupados apenas por uma família constituída por indivíduos todos de nacionalidade chinesa. Assim, dos alojamentos cujo representante é de nacionalidade chinesa 35,4% são proprietários, dos quais 71,6% têm encargos por compra; os arrendatários representam 60,4%.

## Perfil tipo do indivíduo de nacionalidade chinesa residente em Portugal

Em suma, e de acordo com os Censos 2011, o perfil tipo do cidadão chinês residente em Portugal caracteriza-se por:

- Entrada em Portugal depois de 2000;
- Residir no município de Lisboa, na freguesia de Arroios;
- Ter, em média, 31 anos de idade;
- Equilíbrio na distribuição entre homens e mulheres;
- Estar legalmente casado;
- Possuir níveis de escolaridade não muito elevados;
- Viver do trabalho;
- Ser vendedor em loja de comércio a retalho;
- Trabalhar por conta de outrem, em empresas de pequena dimensão na área do comércio;
- Viver em casa alugada com o cônjuge e um ou dois filhos.





**Estrangeiros e nascidos no estrangeiro residentes em Portugal, CPLP\* em destaque**

\* Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

**Autor: Humberto Moreira<sup>1</sup>** – INE, REC – Serviço de Relações Externas e Cooperação

humberto.moreira@ine.pt

Resumo:

O presente artigo enquadra-se no lema da Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>2</sup> “*Migrações em benefício de todos*”. A OIM baseia-se no princípio de que uma migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade e atua, sobretudo, nas áreas de combate à migração forçada, migrações e desenvolvimento, facilitação e regulação/gestão da migração.

Os censos da população, em Portugal, constituem a fonte estatística mais completa de informação sobre a população residente, nomeadamente a população migrante. No âmbito dos movimentos migratórios da população, referentes à mudança de residência no contexto internacional, fez-se uma análise aos temas naturalidade e nacionalidade, com base nos resultados dos Censos da População de 2001 e de 2011. No entanto, a composição e evolução da população residente, em Portugal, em boa parte, são consequência dos antecedentes históricos, observados a partir de 25 de Abril de 1974 (Revolução dos Cravos).

A partir do lema de então “Democratizar, Descolonizar e Desenvolver” com as respetivas consequências no que diz respeito à situação demográfica do país. Destaca-se, em particular o regresso de portugueses residentes nas ex-colónias, como também o regresso dos exilados e de outros emigrantes políticos. Por consequência causaram o maior fluxo

**Foreign and foreign-born residents in Portugal, the CPLP\* highlighted**

\*Community of Portuguese-Speaking Countries.

<sup>1</sup> Com a assistência na parte gráfica do estagiário Élio Santos (PEPAC)

<sup>2</sup> A OIM foi criada em 5 de Dezembro de 1951, com sede em Genebra – Suíça. Atualmente conta com 155 estados membros, entre os quais Portugal

imigratório, jamais observado na história de Portugal. Entre 1974 e 1975, o saldo migratório ultrapassou o meio milhão de habitantes.

Tendo em consideração essa mudança em Portugal, inclusive em termos demográficos, efetuou-se também uma análise retrospectiva às três últimas décadas do século XX do movimento da população, tanto sobre a naturalidade como da nacionalidade. Tal como sucedeu com a análise da população residente, segundo as mencionadas dimensões, as fontes foram de igual modo os três últimos censos da população.

A heterogeneidade da população residente, segundo os dados censitários, tem sido crescente. Verificou-se que, nos dois mais recentes períodos intercensitários, houve um crescimento da população estrangeira ou nascida no estrangeiro. Os naturais e nacionais dos restantes sete países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no seu conjunto, têm dado um bom contributo no contexto da população residente em Portugal.

Na V Conferência Estatística da CPLP, realizada em Angola, cidade de Luanda, em Junho de 2012, foi focada a contribuição dos países membros na disponibilização de dados estatísticos no âmbito desta Comunidade. O tema das estatísticas das migrações e das populações migrantes foi um tema objeto de particular importância para o desenvolvimento conjunto. O presente artigo, embora trate da população por naturalidade e nacionalidade no geral, tem também como objetivo fazer uma menção especial aos países lusófonos, através dos dados censitários dos seus residentes em Portugal.

**Palavras Chave:** Aquisição de nacionalidade, estados-membros da CPLP, estrangeiros, imigração, nascida no estrangeiro, população residente, população por nacionalidade, população por naturalidade, saldo migratório, variação populacional.

**Abstract:**

This article fits the motto of the International Organization for Migration (IOM) "Migration for the benefit of all." The IOM is based on the principle that human and orderly migration benefits migrants and society and works mainly in the areas of combating forced migration, migration and development, facilitation and regulation / management of migration.

Population censuses, in Portugal, are the most complete source of statistical information on the resident population, including migrant population. Within the migratory movements of the population, related to removal at the international context, there was an analysis of the themes place of birth or nationality, based on results of the Census of Population 2001 and 2011. However, the composition and evolution of the resident population in Portugal, in large part, are the result of the historical background, observed from April 25, 1974 (Carnation Revolution).

From the lemma then "democratize, develop and decolonize" with their consequences with regard to the demographic situation of the country. The return of the exiles and the return of Portuguese residents and their descendants caused the largest immigration flow, never seen in the history of Portugal. Between 1974 and 1975, net migration exceeded half a million inhabitants.

Taking into account this change in Portugal, including in terms of population, also we performed a retrospective analysis of the last three decades of the twentieth century of population movement on both the place of birth and nationality. As with the analysis of the population by the mentioned perspectives, sources were likewise of the last three censuses of population history.

The heterogeneity of population, according to census data, has been increasing. It was found that in the two most recent periods between censuses, there was a growth of foreign or foreign-born population. Born and nationals of the other seven countries of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), as a whole, have made a good contribution in the context of the resident population in Portugal.

In V Statistical Conference of the CPLP, held in Angola, Luanda, in June 2012, was focused the contribution of member countries in providing statistical data in the context of this community. The theme of statistics on migration and migrants theme was an object of particular importance for the whole development. This article, while dealing the population by place of birth and nationality in general, also aims to make a special mention to lusophone countries, through the census data of its residents in Portugal.

**Key words:** Acquisition of citizenship, member-states of the CPLP, foreigners, immigration, foreigners-born, resident population, population by citizenship, population by country of birth, population change.

## 1. Introdução

Este artigo procurou centralizar-se, quase exclusivamente em duas óticas específicas que caracterizam a população residente em Portugal, uma segundo a naturalidade (país de nascimento) e a outra de acordo com a nacionalidade (país de cidadania). Os dados estatísticos para obter informações longitudinais sobre estas duas variáveis<sup>1</sup> demográficas foram recolhidos, basicamente, nas seguintes fontes: *XIV Recenseamento Geral da População/IV Recenseamento Geral da Habitação (12 de Março de 2001)*; *XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (21 de Março de 2011)*.

No entanto, para um melhor enquadramento justificativo da população por naturalidade e por nacionalidade, na primeira década do século XXI, consta alguma informação sobre os três últimos censos de século XX (1970, 1981 e 1991). O movimento da população, natural e migratório, nas últimas três décadas do século passado, revelou que, em termos longitudinais mais abrangentes, o contributo dos imigrantes estrangeiros ou nascidos no estrangeiro sobre a população autóctone foi de maior relevância na dinâmica populacional.

A imigração em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, esteve associada, em primeiro lugar, à chegada de imigrantes de nacionalidade portuguesa originários dos novos países africanos no quadro do processo de descolonização. Assistiu-se pela primeira vez à mudança de um modelo baseado pelo fluxo emigratório para um de imigração, em que o saldo migratório foi claramente positivo. No entanto, posteriormente, a evolução do saldo migratório reflete uma inversão, registando valores negativos no período intercensitário de 1981 a 1991. Nos períodos intercensitários seguintes assistiu-se a uma retoma dos saldos migratórios positivos, particularmente caracterizados por fluxos imigratórios de não-nacionais.

Tendo em conta esta retrospectiva, no período intercensitário de 1970 a 1981, a variação populacional assumiu proporções inéditas (14,19%), praticamente devido ao fluxo imigratório de portugueses. No período seguinte (1981 – 1991), a taxa de crescimento total foi quase nula (0,35%). Nos períodos intercensitários seguintes ocorreram taxas de crescimento total ambas positivas, com maior intensidade entre 1991 e 2001 (4,96%) e menor entre 2001 e 2011 (1,99%).

No desenvolvimento deste artigo encontra-se destacado o contributo da população estrangeira ou nascida no estrangeiro no processo de evolução crescente da população em Portugal. Este contributo esteve, até então, assente na imigração de portugueses e estrangeiros e conseqüentemente no saldo migratório positivo. A parte contributiva do saldo natural tem sido tendencialmente decrescente e até mesmo negativa nos últimos anos, ou seja, mais óbitos do que nados-vivos.

As vertentes naturalidade e nacionalidade quantificadas pelos resultados recenseamentos da população residente de 2001 e de 2011 revelaram um conhecimento detalhado sobre os nascidos fora de Portugal e a respetiva nacionalidade. Pela relevância significativa dos originários dos países membros<sup>2</sup> da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) residentes em Portugal, foi-lhes atribuída uma ênfase particular na análise conjunta da naturalidade e nacionalidade.

## 2. Aspetos metodológicos (*realidades e efemeridades*)

Os dados estatísticos dos recenseamentos da população sobre os residentes estrangeiros em Portugal têm sido frequentemente divulgados e analisados nos meios políticos, académicos e da comunicação social. No entanto, pela sua relevância, o tema “Censos” é bastante corrente e recorrente nos vários fóruns de discussão e análise das mais variadas situações demográficas e sociais. Pelo volume e pela diversidade, o seu potencial informativo é a principal fonte de dados e indicadores estatísticos sobre a habitação e a população em Portugal, nomeadamente no que se refere aos naturais e nacionais de outros países.

Com base na multiplicidade e consistência da informação estatística censitária torna-se possível conhecer as mais diversas características residentes no país, em áreas como habitação, local de residência (atual e anterior), por país de nacionalidade ou naturalidade (local de residência da mãe, à data do nascimento), emprego, habilitações literárias e, até mesmo, as diferenças religiosas. Uma outra potencialidade dos censos diz respeito à área territorial da informação, sendo possível disponibilizar informação, tanto no que se relaciona com a

<sup>1</sup> Característica de uma unidade estatística ou população, que pode assumir diferentes conjuntos de valores, e à qual se pode atribuir uma medida numérica ou categorias de uma classificação (p. ex. rendimento, idade, peso, profissão, atividade económica, etc.).

<sup>2</sup> Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste,

divisão administrativa, como com as unidades territoriais estatísticas de Portugal (NUTS 2002). Há informações estatísticas detalhadas desde o nível nacional, mais geral, ao nível mais específico de lugar (aglomerado populacional com um mínimo de 10 alojamentos), passando pelas regiões (NUTS I, II e III) e pelos municípios e freguesias.

Ainda outra grande oportunidade dos dados censitários relaciona-se com os diferentes aspetos demográficos da dinâmica populacional, em particular desde os Censos de 1981 e seguintes: 1991, 2001 e 2011 em que existe uma base de dados mais detalhada sobre a população residente.

Os censos da população constituem a base de dados para as estimativas provisórias e definitivas sobre população residente e para os fluxos migratórios internacionais, especificadamente de entrada. Conforme os resultados dos dois últimos censos (2001 e 2011), a imigração constituiu o principal suporte do crescimento populacional observado no país. Durante este período, verificou-se um declínio generalizado do saldo natural<sup>3</sup> e chegar inclusive a valores negativos. O motivo principal deste decréscimo tem como causa básica o acentuado decréscimo da natalidade em Portugal. Enquanto nos anos 60 e 70 do século XX, Portugal possuía uma das taxas de natalidade mais altas da Europa, hoje em dia e nos últimos anos, Portugal é conhecido por possuir uma das mais baixas taxas de natalidade no espaço europeu.

A informação estatística disponibilizada pelos recenseamentos da população, como tem uma periodicidade decenal, ou seja os dados apenas estão disponíveis em cada dez anos, poderá ficar, progressivamente, desatualizada. Desta forma em futuros resultados, é de equacionar que a situação da população residente em Portugal, incluindo as vertentes naturalidade e nacionalidade, não corresponda, de modo significativo, à observada no último censo (2011).

Os últimos dados estatísticos sobre a variação populacional, relativos aos anos de 2011 e 2012 (31 de Dezembro), indicam que a variação negativa não é apenas restritiva ao saldo natural, mas também ao saldo migratório, igualmente deficitário<sup>4</sup>. Esta relação entre imigração e emigração internacionais mostra que se assiste em Portugal a um duplo efeito negativo: a imigração a baixar e a emigração a aumentar.

A publicação de estatísticas sobre a imigração, em Portugal, de forma detalhada e sistemática, é atualmente uma das principais particularidades exclusivas dos Censos ou Recenseamentos da População. Desde 2001, foram publicadas eletronicamente séries estatísticas por país de nacionalidade e outras variáveis sobre os estrangeiros que têm a residência habitual em Portugal.

A fim de contribuir para o debate sobre os estrangeiros em Portugal e fortalecer o trabalho institucional e interinstitucional ao produzir dados estatísticos de residentes estrangeiros e imigração, entre 1991 e 2011, o Gabinete dos Censos do INE disponibilizou a informação solicitada sobre os estrangeiros residentes em Portugal. Os dados foram organizados por nacionalidade ou naturalidade, de acordo com a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do país, e pelas variáveis sociodemográficas: sexo, idade e residência.

### 3. Naturalidade e nacionalidade (*naturalidade é imutável, nacionalidade é opcional*)

O critério para a análise dos resultados dos últimos recenseamentos da população residente em Portugal, adotado na definição do objetivo e no desenvolvimento deste trabalho, baseou-se nas variáveis censitárias naturalidade<sup>5</sup> e nacionalidade<sup>6</sup>.

Ao longo da vida, as mudanças sucedem-se inevitavelmente. Muda-se de idade, nas datas de aniversário. Muitas vezes mudamos de local de residência. Muitas pessoas vivem em locais distintos de onde nasceram. Muda-se de país e de nacionalidade (por aquisição), mas a naturalidade permanece imutável.

<sup>3</sup> Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

<sup>4</sup> Em 2011 e 2012: saldo natural negativo (-5 992 e -17 757, respetivamente); saldo migratório negativo (-24 331 e -37 352, respetivamente).

<sup>5</sup> Local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Desde o recenseamento da população de 1991, considerou-se o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

<sup>6</sup> Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

### 3. 1. Enquadramento teórico bilateral (*natural e nacional de Portugal ou do estrangeiro*)

A declaração de nascimento ocorrido em território nacional, que inclui a atribuição da naturalidade, deve ser efetuada em qualquer conservatória do registo civil conforme consta do código do Registo Civil. A declaração é obrigatória e deve ser prestada num prazo de vinte dias. Para os nascimentos de portugueses ocorridos no estrangeiro o registo é efetuado na Conservatória dos Registos Centrais ou no consulado português da área de residência.

No entanto, para efeitos de assentos de nascimentos ocorridos no estrangeiro, ao abrigo de protocolo celebrado com o Estado português, considera-se a naturalidade o local de residência de um dos pais, em Portugal. A título de exemplo, por motivo do encerramento da maternidade de Elvas, uma parturiente, residente nos “concelhos” de Elvas ou Campo Maior, que deu à luz numa maternidade de Badajoz, a naturalidade do nado-vivo é a residência de um dos pais, à data do nascimento. Os custos relacionados com estes nascimentos em Espanha estão a cargo do Estado Português (Ministério da Saúde).

A atribuição da nacionalidade portuguesa (originária) tem efeito à data de nascimento do indivíduo, baseia-se no **jus sanguinis** (direito de sangue), ou seja, os nascidos em território nacional quando um dos pais tem nacionalidade portuguesa, ou nascidos no estrangeiro quando um dos pais se encontrar ao serviço do Estado Português, ou quando os pais tiverem inscrito o seu nascimento no registo civil português. Em alternativa ao princípio do **jus sanguinis**, no Brasil, bem como noutros países do continente americano, aplica-se o **jus solis** (direito ao solo), um princípio pelo qual a nacionalidade é atribuída a um indivíduo de acordo com o seu local de nascimento. A título de exemplo uma criança nascida no Brasil, filha de pai português e de mãe brasileira, ou vice-versa, tem simultaneamente dupla nacionalidade: brasileira e portuguesa.

A aquisição da nacionalidade portuguesa (derivada) pode ser feita por naturalização, pela qual um indivíduo voluntariamente passa a cidadão português. A naturalização encontra-se quase sempre ligada à imigração, em que o imigrante cumprindo uma série de requisitos opta pela nacionalidade portuguesa, como ser residente legal há 6 anos. Existem outras vias em que um indivíduo estrangeiro pode adquirir nacionalidade portuguesa, como pelo casamento ou união de facto, há mais de três anos, como pela via da adoção de menor por pais portugueses.

### 3. 2. Quantificação estatística bilateral (*nascimento e cidadania*)

Os recenseamentos da população, em Portugal, desde 1890, disponibilizam dados estatísticos sobre o país de nascimento e o país de cidadania, bem como de outras variáveis demográficas. Estas informações, observadas em comum, tem sido frequentemente utilizadas para estudos populacionais.

A partir dos resultados dos censos da população, 2001 e 2011, realizou-se um exercício de análise de dados disponíveis sobre a naturalidade e a nacionalidade dos residentes em Portugal, à data dos respetivos momentos censitários<sup>7</sup>. Do ponto de vista organizacional da informação selecionada, tendo em conta o enquadramento geral deste artigo, deu-se uma particular ênfase à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

## 4. Naturalidade (*nascimento*)

À data dos Censos 2001, havia 651 472 residentes em Portugal, mas nascidos fora do território nacional, que representavam 6,29% da população total (10 356 117 habitantes). Destes residentes, 381 248 nasceram em países que atualmente são membros da CPLP, ou seja uma quota-parte de 3,68% do total nacional e 58,52% do total dos naturais no estrangeiro. Por exclusão da CPLP, os nascidos fora de Portugal (270 224) representavam 2,61% e 41,48%, respetivamente.

Neste último recenseamento (2011), o número de residentes não nascidos em Portugal atingiu o número de 871 813 pessoas, correspondendo a 8,25% de todos os residentes (10 562 178). Os nascidos nos outros sete países da CPLP correspondiam a 487 356 habitantes, proporcionalmente a 4,61% do total geral e a 55,90% dos naturais do estrangeiro. Por sua vez, os restantes nascidos fora do país eram de 384 457 indivíduos, isto é 3,64% de todos os residentes e 44,10% dos nascidos fora do país.

<sup>7</sup> Datas de referência: 12 de Março de 2001 e 21 de Março de 2011, respetivamente.

A variação populacional, entre os Censos de 2001 e de 2011, teve um crescimento de 206 061 pessoas residentes (1,99%). Os naturais de Portugal passaram de 9 706 645 para 9 690 365, uma quebra de 14 280 indivíduos (-0,15%).

Entre estes dois últimos censos, o total dos nascidos no estrangeiro, mencionados anteriormente, tiveram um acréscimo de 220 341 pessoas (33,82%). No quadro 1, ao desagregarem-se os nascidos no estrangeiro, entre CPLP e fora da CPLP, embora em ambos a evolução tenha sido positiva, mas com taxas de crescimento diferentes, entre 2001 e 2011, constatou-se que estas foram mais favoráveis nos naturais de países extra CPLP. Os naturais dos outros 7 países da CPLP evoluíram de forma positiva, mais 106 108 (27,83%), ao passo que os naturais dos outros países tiveram um maior acréscimo de 114 233 residentes (42,27%).

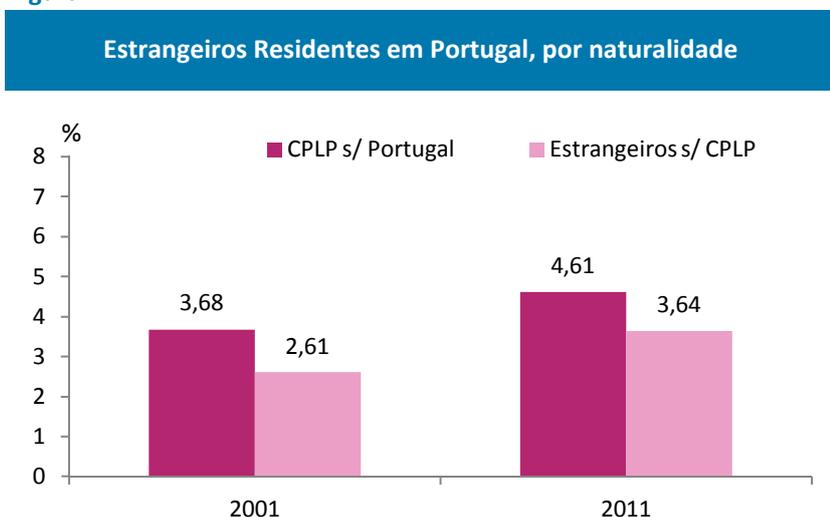
Estes números da evolução populacional, em função da naturalidade, comprovam o decréscimo dos nascidos em Portugal. Ao invés, ocorreu um acréscimo dos nascidos no estrangeiro.

Quadro 1

População residente em Portugal por grupos de países de naturalidade						
	2001		2011		Variação 2001/2011	
	N	%	N	%	N	%
População residente	10 356 117	100,00	10 562 178	100,00	206 061	1,99
Portuguesa	9 704 645	93,71	9 690 365	91,75	-14 280	-0,15
Estrangeira	651 472	6,29	871 813	8,25	220 341	33,82
CPLP sem Portugal	381 248	3,68	487 356	4,61	106 108	27,83
Estrangeira sem CPLP	270 224	2,61	384 457	3,64	114 233	42,27

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 1



Fonte: INE, Censos, 2001 e 2011

## 5. Nacionalidade (cidadania)

Em 2001, residiam 226 715 estrangeiros (nacionalidade única<sup>8</sup>), em Portugal, que representavam 2,19% do total da população residente. Se incluírem-se os estrangeiros com dupla nacionalidade<sup>9</sup> (4 905) e os apátridas<sup>10</sup> (1 075), então a proporção dos não-nacionais passa para 2,25% (232 695 residentes). Passados 10 anos, de acordo com os resultados dos Censos de 2011, os habitantes como uma nacionalidade estrangeira eram 359 969, uma proporção de 3,41% em face do total de habitantes. Agregando aos estrangeiros com única nacionalidade,

<sup>8</sup> Exclusão da dupla nacionalidade (portuguesa e outra; duas estrangeiras): Censos de 2001 e 2011.

<sup>9</sup> Duas estrangeiras.

<sup>10</sup> Indivíduos sem nacionalidade

os estrangeiros com dupla nacionalidade (34 527) e os apátridas (553), os não-nacionais residentes perfazem os 395 049 indivíduos, 3,74% do total dos residentes recenseados.

Em termos de evolução, ao longo deste período intercensitário, os residentes sem nacionalidade portuguesa tiveram um crescimento de 69,77%; ao passo que os estrangeiros residentes com uma só nacionalidade, em Portugal, tiveram um acréscimo de 58,78%. Em sentido inverso posicionaram-se os apátridas, em que o seu número volume observou uma redução de -48,56%. Já com residentes estrangeiros com dupla nacionalidade, entre os Censos de 2001 e de 2011, verificou-se uma subida em flecha, isto é, setuplicou.

Esta última situação demonstra que o conceito de “uma pessoa, uma nacionalidade” parece cada vez mais desatualizado, hoje em dia num mundo globalizado e transnacional. A eventualidade de uma pessoa possuir passaportes de países diferentes pode contribuir para uma maior possibilidade de circulação internacional e de outros benefícios resultantes da dupla ou multinacionalidade.

Tendo em consideração que o presente artigo pretende destacar a caracterização dos nacionais dos restantes sete países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), residentes em Portugal, seguidamente, cabe abordar o contributo destes países no que diz respeito à diversidade da população. No geral, sem especificar por país, em 2001, havia 131 191 estrangeiros da CPLP, correspondendo a 1,27% da população residente e, por sua vez, 56,38% dos estrangeiros residentes. Após dez anos, Censos de 2011, os estrangeiros dos países membros da CPLP sobem para 192 852, representando 1,83% de todos os habitantes em território nacional, mas baixam na proporção com os outros não-nacionais residentes (48,82%). Houve uma subida em comum, mas com os estrangeiros fora da CPLP houve uma subida mais acentuada.

Da ótica da nacionalidade dos residentes em Portugal, segundo os Censos de 2001 e de 2011, na evolução em termos de nacionais e de estrangeiros, houve movimentos diferentes. Os nacionais de Portugal, unicamente, tiveram uma variação negativa de 0,44%; com dupla nacionalidade (portuguesa e outra), houve uma diminuta taxa de crescimento 0,43%. Porém os não-nacionais residentes aumentaram perto de 70,0%, como já referido anteriormente.

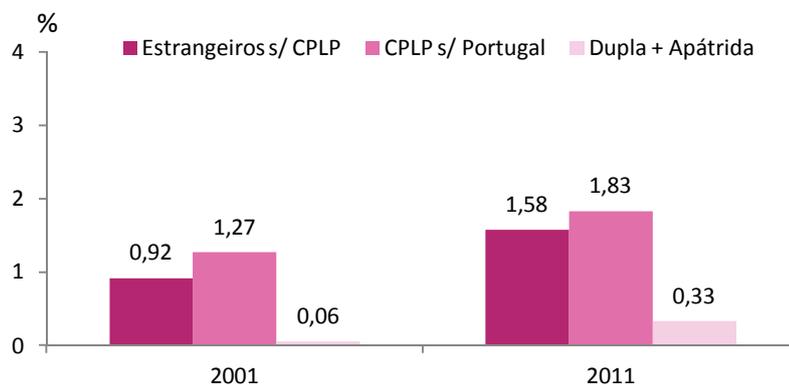
#### Quadro 2

População residente em Portugal por grupos de países de nacionalidade						
	2001		2011		Variação 2001/2011	
	N	%	N	%	N	%
População residente	10 356 117	100,00	10 562 178	100,00	206 061	1,99
Portuguesa	10 001 074	96,57	9 956 911	94,27	-44 163	-0,44
Portuguesa e outra	122 348	1,18	210 218	1,99	87 870	71,82
Portuguesa + Portuguesa e outra	10 123 422	97,75	10 167 129	96,26	43 707	0,43
Estrangeira	226 715	2,19	359 969	3,41	133 254	58,78
Dupla nacionalidade estrangeira	4 905	0,05	34 527	0,33	29 622	603,91
CPLP sem Portuguesa	131 191	1,27	192 852	1,83	61 661	47,00
Estrangeira sem CPLP	95 524	0,92	167 117	1,58	71 593	74,95
Total Dupla + Apátrida	5 980	0,06	35 080	0,33	29 100	486,62
Apátrida	1 075	0,01	553	0,005	-522	-48,56

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 2

## Estrangeiros Residentes em Portugal, por nacionalidade



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

## 6. Naturalidade versus Nacionalidade (*vínculo ao local de nascimento ou a um Estado*)

A diferença entre naturalidade e nacionalidade resulta da naturalidade estar relacionada com o país de nascimento e a nacionalidade estar relacionada com a atribuição ou aquisição da nacionalidade, matéria já exposta anteriormente. Por exemplo:

Em 21 de Março de 2011, dia de referência dos Censos 2011, Maria era residente em Freixo de Espada à Cinta. Nasceu em Espanha, filha de pais portugueses, com assento de nascimento como portuguesa, por intermédio de um consulado no país vizinho. Neste contexto, no último recenseamento, Maria indicou Espanha como país de naturalidade e Portugal como país de residência e de nacionalidade.

A naturalidade fora do território nacional está relacionada com a imigração, dado que o indivíduo nasceu no estrangeiro e à data do momento censitário já residia em Portugal. O país de naturalidade diferente do país de residência decorreu de um fluxo imigratório em dada altura. Os imigrantes de segunda geração, descendentes de progenitores emigrantes portugueses em França, Alemanha, outros países da Europa e do resto do mundo, onde com forte imigração de origem portuguesa, a sua nacionalidade é determinada pelo país, em particular na Alemanha, onde o jus sanguinis é preponderante, e não pelo local de nascimento.

Uma situação análoga ocorre por meio do casamento (ou união de facto) celebrado no exterior. Um cônjuge não-nacional casado, há mais de três anos, com um ou uma emigrante com nacionalidade portuguesa residente no estrangeiro pode adquirir a nacionalidade do cônjuge ou da pessoa com quem vive em união de facto, definida como a situação de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivem em situação análoga à dos cônjuges, sem que sejam legalmente casadas uma com a outra.

Um outro contributo para o acréscimo do número de imigrantes com naturalidade fora de Portugal e nacionalidade portuguesa está relacionado com aquisição de nacionalidade, em território nacional, incluindo cônjuges ou descendentes. A análise dos dados estatísticos, disponibilizados pelos censos da população, por país de naturalidade e país de nacionalidade, permite ter-se uma noção do peso dos imigrantes residentes em Portugal de nacionalidade portuguesa e estrangeira.

O número de residentes estrangeiros em Portugal não depende apenas dos fluxos migratórios internacionais, mas também do movimento natural da população, relacionado com a natalidade e a mortalidade. A segunda geração de estrangeiros, embora nascidos em Portugal, de pais imigrantes não-portugueses, é um outro contributo para o aumento da população estrangeira, mas que não é resultante de um fluxo imigratório direto.

## 7. Binómio naturalidade / nacionalidade portuguesa (coincidência / divergência)

Os resultados dos três últimos recenseamentos indicavam algumas disparidades no que se refere a Portugal, como país de naturalidade e de nacionalidade. Em relação aos Censos de 1991<sup>11</sup>, dos 9 867 147 habitantes recenseados, 9 710 542 eram residentes de nacionalidade portuguesa, dos quais 9 414 667 nascidos em Portugal. Por conseguinte, a diferença entre nacionais e não-naturais de Portugal foi de 295 875 (3,05%).

Nos Censos 2001, dos 10 001 074 residentes com nacionalidade portuguesa, 9 704 645 nasceram em Portugal. Decorridos dez anos, Censos 2011, a informação relativa a estas duas variáveis foi de 9 956 911 e de 9 690 365 residentes, respetivamente. A diferença entre os residentes nascidos em território nacional e os seus nacionais apresentava valores negativos em 2001 e 2011: 296 429 (2,96%) e 266 546 (2,68%), respetivamente. Em ambos os momentos censitários, o número de nacionais suplantava o de naturais de Portugal, embora em termos evolutivos houvesse um ligeiro decréscimo.

Quadro 3

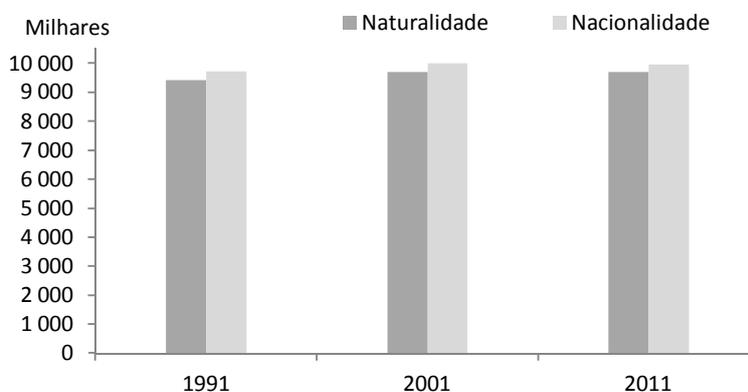
População residente em Portugal por grupos de países de naturalidade e nacionalidade				
Portugal	Naturalidade	Nacionalidade	Diferença* (n.º)	Diferença %
1991	9 414 667	9 710 542	-295 875	-3,05%
2001	9 704 645	10 001 074	-296 429	-2,96%
2011	9 690 365	9 956 911	-266 546	-2,68%

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

\* Nascidos fora de Portugal com nacionalidade portuguesa

Figura 3

### Número de Residentes em Portugal, com naturalidade e nacionalidade portuguesa



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Estas disparidades têm a ver com o passado recente, dos últimos 40 anos, relacionados com os movimentos migratórios internacionais. No pós-25 de Abril de 1974, há uma inversão da tendência do saldo migratório<sup>12</sup>, com particular nos anos de 1974 e 1975, que no seu total ultrapassou as 500 000 pessoas, já com a dedução da corrente emigratória, estimada para os mesmos dois anos em cerca 70 000 pessoas<sup>13</sup>. Este “boom” populacional resulta, em termos europeus, dos exilados e outros emigrantes de cariz político (p. ex. opositores à guerra), como também em larga escala dos então designados “retornados”, incorretamente, dado que grande parte desses imigrantes de nacionalidade portuguesa, tinham nascido em Angola, Moçambique e noutras ex-colónias portuguesas.

<sup>11</sup> XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação (15 de Abril de 1991)

<sup>12</sup> Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

<sup>13</sup> Fonte: INE/Estatísticas Demográficas.

Do XI Recenseamento Geral da População e I Recenseamento Geral da Habitação (15 de Dezembro de 1970) para o XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação (16 de Março de 1981), verificou-se a maior variação populacional intercensitária<sup>14</sup> de sempre. Portugal passou de 8 611 125 pra 9 833 014 habitantes, equivalente a um acréscimo de 1 221 889 residentes (14,19%).

O saldo natural, durante este período, situou-se à volta de 770 mil pessoas, ao passo que o saldo migratório rondou os 450 mil novos residentes. Este maior saldo migratório foi o maior de todos os tempos, em Portugal, tendo como base principal de sustentação os movimentos imigratórios de nacionais. Alguns destes portugueses imigrantes e seus familiares vieram por vontade própria. No entanto, a maior parte do fluxo imigratório de nacionais foi devido a alterações políticas ocorridas nos países de origem (independência das ex-colónias e a anexação de Timor-Leste pela Indonésia), que forçaram à sua saída, com destino a Portugal.

## 8. Ranking das nacionalidades/nacionalidades (10 primeiros países)

No ranking dos países de naturalidade estrangeira, segundo os Censos de 2001 e de 2011, Angola ocupava a primeira posição em ambos. Aliás, nos dez primeiros países, em 2001 e 2011, quatro são africanos de língua portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Um outro país de língua portuguesa, o Brasil, que neste período intercensitário, passou da quarta posição (49 891 nascidos em território brasileiro), em 2001, para a segunda (139 703), em 2011. A maior subida verificada no ranking, tanto em termos absolutos, como relativos: 89 812 (180,0%). De 2001 para 2011, novos países entraram no grupo dos dez primeiros, foram eles a Ucrânia e a Roménia; em contrapartida saíram a Espanha e a Suíça.

Do ponto de vista da nacionalidade, o maior número de estrangeiros por país, em 2011, coube ao Brasil, que retirou o primeiro lugar a Angola, que passou para quarto lugar (-33,2%). Esta quebra bastante acentuada dos residentes angolanos em Portugal encontra-se relacionada com o retorno ao país de origem.

O fim da guerra civil e o elevado crescimento económico de Angola fundamentam esse refluxo migratório. Como se verifica, o saldo negativo também é comum aos naturais de Angola, com outras nacionalidades, particularmente a portuguesa.

Uma outra subida muito significativa sucedeu com a imigração da Ucrânia que, em dez anos, observou uma subida muito elevada de residentes (196,6%), a segunda maior depois do Brasil.

Quadro 4

Residentes por país de naturalidade estrangeira (10 primeiros)(*)							
2001	1º	Angola	174 210	2011	1º	Angola	162 604
	2º	França	95 275		2º	Brasil	139 703
	3º	Moçambique	76 017		3º	França	94 484
	4º	Brasil	49 891		4º	Moçambique	73 084
	5º	Cabo Verde	44 964		5º	Cabo Verde	61 953
	6º	Alemanha	24 283		6º	Ucrânia	33 172
	7º	Venezuela	22 353		7º	Guiné-Bissau	29 578
	8º	Guiné-Bissau	21 435		8º	Alemanha	28 000
	9º	Espanha	13 957		9º	Venezuela	25 157
	10º	Suíça	12 897		10º	Roménia	23 689

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

(\*) Excluindo portugueses

<sup>14</sup> Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo: momentos censitários consecutivos.

Quadro 5

Residentes por país de nacionalidade estrangeira (10 primeiros)							
2001	1º	Angola	37 014	2011	1º	Brasil	101 991
	2º	Cabo Verde	33 145		2º	Cabo Verde	37 081
	3º	Brasil	31 869		3º	Ucrânia	32 014
	4º	Guiné-Bissau	15 824		4º	Angola	24 723
	5º	França	15 359		5º	Roménia	22 816
	6º	Ucrânia	10 793		6º	Guiné-Bissau	15 632
	7º	Espanha	9 047		7º	Reino Unido	14 461
	8º	São Tomé e Príncipe	8 517		8º	China	11 017
	9º	Alemanha	8 387		9º	França	10 446
	10º	Reino Unido	8 227		10º	São Tomé e Príncipe	9 764

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Importa salientar que Moçambique ocupa no ranking da naturalidade um lugar expressivo (3º e 4º lugar, em 2001 e 2011). No entanto, na ordenação por volume, no que se refere à nacionalidade, tanto em 2001 como em 2011, não integra os dez primeiros países. Apesar de menor quantitativo populacional, a Venezuela destaca-se como país de naturalidade (7º e 9º lugar), mas em termos de nacionalidade encontra-se colocada abaixo dos dez primeiros.

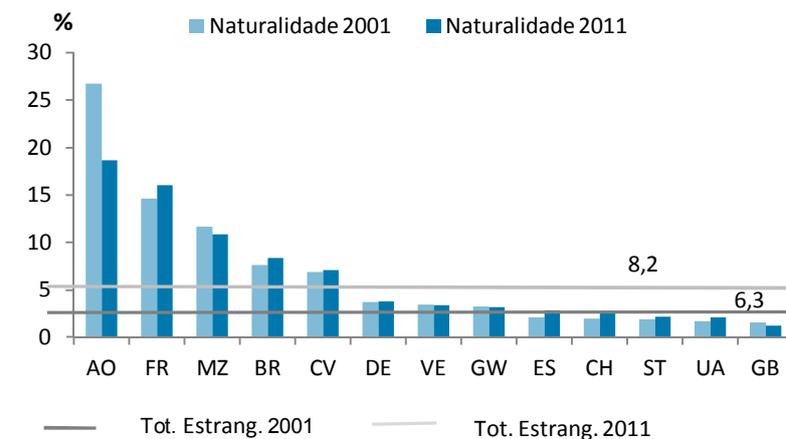
Quadro 6

Proporção da população nascida no estrangeiro por país (primeiros países) - 2001 e 2011					
País	Código	Naturalidade 2001	Naturalidade 2011	Nat./Total 2001 (%)*	Nat./Total 2011 (%)*
Angola	AO	174 210	162 604	26,74	18,65
França	FR	95 275	94 484	14,62	10,84
Moçambique	MZ	76 017	73 084	11,67	8,38
Brasil	BR	49 891	139 703	7,66	16,02
Cabo Verde	CV	44 964	61 953	6,90	7,11
Alemanha	DE	24 283	28 000	3,73	3,21
Venezuela	VE	22 353	25 157	3,43	2,89
Guiné-Bissau	GW	21 435	29 578	3,29	3,39
Espanha	ES	13 957	16 489	2,14	1,89
Suíça	CH	12 897	16 842	1,98	1,93
São Tomé e Príncipe	ST	12 490	18 645	1,92	2,14
Ucrânia	UA	10 946	33 172	1,68	3,80
Reino Unido	GB	10 068	19 131	1,55	2,19
Roménia	RO	2 804	23 689	0,43	2,72
China	CN	2 287	10 887	0,35	1,25
Total Estrangeiros		651 472	871 813	6,29	8,25
Total Residentes		10 356 117	10 562 178		

\* Proporção da população por país de naturalidade no total dos nascidos no estrangeiro

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 4

**Naturalidade da população estrangeira residente em Portugal, por país (primeiros países) - 2001 e 2011**


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A proporção dos residentes com naturalidade fora de Portugal aumentou de 2001 (6,29%) para 2011 (8,25%). Relativamente aos países de origem dos nascidos no estrangeiro, os quatro primeiros, por ordenação decrescente, mantiveram-se os mesmos. Apesar de 2001 para 2011, Angola se tivesse mantido em primeiro, nos restantes três países houve mudanças de rankings. A França desce de segundo para terceiro, Moçambique de terceiro para quarto, por sua vez o Brasil deslocou-se no sentido inverso e de quarto passou para segundo.

Quadro 7

**Proporção da população nascida no estrangeiro por país da CPLP\* - 2001 e 2011**

País	Código	Naturalidade 2001	Naturalidade 2011	Nat./Total 2001 (%)**	Nat./Total 2011 (%)**
Angola	AO	174 210	162 604	45,69	33,36
Moçambique	MZ	76 017	139 703	19,94	28,67
Brasil	BR	49 891	73 084	13,09	15,00
Cabo Verde	CV	44 964	61 953	11,79	12,71
Guiné-Bissau	GW	21 435	29 578	5,62	6,07
São Tome e Príncipe	ST	12 490	18 645	3,28	3,83
Timor Leste	TL	2 241	1 789	0,59	0,37
Total CPLP		381 248	487 356	58,52	55,90
Total Estrangeiros		651 472	871 813		

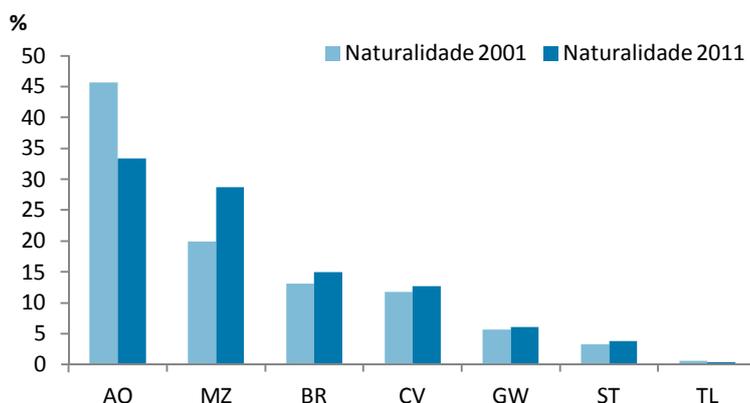
\* CPLP sem Portugal

\*\* Proporção da população por país de naturalidade da CPLP no total dos nascidos no estrangeiro

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 5

## Naturalidade por país da CPLP\* - 2001 e 2011



\* CPLP sem Portugal

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Os naturais dos países da CPLP, obviamente excluindo Portugal, dado que se trata de naturalidade estrangeira, nos dois últimos censos, são maioritários relativamente a todos os nascidos no estrangeiro. A maior contribuição veio de Angola, Brasil, Moçambique e Cabo Verde. Os naturais de Timor-Leste eram bastante minoritários, aliás, entre os Censos 2001 e 2011, ainda perderam mais peso quantitativo.

Quadro 8

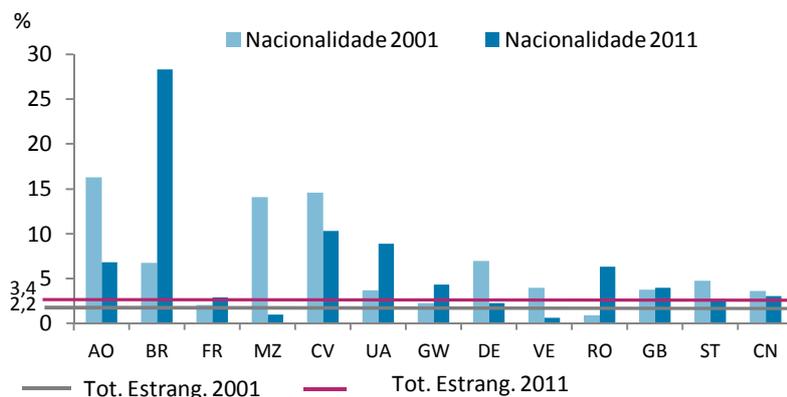
## Proporção da população de nacionalidade estrangeira por país (primeiros países) - 2001 e 2011

País	Código	Nacionalidade 2001	Nacionalidade 2011	Nac./Total 2001 (%)*	Nac./Total 2011 (%)*
Angola	AO	37 014	24 723	16,33	6,87
Cabo Verde	CV	33 145	37 081	14,62	10,30
Brasil	BR	31 869	101 991	14,06	28,33
Guiné-Bissau	GW	15 824	15 632	6,98	4,34
França	FR	15 359	10 446	6,77	2,90
Ucrânia	UA	10793	32 014	4,76	8,89
Espanha	ES	9 047	8 873	3,99	2,46
São Tomé e Príncipe	ST	8 517	9 764	3,76	2,71
Alemanha	DE	8 387	8 112	3,70	2,25
Reino Unido	GB	8 227	14 461	3,63	4,02
Roménia	RO	2 661	22 816	1,17	6,34
China	CN	2 176	11 017	0,96	3,06
<b>Total Estrangeiros</b>		<b>226 715</b>	<b>359 969</b>	<b>2,19</b>	<b>3,41</b>
<b>Total Residentes</b>		<b>10 356 117</b>	<b>10 562 178</b>		

\* Proporção da população por país de nacionalidade no total da população estrangeira

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 6

**Nacionalidade da população residente estrangeira por país  
(primeiros países) - 2001 e 2011**


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Em termos de nacionalidade, dos Censos de 2001 para 2011, os brasileiros passaram a ocupar o lugar mais elevado dos estrangeiros residentes em Portugal. A nacionalidade seguinte também faz parte da CPLP, ou seja os cabo-verdianos, situaram-se no segundo lugar. Os nacionais da Ucrânia, no mesmo período aumentaram significativamente, passando de sexto para o lugar no ranking das nacionalidades.

Quadro 9

**Proporção da população de nacionalidade estrangeira por país da CPLP\* - 2001 e 2011**

País	Código	Nacionalidade 2001	Nacionalidade 2011	Nat./Total 2001 (%)**	Nac./Total 2011 (%)**
Angola	AO	37 014	24 723	28,21	12,82
Cabo Verde	CV	33 145	37 081	25,26	19,23
Brasil	BR	31 869	101 991	24,29	52,89
Guiné-Bissau	GW	15 824	15 632	12,06	8,11
São Tomé e Príncipe	ST	8 517	9 764	6,49	5,06
Moçambique	MZ	4 685	3 515	3,57	1,82
Timor Leste	TL	137	146	0,104	0,076
Total CPLP		131 191	192 852	57,87	53,57
Total Estrangeiros		226 715	359 969		

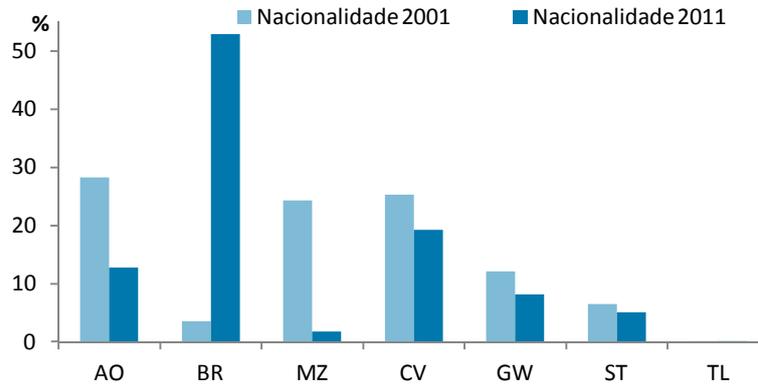
\* CPLP sem Portugal

\*\* Proporção da população por país de nacionalidade da CPLP no total da população estrangeira

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 7

Nacionalidade por país da CPLP\* - 2001 e 2011



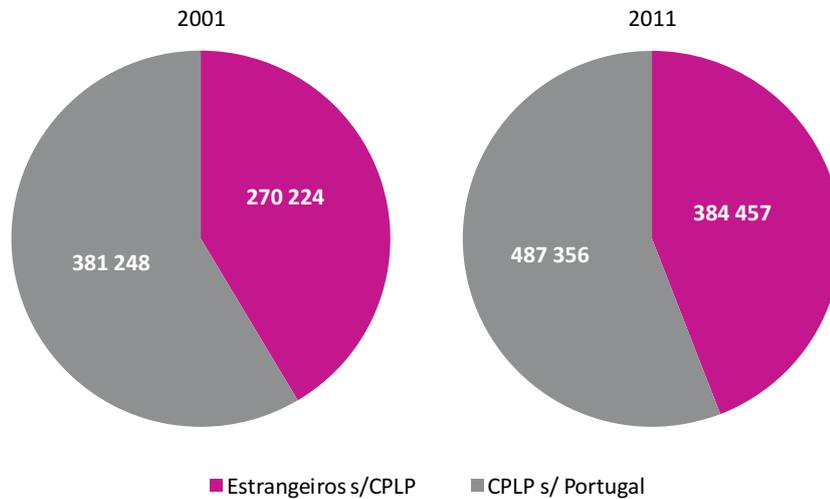
\* CPLP sem Portugal

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No contexto da CPLP, em 2011, os nacionais do Brasil representaram mais de 50,0% de todos os estrangeiros desta Comunidade residentes em Portugal. Destaca-se também que do total de não-nacionais residentes em Portugal, os que fazem parte da CPLP são sempre maioritários. Muito possivelmente, a língua em comum e os laços históricos, fazem de Portugal um país atrativo para estes imigrantes lusófonos.

Figuras 8 e 9

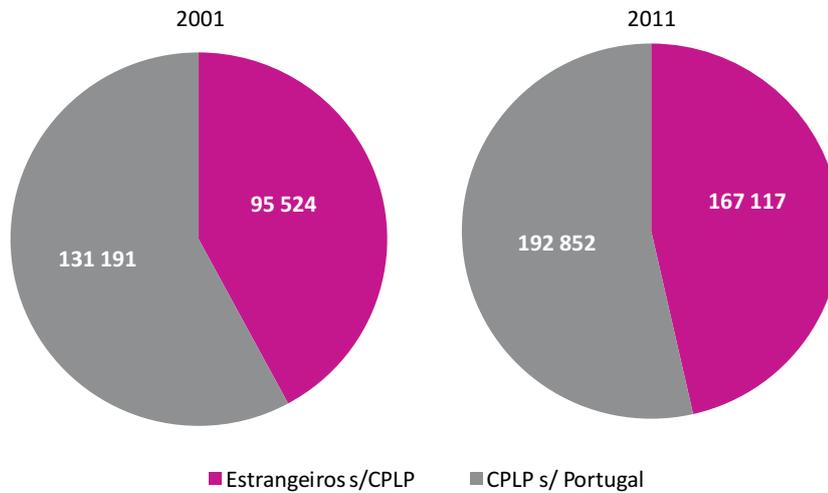
População residente estrangeira por grupo de países de naturalidade em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2001

Figuras 10 e 11

## População residente estrangeira por grupo de países de nacionalidade em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2001

### 9. Disparidade entre naturalidade e nacionalidade estrangeira (*ser natural de um país pode ser muito diferente de ser nacional*)

Conforme os Censos de 2001 e de 2011, residiam em Portugal 651 472 (2001) e 871 813 (2011) indivíduos com naturalidade no estrangeiro. Enquanto que, com nacionalidade estrangeira residiam 226 715 e 359 969 indivíduos, respetivamente em 2001 e 2011. Significa que ao nível de país de nascimento e país de cidadania da população residente há manifestas diferenças.

Na análise por país de naturalidade e de nacionalidade, compreendem-se melhor as diversas causas destas diferenças. Em Portugal, uma questão decorrente destas disparidades relaciona-se com as ex-colónias. Muitos portugueses nascidos em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau ou outros antigos territórios do ultramar têm nacionalidade portuguesa desde o nascimento. No entanto, em termos de país de naturalidade manteve-se uma das ex-colónias portuguesas, agora países independentes.

Nos casos da Europa: França, Alemanha, Suíça, Reino Unido (menos explícito), etc. e noutros, como Brasil e Venezuela, no continente americano, estão relacionados com a emigração portuguesa para esses países. À segunda geração e aos cônjuges dos emigrantes portugueses, já nascida nos países de destino, é-lhes atribuída ou adquirida a nacionalidade portuguesa por via parental ou do casamento, como já foi explicado no enquadramento teórico da naturalidade e nacionalidade.

No que se refere à Ucrânia, Roménia, China e outros países têm a ver com a imigração relativamente recente. Como se pode verificar, as diferenças entre país de nacionalidade e naturalidade são muito menores. Certamente, as existentes podem resultar de processos de naturalização para aquisição de nacionalidade portuguesa.

Em quase todos os países de naturalidade no exterior, o número de naturais é maior que o de nacionais. Porém, em 2011, dos países incluídos no quadro naturalidade *versus* nacionalidade, China apresentava uma exceção. O número de nacionais superou o de naturais, significa que alguns dos residentes chineses já tenham nascido em Portugal.

Quadro 10

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade (primeiros países) - 2001						
País	Código	Naturalidade 2001	Nacionalidade 2001	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Angola	AO	174 210	37 014	137 196	21,25	78,75
França	FR	95 275	15 359	79 916	16,12	83,88
Moçambique	MZ	76 017	4 685	71 332	6,16	93,84
Brasil	BR	49 891	31 869	18 022	63,88	36,12
Cabo Verde	CV	44 964	33 145	11 819	73,71	26,29
Alemanha	DE	24 283	8 387	15 896	34,54	65,46
Venezuela	VE	22 353	5 242	17 111	23,45	76,55
Guiné-Bissau	GW	21 435	15 824	5 611	73,82	26,18
Espanha	ES	13 957	9 047	4 910	64,82	35,18
Suíça	CH	12 897	2 178	10 719	16,89	83,11
São Tomé e Príncipe	ST	12 490	8 517	3 973	68,19	31,81
Ucrânia	UA	10 946	10 793	153	98,60	1,40
Reino Unido	GB	10 068	8 227	1 841	81,71	18,29
Roménia	RO	2 804	2 661	143	94,90	5,10
China	CN	2 287	2 176	111	95,15	4,85

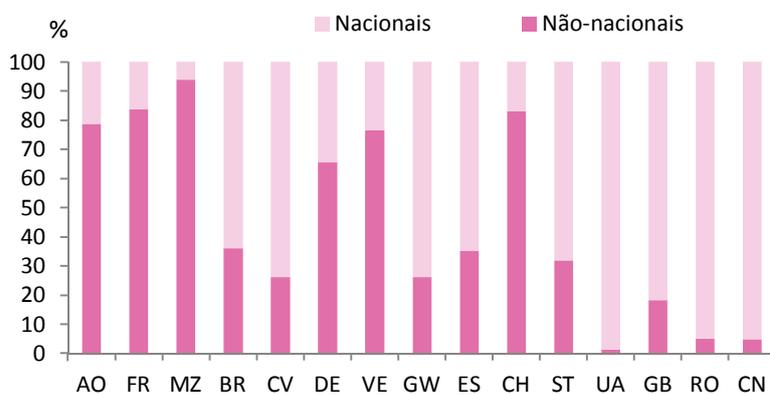
\* Não nacionais do país de naturalidade

\*\* Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2001

Figura 12

### Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país (primeiros países) - 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Quadro 11

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade (primeiros países) - 2011						
País	Código	Naturalidade 2011	Nacionalidade 2011	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Angola	AO	162 604	24 723	137 881	15,20	84,80
Brasil	BR	139 703	101 991	37 712	73,01	26,99
França	FR	94 484	10 446	84 038	11,06	88,94
Moçambique	MZ	73 084	3 515	69 569	4,81	95,19
Cabo Verde	CV	61 953	37 081	24 872	59,85	40,15
Ucrânia	UA	33 172	32 014	1 158	96,51	3,49
Guiné-Bissau	GW	29 578	15 632	13 946	52,85	47,15
Alemanha	DE	28 000	8 112	19 888	28,97	71,03
Venezuela	VE	25 157	2 448	22 709	9,73	90,27
Roménia	RO	23 689	22 816	873	96,31	3,69
Reino Unido	GB	19 131	14 461	4 670	75,59	24,41
São Tomé e Príncipe	ST	18 645	9 764	8 881	52,37	47,63
Suíça	CH	16 842	1 543	15 299	9,16	90,84
Espanha	ES	16 489	8 873	7 616	53,81	46,19
China	CN	10 887	11 017	-130	101,19	-1,19

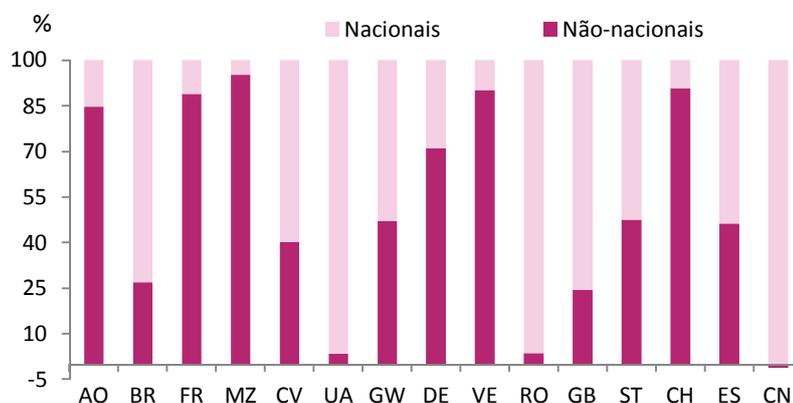
\* Não nacionais do país de naturalidade

\*\* Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 13

#### Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país (primeiros países) - 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A maior comunidade estrangeira em Portugal é proveniente dos países da CPLP, embora com grandezas de representação muito diferentes entre si. A nacionalidade com maior expressão no nosso país é a do Brasil, com 101 991 residentes, em 2011, ainda que, acerca de naturalidade aumente para 139 703. Cabo Verde é a segunda, com 37 081 nacionais e 61 953 naturais. As restantes comunidades africanas da CPLP ocupam as posições seguintes: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. A comunidade com menor representatividade é proveniente de Timor-Leste.

Quadro 12

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade - CPLP - 2001						
País	Código	Naturalidade 2001	Nacionalidade 2001	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Portugal	PT	9 704 645	10 001 074	-296 429	103,05	-3,05
Angola	AO	174 210	37 014	137 196	21,25	78,75
Moçambique	MZ	76 017	4 685	71 332	6,16	93,84
Brasil	BR	49 891	31 869	18 022	63,88	36,12
Cabo Verde	CV	44 964	33 145	11 819	73,71	26,29
Guiné-Bissau	GW	21 435	15 824	5 611	73,82	26,18
São Tomé e Príncipe	ST	12 490	8 517	3 973	68,19	31,81
Timor-Leste	TL	2 241	137	2 104	6,11	93,89

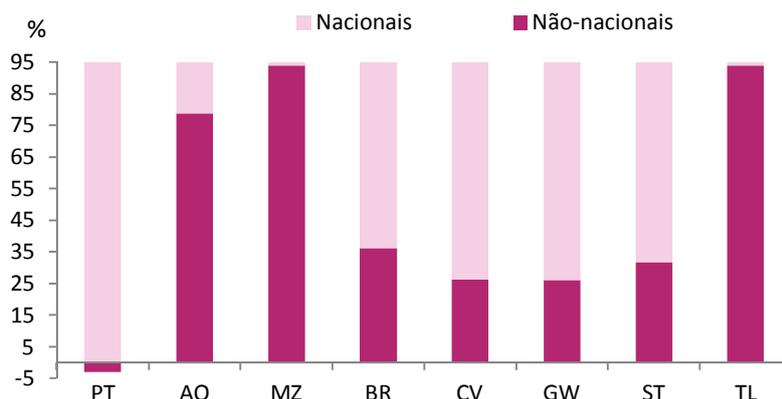
\* Não nacionais do país de naturalidade

\*\* Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2001

Figura 14

Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país da CPLP - 2001



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 13

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade - CPLP - 2011						
País	Código	Naturalidade 2011	Nacionalidade 2011	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Portugal	PT	9 690 365	9 956 911	-266 546	102,75	-2,75
Angola	AO	162 604	24 723	137 881	15,20	84,80
Brasil	BR	139 703	101 991	37 712	73,01	26,99
Moçambique	MZ	73 084	3 515	69 569	4,81	95,19
Cabo Verde	CV	61 953	37 081	24 872	59,85	40,15
Guiné-Bissau	GW	29 578	15 632	13 946	52,85	47,15
São Tomé e Príncipe	ST	18 645	9 764	8 881	52,37	47,63
Timor-Leste	TL	1 789	146	1 643	8,16	91,84

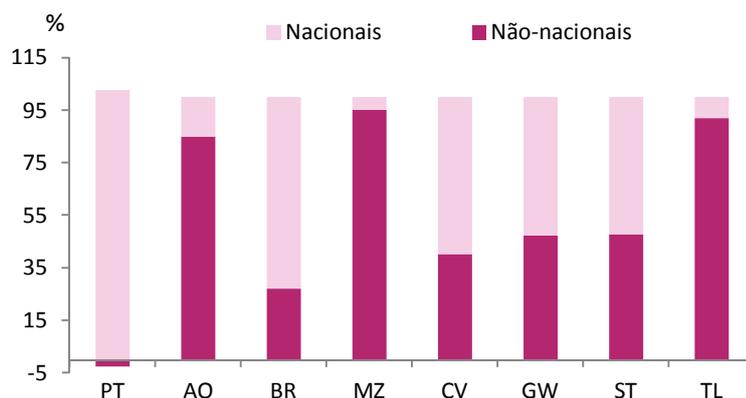
\* Não nacionais do país de naturalidade

\*\* Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 15

Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país da CPLP - 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

### 10. Matriz de países: naturalidade/linha; nacionalidade/coluna (cruzamento de dados)

Os dados estatísticos sobre a naturalidade e a nacionalidade podem estar dispostos em forma de matriz, relativos a uma determinada data de referência. Nas matrizes seguintes, as data de referência dizem respeito aos momentos de observação dos Censos de 2001 e de 2011. A matriz apresentada cruza os dados da naturalidade (linha) e da nacionalidade (coluna) dos países mais representativos em volume de residentes em Portugal.

A seleção dos países apresentados, na matriz que se segue, baseou-se nos primeiros quinze países representativos, segundo o critério na naturalidade (2001). Para se fazer a combinação entre os dados naturalidade (país de nascimento) e os dados da nacionalidade (vínculo a um estado) foram utilizados os mesmos países.

No conjunto de países representados na matriz dos quinze primeiros países de naturalidade, excluindo os da CPLP, os residentes nascidos no estrangeiro, à exceção da Ucrânia, procederam de países de forte emigração portuguesa. Os resultados do último censo (2011) informam que dos naturais da Suíça, 90,5% têm nacionalidade portuguesa e apenas 8,4% são suíços de nacionalidade. Os nascidos em França, 87,7% são portugueses e 11,9% são franceses, enquanto que com os nascidos na Alemanha esta desproporção é de 69,3% e 28,0%, respetivamente.

Fora do continente europeu, constam na matriz (naturalidade/nacionalidade) outros dois países não-lusófonos, também anteriores países de forte emigração portuguesa: África do Sul e Venezuela. Dos naturais da África do Sul, 90,1% têm nacionalidade portuguesa e apenas 8,3% têm nacionalidade sul-africana. Quanto aos nascidos na Venezuela, 88,3% são portugueses e 10,8% são venezuelanos.

Estes dados indicam um forte fluxo imigratório desses anteriores emigrantes nacionais e seus familiares (nascidos no país de destino), mas com nacionalidade portuguesa. Relativamente aos países europeus, equaciona-se o movimento de regresso a casa desses ex-emigrantes e suas famílias, contribua para o crescimento dos residentes nacionais. No caso da África do Sul e Venezuela, não só por este motivo, mas também por crises sociopolíticas verificadas nesses países.

Quadro 14

## Matriz de residentes: País de naturalidade por país de nacionalidade (2001 e 2011)\*

Nacionalidade \ Naturalidade	Código	Ano	África do Sul	Alemanha	Angola	Brasil	Cabo Verde	Espanha	França	Guiné-Bissau
África do Sul	ZA	2001	1 216	9	4	1	1	3	4	0
		2011	956	19	6	2	0	2	8	0
Alemanha	DE	2001	2	7 710	4	5	0	3	13	0
		2011	1	7 836	16	7	300	40	21	5
Angola	AO	2001	3	22	36 043	8	645	7	4	15
		2011	11	34	24 969	39	687	88	21	5
Brasil	BR	2001	0	25	5	31 230	3	22	9	2
		2011	1	109	11	104 836	8	169	240	2
Cabo Verde	CV	2001	0	1	9	1	29 313	7	13	37
		2011	3	1	24	5	33 968	12	24	84
Espanha	ES	2001	0	13	1	6	17	7 579	26	2
		2011	0	24	11	25	26	7 812	65	9
França	FR	2001	0	8	2	6	22	46	14 469	11
		2011	0	15	5	15	47	51	11 231	11
Guiné-Bissau	GW	2001	1	4	2	0	56	1	1	14 895
		2011	0	3	6	1	85	6	7	15 397
Moçambique	MZ	2001	21	9	0	3	16	5	5	9
		2011	32	12	6	9	12	12	6	13
Portugal	PT	2001	55	401	829	565	2 522	1 166	583	729
		2011	180	887	1 813	4 684	3 161	1 878	2 351	729
Reino Unido	GB	2001	0	4	3	2	0	6	3	0
		2011	2	9	2	16	1	11	21	0
São Tomé e Príncipe	ST	2001	0	0	16	0	477	0	0	0
		2011	0	0	10	2	518	5	0	1
Suíça	CH	2001	0	14	1	0	1	25	9	1
		2011	0	19	2	4	2	38	23	1
Ucrânia	UA	2001	0	0	0	0	0	6	1	7
		2011	2	0	1	1	1	2	1	10
Venezuela	VE	2001	0	6	0	2	0	19	2	0
		2011	0	6	0	7	0	95	18	1
<b>Total Residentes</b>		<b>2001</b>	<b>1 298</b>	<b>8 226</b>	<b>36 919</b>	<b>31 829</b>	<b>33 073</b>	<b>8 895</b>	<b>15 142</b>	<b>15 708</b>
		<b>2011</b>	<b>1 188</b>	<b>8 974</b>	<b>26 882</b>	<b>109 653</b>	<b>38 816</b>	<b>10 221</b>	<b>14 037</b>	<b>16 268</b>

\* Principais países de naturalidade e de nacionalidade

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 14 a

## Matriz de residentes: País de naturalidade por país de nacionalidade (2001 e 2011)\*

Nacionalidade \ Naturalidade	Código	Ano	Moçambique	Portugal	Reino Unido	São Tomé e Príncipe	Suíça	Ucrânia	Venezuela	Total Residentes
África do Sul	ZA	2001	1	5 469	40	2	1	0	0	11 197
		2011	8	10 338	69	0	1	0	0	11 477
Alemanha	DE	2001	1	13 453	37	1	24	4	0	24 283
		2011	2	19 392	52	6	10	57	0	28 000
Angola	AO	2001	3	124 756	7	224	2	1	0	174 210
		2011	4	136 312	14	275	10	0	0	162 604
Brasil	BR	2001	0	7 441	23	0	5	1	2	49 891
		2011	1	33 392	60	2	1	1	1	139 703
Cabo Verde	CV	2001	3	12 244	4	15	0	0	0	44 964
		2011	2	27 676	6	33	2	0	0	61 953
Espanha	ES	2001	0	4 292	18	2	2	11	5	13 957
		2011	10	8 296	19	2	0	6	4	16 489
França	FR	2001	1	59 151	20	1	7	1	1	95 275
		2011	0	82 889	14	5	12	3	8	94 484
Guiné-Bissau	GW	2001	1	5 638	0	8	0	0	1	21 435
		2011	2	13 707	3	8	4	2	0	29 578
Moçambique	MZ	2001	4 543	68 826	13	2	2	0	0	76 017
		2011	3 446	69 430	20	1	3	1	0	73 084
Portugal	PT	2001	108	9 653 438	408	484	117	46	126	9 704 645
		2011	273	9 661 779	674	620	275	2 183	345	9 690 365
Reino Unido	GB	2001	0	1 117	7 189	0	1	0	0	10 068
		2011	0	4 962	13 899	0	5	0	0	19 131
São Tomé e Príncipe	ST	2001	1	3 653	0	7 748	0	0	0	12 490
		2011	0	8 673	0	9 429	1	0	0	18 645
Suíça	CH	2001	0	8 897	3	0	1 938	0	0	12 897
		2011	0	15 246	5	1	1 410	0	0	16 842
Ucrânia	UA	2001	0	101	1	3	0	10 600	0	10 946
		2011	1	2 102	4	2	0	30 612	2	33 172
Venezuela	VE	2001	0	8 889	1	0	0	0	5 087	22 353
		2011	1	22 218	3	0	2	0	2 720	25 157
<b>Total Residentes</b>		<b>2001</b>	<b>4 662</b>	<b>9 977 365</b>	<b>7 764</b>	<b>8 490</b>	<b>2 099</b>	<b>10 664</b>	<b>5 222</b>	
		<b>2011</b>	<b>3 750</b>	<b>10 116 412</b>	<b>14 842</b>	<b>10 384</b>	<b>1 736</b>	<b>32 865</b>	<b>3 080</b>	

\* Principais países de naturalidade e de nacionalidade

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 16

## Residentes de nacionalidade portuguesa nascidos no estrangeiro

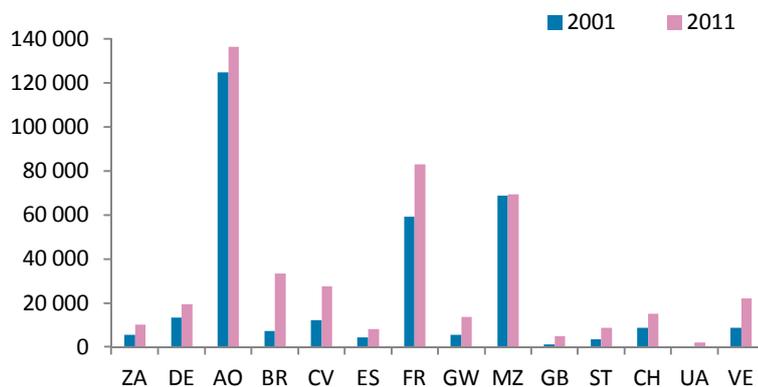
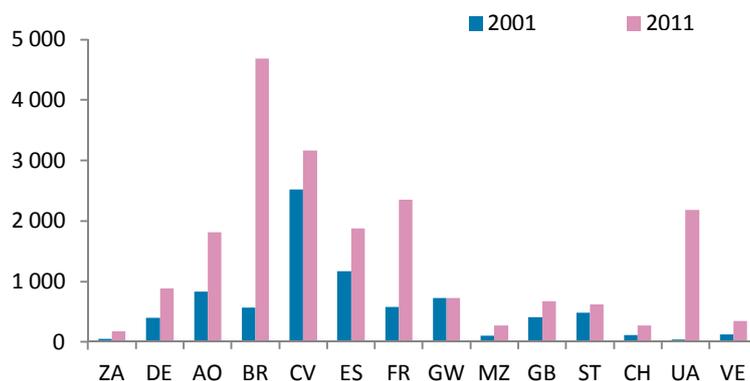


Figura 17

## Residentes nascidos em Portugal com nacionalidade estrangeira



Fonte: INE, Censos 2011

Tendo em conta o destaque atribuído à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organizou-se uma outra matriz exclusiva para os oito países membros.

Devido aos antecedentes históricos, relacionados com o processo de descolonização, verificaram-se grandes diferenças entre os residentes nascidos nas antigas colónias portuguesas e seus nacionais, particularmente Angola, Moçambique. No caso particular de Timor-Leste, devido aos anos de ocupação por parte de Indonésia, assistiu-se a um pequeno fluxo de refugiados timorenses para Portugal. Em 2011, dos naturais de Angola, em termos de nacionalidade, 83,8% eram portugueses e 15,4% angolanos. Para Moçambique, estas proporções ainda eram mais distanciadas, 95,0% e 4,7%, respetivamente.

Conforme os Censos de 2011, no quadro da CPLP, à exceção de Portugal, o país com maior número de residentes, em que a naturalidade e a nacionalidade coincidiam, foi o Brasil (104 836 indivíduos), ou seja 75,0%. Os nascidos no Brasil com nacionalidade portuguesa representavam 23,9%. Com a mesma naturalidade e nacionalidade, os cabo-verdianos constituíam 54,8% (33 968); os guineenses: 52,1% (15 397) e os santomenses: 50,6% (9 429 residentes). Como já foi referido noutros pontos deste artigo, também no quadro específico da CPLP, tanto em 2001 como em 2011, o número de nacionais portugueses foi também superior ao número de naturais de Portugal.

Quadro 15

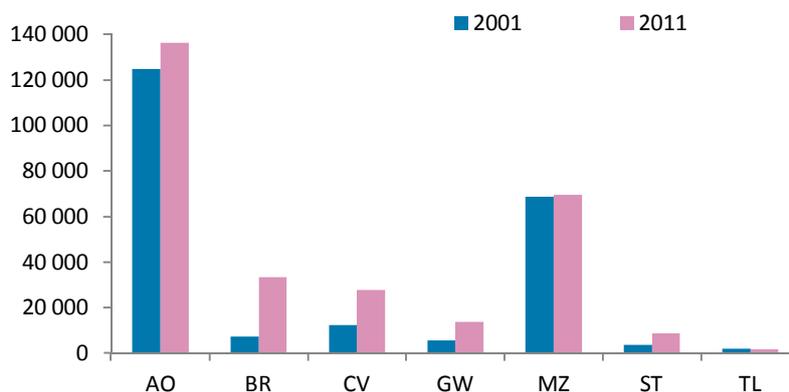
## Matriz de residentes: País de naturalidade por país de nacionalidade - países da CPLP (2001 e 2011)

Nacionalidade \ Naturalidade	Código	Ano	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste	Total Residentes
Angola	AO	2001	36 043	8	645	15	3	124 756	224	0	174 210
		2011	24 969	39	687	5	4	136 312	275	1	162 604
Brasil	BR	2001	5	31 230	3	2	0	7 441	0	0	49 891
		2011	11	104 836	8	2	1	33 392	2	0	139 703
Cabo Verde	CV	2001	9	1	29 313	37	3	12 244	15	0	44 964
		2011	24	5	33 968	84	2	27 676	33	0	61 953
Guiné-Bissau	GW	2001	2	0	56	14 895	1	5 638	8	0	21 435
		2011	6	1	85	15 397	2	13 707	8	0	29 578
Moçambique	MZ	2001	0	3	16	9	4 543	68 826	2	0	76 017
		2011	6	9	12	13	3 446	69 430	1	0	73 084
Portugal	PT	2001	829	565	2 522	729	108	9 653 438	484	4	9 704 645
		2011	1 813	4 684	3 161	729	273	9 661 779	620	9	9 690 365
São Tomé e Príncipe	ST	2001	16	0	477	0	1	3 653	7 748	1	12 490
		2011	10	2	518	1	0	8 673	9 429	0	18 645
Timor-Leste	TL	2001	0	0	0	1	0	1 934	0	132	2 241
		2011	0	0	0	0	0	1 634	0	150	1 789
Total Residentes		2001	36 904	31 807	33 032	15 688	4 659	9 877 930	8 481	137	
		2011	26 839	109 576	38 439	16 231	3 728	9 952 603	10 368	160	

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 18

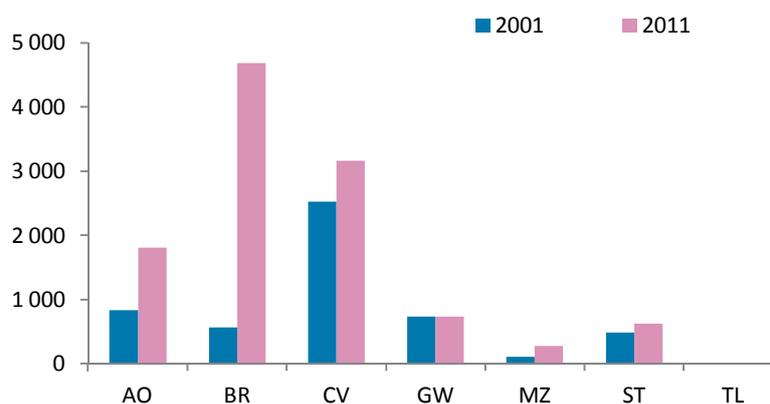
## Residentes de nacionalidade portuguesa nascidos nos países da CPLP



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 19

## Residentes nascidos em Portugal com nacionalidade estrangeira da CPLP



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

### Entidades/Sites

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI): [www.acidi.gov.pt/](http://www.acidi.gov.pt/)

Eurostat - Statistical office of the European Union: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

Instituto Nacional de Estatística (INE): [www.ine.pt/](http://www.ine.pt/)

Observatório da Emigração: [www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/](http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/)

Observatório da Imigração: [www.oi.acidi.gov.pt/](http://www.oi.acidi.gov.pt/)

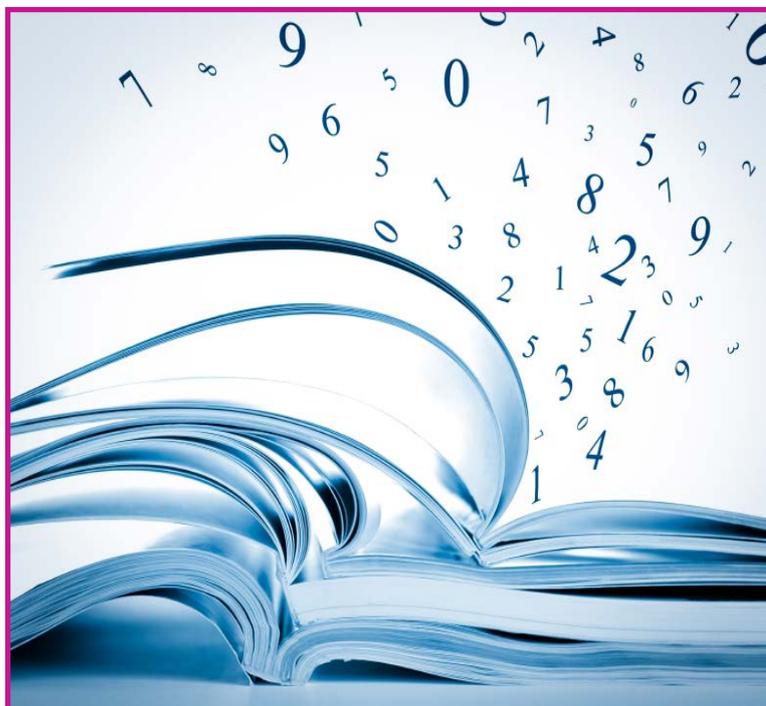
Organização Internacional para as Migrações (OIM) / International Organization for Migration (IOM): [www.iom.int/](http://www.iom.int/)

Pordata: <http://www.pordata.pt/> ;

## Bibliografia

- ACIME (2003), ROSA Maria José Valente; SEABRA Hugo; SANTOS Tiago - Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesas.
- AICIDI/Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (2011), HEALY, Claire – Cidadania Portuguesa: a nova lei da nacionalidade de 2006.
- CPLP - Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007).
- Development Research Centre on Migration, Globalization and Poverty (2005), Quantification the International Bilateral Movements of Migrations
- Diário da República – I Série. Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro, Regulamento da Laei da Nacionalidade.
- Diário da República - I Série. Lei n.º 29/2007, de 2 de Agosto, 10.ª alteração ao Código do Registo Civil e revogação do Decreto -Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro.
- Diário da República – I Série. Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, Lei da Nacionalidade (Quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro).
- Eurostat (2011), Statistical books – Migrants in Europe; A statistical portrait of the first and second generation.
- Eurostat (2012), Statistics in focus - Nearly two-thirds of the foreigners living in EU Member States are citizens of countries outside the EU-27.
- Eurostat, Estatísticas da migração e da população migrante – Statistics Explained. Eurostat, 13 de Agosto de 2013.
- INE (1973), 11º Recenseamento da População 1970, Estimativa a 20% - 1º e 2º Volume.
- INE (1984), Censos 1981: XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.
- INE (1986), Estimativas Intercensitárias 1971 – 1980.
- INE (1996), Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.
- INE (1996), Estimativas da População Residente 1981 – 1990.
- INE (2002), Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População) (IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.
- INE (2012), Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População) (V Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.
- INE (2012), Destaque: A população estrangeira em Portugal 2011.
- INE (2013), “Estatísticas da CPLP – 2012
- OIM/IOM (2013), Constitution of the International Organization for Migration
- OIM/IOM (2013), World Migration Report 2013





## Lista dos artigos divulgados



## Lista de artigos divulgados nos números 32 a 52 da Revista de Estudos Demográficos

**Caracterização da população e das famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autor:** GC - Gabinete dos Censos 2021

**Inquérito de Qualidade dos Censos 2011 – Algumas notas sobre independência e metodologia, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autor:** João C. Farrajota Leal

**A Infraestrutura de Dados Espaciais do Instituto Nacional de Estatística, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autora:** Ana Maria Santos

**Os Resultados Preliminares dos Censos 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autor:** Fernando Simões Casimiro

**A População das Regiões Insulares dos Açores e da Madeira em 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autora:** Gilberta Pavão Nunes Rocha

**2011 SUL: Quantos somos? Onde vivemos?, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autoras:** Maria Filomena Mendes e Maria da Graça Magalhães

**“PORTUGAL (des)continuidades demográficas - Norte e Centro litoral 2011”, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autora:** Maria Cristina Sousa Gomes

**PORTUGAL (des)continuidades demográficas - Norte e Centro Interior 2011”, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013**

**Autora:** Maria João Guardado Moreira

**A evolução na mortalidade da população idosa portuguesa, por sexos e por causas de morte: Identificação de aglomerados espaço-temporais por NUTSIII, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013**

**Autoras:** Sandra Lagarto, Carla Nunes, Dulce Gomes e Maria Filomena Mendes

**Associando a privação socioeconómica e a escassez de recursos locais na Área Metropolitana de Lisboa - estudo e considerações sobre o “modelo de amplificação da privação”, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013**

**Autora:** Helena Nogueira

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lourdes Craveiro

**A Freguesia do Smo. Sacramento de Lisboa no 1º Quartel do Séc. XVIII - Ensaio de Demografia Histórica, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013**

**Autores:** Jorge Borges de Macedo Maria, Lourdes Akola da Cunha Meira do Carmo da Silva Neto e Maria Margarida Rodrigues Remédio

**O fenómeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011**

**Autores:** Duval Fernandes, Carolina Nunan e Margareth Carvalho

**Crescimento da População em Angola; “Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda”, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011**

**Autor:** João Baptista LUKOMBO Nzatuzola

**A Comportamento Demográfico e desafios de Desenvolvimento sócio-económico em Moçambique, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011**

**Autores:** Carlos Arnaldo e Ramos Muanamoha

**A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011**

**Autor:** António Alberto da Silva Francisco

**Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010**

**Autoras:** Maria Helena Santos; Maria Isabel Baptista; Sónia Cardoso; Susana Clemente

**Primeira Reflexão Sobre a Fecundidade, as Condições de Trabalho e as Políticas de Apoio à Maternidade Numa Perspectiva Regional, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010**

**Autoras:** Maria Luís Rocha Pinto; Maria Cristina Sousa Gomes

**Mortalidade: Compressão, Deslocamento e Causas de Morte (Portugal 1950-2005), in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010**

**Autora:** Isabel Tiago de Oliveira

**O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações?, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010**

**Autoras:** Paula Santana; Cláudia Costa; Rita Santos; Adriana Loureiro

**Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010**

**Autora:** Heloísa Perista

**Nos 15 anos da Plataforma de Pequim, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010**

**Autora:** Maria do Céu da Cunha Rêgo

**A situação das mulheres no mundo: que progressos no caminho da igualdade 15 anos depois da Plataforma de Acção de Pequim?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010**

**Autora:** Maria Regina Tavares da Silva

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**A situação económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009**

**Autora:** Patrícia Pereira

**O Adiamento da Fecundidade em Portugal (1980-2008), in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009**

**Autora:** Isabel Tiago de Oliveira

**Impact of parental ages at childbearing on infant morbidity and mortality. An overview of epidemiologic and demographic evidence, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009**

**Autora:** Catherine Gourbin and Guillaume Wunsch

**A População 15 anos após o Cairo, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009**

**Autora:** Maria José Carrilho

**Pessoas pobres, lugares pobres, saúde pobre. Territórios amplificadores do risco na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009**

**Autora:** Helena Nogueira

**Pessoas Migrantes, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009**

**Autora:** Maria do Céu da Cunha Rêgo

**Immigrant women's labour force participation. The cases of Italy and France, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008**

**Autora:** Giovanna Tattolo

**Polarização Demográfica e Densificação Urbana no Município de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008**

**Autor:** Eduardo Costa Duarte Ferreira

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**O poder da estatística e a estatística do poder. Apontamentos sobre o contributo de António de Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008**

**Autora:** Rosalina Costa

**The impact of different migratory scenarios in the demographic ageing in Portugal, 2009-2060, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008**

**Autores:** Maria Magalhães e João Peixoto

**Vulnerabilidades do ambiente local – impactes no estado de saúde auto-avaliado da população residente na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008**

**Autora:** Helena Nogueira

**Panorama das populações estrangeiras nos estados-membros da União Europeia (composição por nacionalidades), in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008**

**Autor:** Humberto Moreira

**Padrões de Casamento entre os Imigrantes em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008**

**Autoras:** Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos

**Estrutura do saldo migratório na Região Alentejo de 1991 a 2001 e sua influência na dinâmica populacional, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008**

**Autora:** Maria Filomena Mendes

**O Recasamento: Tendências Actuais, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008**

**Autoras:** Ana Cristina Ferreira, Cristina Lobo, Isabel Tiago de Oliveira e Madalena Ramos

**União Europeia: um espaço compartilhado por diferentes populações (*convivência das diversidades*), in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008**

**Autor:** Humberto Moreira

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**A contribuição da imigração na natalidade: a experiência italiana, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.**

**Autor:** Antonio Cortese

**Sinistralidade rodoviária: contextualização e análise, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.**

**Autores:** Cunha, G.; Brito, B.; Leal, A. e Torgal, J.

**Comportamentos de Saúde de Adolescentes Migrantes e o Efeito Protector da Relação com os Avós, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.**

**Autoras:** Tania Gaspar e Margarida G. Matos

**Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: uma análise exploratória, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Maria Cidália Mesquita Figueiredo

**Seminário Homens e Mulheres em Portugal – Comentários Finais, 23 de Novembro 2005, in Revista de Estudos Demográficos nº41, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007**

**Autor:** Paulo Machado

**Fecundidade e Educação, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.**

**Autora:** Isabel Tiago de Oliveira

**Envelhecimento crescente mas especialmente desigual, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Cristina Gonçalves

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**Estatísticas Demográficas – Acção desenvolvida no âmbito do Conselho Superior de Estatística, in Revista de Estudos Demográficos nº40, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007**

**Autor:** Humberto Moreira

**Dinâmicas escolares: um exemplo de análise transversal da escolarização em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.**

**Autor:** Mário Leston Bandeira

**Liberdade de escolha, autonomia de escola e indicadores de desempenho “If you don’t have data, you’re just another person with an opinion” [Andreas Schleicher (OCDE)], in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.**

**Autor:** Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo

**Mobilidade internacional no Ensino superior, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.**

**Autor:** Humberto Moreira

**Educação e Formação: uma perspectiva de género, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.**

**Autor:** Carla Silva

**A população feminina e as transições familiares através da demografia, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.**

**Autora:** Piedade Lalanda

**Imigrantes de Leste em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.**

**Autores:** Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis

**Emigração Portuguesa (*Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas*), in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.**

**Autor:** Humberto Moreira

**A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.**

**Autora:** Maria dos Anjos Leitão de Campos

**Fecundidade e nupcialidade em Moçambique: análise de calendários, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.**

**Autora:** Sónia Cardoso

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2006.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981, in Revista de Estudos Demográficos nº38, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2006.**

**Autora:** Isabel Tiago de Oliveira

**Metodologias de cálculo das projecções demográficas: aplicação em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.**

**Autora:** Maria José Carrilho

**O Método de Lee-Carter para Previsão da Mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.**

**Autora:** Edviges Coelho

**A contagem dos estrangeiros em 2001: algumas reflexões sobre os resultados recenseamento italiano da população, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.**

**Autor:** Antonio Cortese

**Eurostat Population Projections 2004-based: main results from the Trend scenario, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005**

**Autor:** Giampaolo Lanzieri

**Projeções de Famílias para Portugal: que viabilidade?, in Revista de Estudos Demográficos nº37, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2005**

**Autora:** Sofia Leite

**O ESTADO DE SAÚDE DOS PORTUGUESES. Uma perspectiva espacial, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.**

**Autores:** Paula Santana

**A mortalidade por tuberculose em Portugal, no período de 1985 a 2002 - I Parte, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.**

**Autora:** Maria dos Anjos Leitão de Campos

**Tábuas de mortalidade em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**Caracterização da População Residente em Alojamentos não Clássicos, nos Censos de 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.**

**Autora:** Cristina Gonçalves

**A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.**

**Autores:** Jorge Mcacaísta Malheiros e Francisco Vala

**A tuberculose: concepção de um modelo econométrico para a taxa bruta de mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.**

**Autor:** José Henrique Dias Gonçalves

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**Estimativas provisórias de população residente por estado civil, sexo e idades, Portugal, 2001-2003, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.**

**Autora:** Sofia Leite

**Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.**

**Autoras:** Cristina Gonçalves e Maria José Carrilho

**Movimentos Pendulares e Organização do Território Fronteiriço: Portugal 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.**

**Autores:** INE Auditoria Ambiental e Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes Habitação

**O país e a família através das crianças – ensaio exploratório, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.**

**Autoras:** Ana Nunes de Almeida e Isabel Margarida André

**Núcleos familiares monoparentais, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.**

**Autora:** Maria da Graça Magalhães

**Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.**

**Autora:** Sofia Leite

**Os encargos e as rendas das famílias com a habitação, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.**

**Autora:** Maria dos Anjos Campos

**Padrões de consumo das famílias numerosas em Portugal - caracterização com base no inquérito aos orçamentos familiares, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.**

**Autoras:** Rute Cruz e Carla Machado

**Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.**

**Autora:** Cristina Gonçalves

**Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador - algumas reflexões globais, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Teresa Rodrigues Veiga e Filipa de Castro Henriques

**Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991- 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autor:** João Ferrão

**Censos 2001 versus Recenseamento Eleitoral, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autores:** Fernando Simões Casimiro e Paula Paulino

**As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Cristina Gonçalves

**Migrações inter NUTS II e projecções regionais de População Residente, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Maria da Graça Magalhães

**Evolução da pobreza e da desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autor:** Teresa Bago d’Uva e Paulo Parente

**Consistência entre os Censos 2001 e o Inquérito ao Emprego e entre os Censos e o respectivo Inquérito de Qualidade: uma análise comparativa, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autor:** Jorge Manuel Garcia Mexia Pinheiro

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Paula Paulino

**Metodologias de cálculo do saldo migratório interno anual: Três metodologias e a sua aplicação ao caso português, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.**

**Autor:** José Henrique Dias Gonçalves

**Os Conceitos de Família e Núcleo Familiar nos Recenseamentos da População em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.**

**Autor:** Fernando Simões Casimiro

**Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Sofia Leite

**A actividade e inactividade económica nas famílias, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Maria dos Anjos Leitão de Campos

**Quem vive só em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003**

**Autora:** Maria da Graça Magalhães

**Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001, in Revista de Estudos demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Cristina Gonçalves

**A União de Facto em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.**

**Autora:** Sofia Leite

**População Presente e População Residente segundo o Sexo e Idades através dos Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.**

**Autora:** Sofia Leite

**Projeções de População Residente, Portugal, 2000/2050 - Que tendências de base para a construção de hipóteses?, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.**

**Autora:** Maria da Graça Magalhães

**Projeção das taxas de fecundidade específicas por idades no horizonte de longo prazo (2001-2050): Estudo de um modelo de previsão com séries temporais, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.**

**Autora:** Filipa Silva

**O Suicídio em Portugal nos Anos 90, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.**

**Autoras:** Maria dos Anjos Campos e Sofia Leite

**A Mortalidade “evitável” em Portugal Continental, 1989 a 1993, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.**

**Autora:** Paula Santana

**A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº32, INE, Lisboa, 2002.**

**Autoras:** Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

**Previsões demográficas para o ano 2002, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.**

**Autor:** Departamento de Estatísticas Censitárias e de População

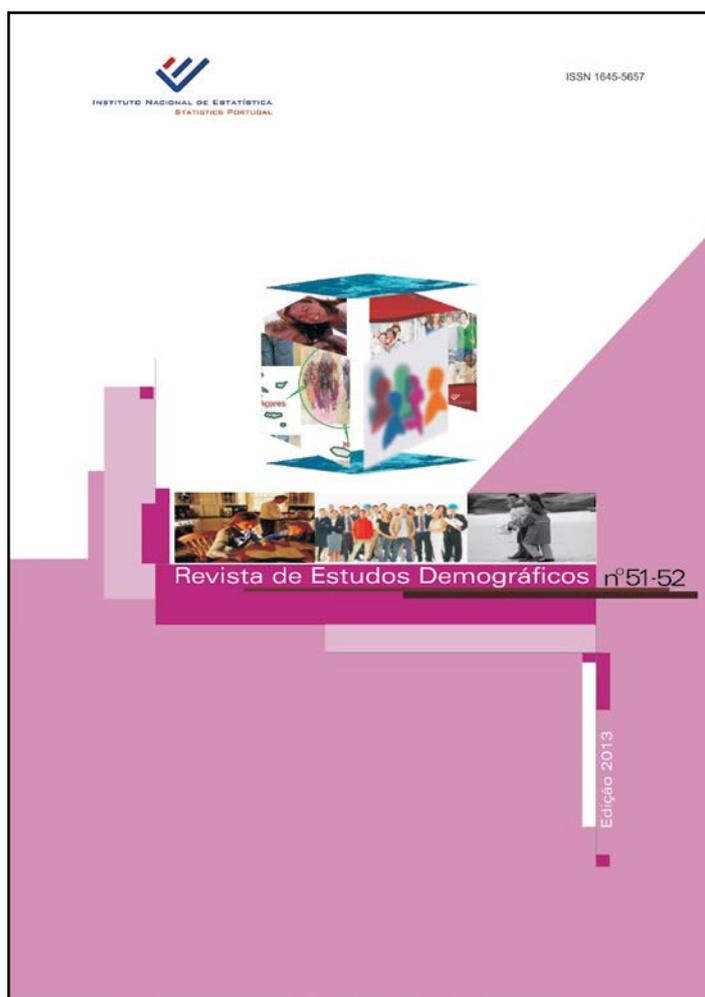
**O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.**

**Autor:** Departamento de Estatísticas Censitárias e de População

**Estimativas mensais de população residente, segundo o sexo e por NUTS III - Aspectos Metodológicos, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.**

**Autores:** Maria dos Anjos Leitão de Campos e Francisco Covas





## DIVULGAÇÃO DA RED 51-52

Este volume, dedicado aos Censos 2011, agrega os números 51 e 52 da RED e é composto por duas partes. A primeira parte, que analisa os Resultados Definitivos, caracteriza a população e as famílias a residir em Portugal à data dos Censos 2011, apresenta os resultados do Inquérito de Qualidade dos Censos 2011 (IQ), que possibilita aferir a qualidade da informação censitária e aborda a importância da cartografia como suporte à recolha de dados nas operações censitárias, em particular a produção da “Base Geográfica de Referência de Informação” (BGRI 2011) para os Censos 2011. A segunda parte incide sobre os Resultados Preliminares dos Censos 2011 e inicia-se com o enquadramento da execução dos recenseamentos da população e habitação de 2011 em Portugal e a caracterização dos aspetos evolutivos da população, dos alojamentos, dos edifícios e das famílias, a nível nacional. Seguem-se cinco estudos que procuram identificar as heterogeneidades demográficas a nível regional nas seguintes zonas geográficas: Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Sul; Norte e Centro Litoral; e Norte e Centro Interior.